



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

7.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Delfim Neves
Secretários: Ex.^{mos} Srs. Arlindo Barbosa
Eláccio da Marta
Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 15 minutos.

Ordem do Dia. – O Plenário procedeu à aprovação conjunta, na generalidade, das Propostas de Lei n.º 32/XI/7.ª/2021 – Grandes Opções do Plano para o Ano Económico 2022 e n.º 33/XI/7.ª/2021 – Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2022.

No debate, usaram da palavra, além do Sr. Primeiro-Ministro (Jorge Bom Jesus), as Sras. e os Srs. Ministros dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização (Cílcio Santos), da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural (Francisco Ramos), da Saúde (Edgar Neves), do Planeamento, Finanças e Economia Azul (Engrácio Graça), da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (Ivete Correia), das Infra-estruturas e Recursos Naturais (Osvaldo Abreu), da Educação e Ensino Superior (Julieta Rodrigues) e dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades (Edite Ten Jua), bem como as Sras. e os Srs. Deputados António

Barros (MLSTP/PSD), Alda Ramos (ADI), Cristina Dias (MLSTP/PSD), José Rui Cardoso (MLSTP/PSD), Arlindo Ramos (ADI), Esmael Espírito Santo (ADI), José António Miguel (ADI), Arlindo Carvalho (PCD/MDFM-UDD), Américo Ramos (ADI), Carlos Pinheiro (ADI), Beatriz Azevedo (MCI), Danilo Santos (MLSTP/PSD), Eláccio da Marta (MLSTP/PSD), Carlos Correia (ADI), Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD), Osvaldo Vaz (MLSTP/PSD), Raúl Cardoso (MLSTP/PSD) e Maiquel Espírito Santo (MLSTP/PSD). Proferiram declarações finais os Srs. Líderes Parlamentares do PCD/MDFM-UDD (Danilson Cotú), do MLSTP/PSD (Danilo Santos) e do ADI (Américo Ramos), em substituição do Deputado Abnildo d' Oliveira.

Por último, interveio o Sr. Primeiro-Ministro (Jorge Bom Jesus).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 16 horas e 40 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem
Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos **Ramos**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
Álvaro João **Santiago**
Américo d'Oliveira **Ramos**
André Varela Ramos
Arlindo Ramos
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita** do Nascimento
Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Celmira de Almeida **Sacramento** dos S. L
Esmaiel da Glória do **Espírito Santo**
Hélder Paquete Lima
Ivo **Mendonça** da Costa
Jorge Sousa Ponte Amaro **Bondoso**
José António do Sacramento **Miguel**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Mário Fernando de Jesus **Rainho**
Orlando Borges **da Mata**
Paulo Jorge **Carvalho**
Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**
Silvestre Moreno **Mendes**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz José **da Costa**
Adilson dos Reis **Vaz**
Ana Isabel Meira **Rita**
António das Neves Sacramento **Barros**
Arlindo **Barbosa** Semedo
Ayza Fortes **da Silva**
Cristina Maria **Dias**
Danilo das Neves dos **Santos**
Elákcio Afonso **da Marta**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** D'Alva
 Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos
Hélder dos Santos Ceita **Joaquim**
Iazalde Lopes do Sacramento **Rita**
Jerónimo Lima Pires **Quaresma**
José Rui Tavares Cardoso
Ketty-Keyla Neto da Silva Borges
Leonilda Maria Trovoada Pires do **Santos**
Maiquel Jackson do **Espírito Santo**
Maria das Neves Batista de Sousa
Maurício Vera Cruz Afonso **Rita**
Oswaldo Tavares dos Santos **Vaz**
Paula Maria Fonseca **Tavares**
Raúl do Espírito Santo **Cardoso**

Coligação PCD/MDFM-UDD:

Arlindo Vicente de Assunção **Carvalho**
Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**
Delfim Santiago das **Neves**
Felisberto Fernandes **Afonso**
Jamiel Joana **Segunda**

Movimento de Cidadãos Independentes

António dos Reis **Faleiro**

Beatriz da Veiga Mendes Azevedo

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Caros Técnicos, Povo de São Tomé e Príncipe: Vamos dar início aos nossos trabalhos, que é a continuidade da discussão das GOP e do OGE, na generalidade.

Para o efeito, peço aos serviços para convidarem os membros do Governo a tomarem os seus assentos na Sala.

Mas antes, podemos consertar a metodologia do trabalho. Devíamos começar às 9 horas e terminar às 14 horas. Estamos a iniciar com mais de uma hora de atraso, vamos gerir o tempo em função das inscrições. Faremos um intervalo, ou faremos um «directo», como fizemos ontem, até às 14 horas. Se houver muitas inscrições, faremos um intervalo às 13 horas e retomaremos às 14 horas e 30 minutos?

Vozes do ADI: — Directo!

Murmúrios e protestos gerais.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Eu tenho que sair!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos gerindo.

Murmúrios gerais.

Pausa para entrada dos membros do Governo na Sala.

Sras. e Srs. Deputados, vamos prosseguir com os nossos trabalhos.

Gostaria antes de cumprimentar Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, mais uma vez, o povo de São Tomé e Príncipe, residentes e na diáspora, e aqueles que nos estão a seguir, através das redes sociais.

Ontem, aquando do encerramento, havia dois membros do Governo inscritos para esclarecer algumas questões que foram aqui levantadas. Trata-se dos Srs. Ministros dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização e do Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural. Não sei se mantêm as inscrições.

Sendo assim, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização** (Cílcio Santos): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Caras e Caros Deputados, Srs. Membros do Governo, senhores profissionais da Comunicação Social e o pessoal da Assembleia Nacional, povo de São Tomé e Príncipe: Previamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Carlos Pinheiro, quero saudar calorosamente os nossos irmãos do Príncipe, saudar cordialmente os titulares dos órgãos regionais e seus pares e agradecer a todos da Região pela recepção amistosa e fraterna, no quadro da recente visita de Sua Excelência o Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe à Região, à qual integrei.

O processo da descentralização e desconcentração do poder revela-se essencial para a consolidação da democracia, sobretudo na aproximação dos governantes aos governados e na disposição dos serviços e bens às populações, ecuménicos locais do País.

Na sua intervenção, o Sr. Deputado indagou sobre a transferência de competências de empresas públicas, por exemplo, EMAE e ANAPORT, para o domínio, gestão e controlo do Governo Regional e, face à abordagem, importa aduzir o seguinte: a transferência de competências, nos moldes expostos, deve ser objecto de um amplo diálogo entre o Governo Central e o Governo Regional e suportada de medidas e acções que asseverem a subsistência funcional das áreas a transferir.

Independentemente deste exercício, à excepção da política e acções relacionadas com a defesa nacional, cuja execução e controlo competem ao Governo Central, se olharmos para as competências e matérias de interesses específicos da Região, *de per si*, conclui-se que os órgãos regionais têm poderes e atribuições suficientes, passíveis de garantir maior e melhor comodidade à respectiva população, permitindo escapular faseadamente da dependência financeira do Governo Central.

Em sede da descentralização, é necessário que os actores, governantes, políticos regionais e autárquicos apropriem-se da essência dos poderes consagrados atribuídos aos respectivos órgãos, debrucem-se na interpretação e implementação das leis existentes, procedam à produção de regulamentos e recrutem quadros qualificados para ingentes desafios que as respectivas administrações devem prosseguir no atendimento das necessidades das populações adstritas.

A descentralização do poder afigura-se como um processo em construção. Tem conhecido alguma letargia, o que nos impinge a repensar e redefinir os seus preceitos, *modos operandis* e resultados concretos a obter.

Enquanto tutelar, estabelecemos como política, medidas e acções a realização de um fórum nacional sobre a descentralização, onde serão analisados, em pormenor, todas as vantagens inerentes e delineadas acções e passos concretos, tendentes ao reforço do regime autonómico do Príncipe e das autarquias locais, no prosseguimento de políticas e acções de desenvolvimento regional e local e o conseqüente bem-estar das respectivas populações.

Propomos concomitantemente trabalhar na reforma da legislação regional e autárquica e, desde já, manifestar total apoio aos órgãos regionais, na concepção do projecto de lei de alteração ao Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma do Príncipe.

Propomos, de igual modo, o reforço das capacidades dos órgãos regionais e locais, sobretudo no domínio da formação e capacitação, sendo que no mês pretérito celebramos um protocolo de cooperação com a CEFAO, ex-CEFA, uma agregação de alta reputação em Coimbra, vocacionada para a formação dos dirigentes e funcionários regionais e autárquicos e acreditamos que, a partir de Janeiro do próximo ano, materializaremos as acções concebidas.

O Estado respeita, na sua organização e funcionamento, o regime autonómico insular, a identidade regional, como expressão das suas especificidades. O Governo Central comunga e prossegue os princípios da continuidade territorial, da solidariedade e da dinamização dos serviços, entretentes, o Estado é uno e indivisível. Devemos, no quadro da solidariedade e irmandade, encontrar guisas para o bem-estar de todos os são-tomenses.

Deus connosco!

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Passo de imediato a palavra ao Sr. Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, para prestar esclarecimentos.

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural** (Francisco Ramos): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas Membros do XVII Governo, Técnicos da Assembleia Nacional e Comunicação Social, Ilustres Convidados, Povo de São Tomé e Príncipe: Gostaria de agradecer a permissão de estar aqui e desejar a todos, desde já, um feliz Natal e próspero Ano Novo.

O propósito desta intervenção é para clarificar algum mal-entendido sobre a paternidade do COMPRAN, e aproveitarei também para falar de outros projectos.

Mas antes, Sr. Presidente, gostaria de anunciar e partilhar com Vossa Excelência que estou muito honroso e satisfeito por estar a pilotar este Ministério. Muito mais ainda quando sinto que há acções levadas a cabo diante deste Ministério durante esses 3 anos, que se têm revelado interessantes diante dos olhos de muitos.

A manifestação do Sr. Deputado Américo Ramos, em revelar a paternidade do COMPRAN enche-me de alegria, demonstra que o COMPRAN está bem feito e é bonito.

Sr. Presidente, «dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus». O Projecto COMPRAN é do povo de São Tomé e Príncipe, elaborado exclusivamente pelo XVII Governo, liderado pelo Dr. Jorge Bom Jesus, Primeiro-Ministro e Chefe do Governo.

Vozes do ADI: — Oh!

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Para vos elucidar, Excelências, com um pouco de história, gostaria de fazer recordar ao Sr. Deputado Américo Ramos que, em Maio de 2018, o FIDA fez para o XVI Governo o anúncio do novo financiamento FIDA 11, para formulação de um novo projecto, para dar continuidade às acções do PAPAF. Até o final do ano 2018, não houve nenhuma reacção do governo de então. Foi da sua responsabilidade, como Ministro das Finanças do XVI Governo, dar essa resposta.

Murmúrios e protestos do Sr. Deputado Américo Ramos.

Então, o XVI Governo não tem nada de paternidade com o COMPRAN, Mas não tem problemas, quem não pode ser pai, pode ser padrinho, assim convido o Sr. Deputado Américo Ramos a ser padrinho do COMPRAN.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Excelências, quando tomamos posse, onde fui indicado para capitanear o Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, havia somente dois projectos na agricultura, e na fase de finalização: PAPAC, que conheceu uma finalização precoce, porque o governo de então, refiro-me ao XVI Governo, não conseguiu mobilizar 1,2 milhão de euros, para cobrir o gap na altura. Assim sendo, o PAPAC terminou antes do tempo e isso acarretou ao Estado são-tomense uma despesa com a indemnização aos 17 funcionários, no valor de Dbs. 7.730.968,00 (sete milhões, setecentos e trinta mil, novecentas e sessenta e oito dobrás), valor que corresponde a 16 000 euros, fruto de uma condenação judicial, Processo n.º 3/2018 – Tribunal

Judicial de São Tomé, 2.º Juízo Cível, acção declarativa de condenação emergente do Contrato de Trabalho. Isto porque os funcionários do PAPAC tinham o contrato ainda em vigor e assim formalizam uma queixa no Tribunal contra o Estado são-tomense e, como todos sabemos, a configuração do Tribunal está de tal maneira concebida, que toda a queixa contra o Estado são-tomense, este perde.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — E onde é que está o advogado do Estado?

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Mais ainda, Sras. e Srs. Deputados, não imaginam a velocidade que esses processos adquiriram! A sentença foi imediata! Penhoraram todas as viaturas do Estado que estavam na posse do Projecto do PAPAC, como forma de pressionar o pagamento das indemnizações. Mas quando é a favor do Estado, entra na geleira e o processo nunca anda. Bem, paciência, é o País que temos!

O segundo projecto é o PRIASA. Este projecto ia terminar e, se terminasse, muita verba seria devolvida ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Isso é muito mau, quando o País não tem capacidade de apropriar-se de verbas disponíveis para realizar as actividades preconizadas. Mas conseguimos dar a volta. Conseguimos negociar com o BAD a prorrogação do PRIASA II até Dezembro de 2022, para aproveitar-se as acções e as actividades, uma vez que havia disponibilidade de verbas.

Excelências, nesta situação, tinha que me apropriar dos ensinamentos do rio. O rio nunca vê nem sente obstáculos! É assim que me desloquei aos Camarões, em busca do apoio do parceiro FIDA.

Se o Sr. Deputado Américo Ramos, que foi Ministro da Finanças, que disse que o COMPRAN é um projecto iniciado pelo XVI Governo, talvez tenha sonhado, mas quando acordou não revelou a ninguém, nem tão pouco escreveu no seu diário!

Murmúrios e protestos do ADI.

Pode ser outro COMPRAN, porque este actual, não! Este actual tem uma história específica em que nem o ex-Ministro das Finanças do XVI Governo afigura-se como personagem.

Protestos do ADI.

Vozes do ADI: — Oh!

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Evidenciamos uma diplomacia económica de mestria. Hoje, não dá para contar essa história, mas o que vos digo, Excelências, que é muito bonita. Ora vejamos: o XVI Governo não conseguiu mobilizar 1,2 milhão de dólares para terminar o PAPAC, mesmo tendo o FIDA apontado caminhos para essa mobilização, como é que ia preparar e mobilizar um projecto de 25 milhões de dólares!?

Murmúrios do ADI.

O COMPRAN, na sua fase inicial, teve um grosso de 25 milhões de dólares e, gradualmente, tende a crescer. Hoje, já conta com 27 milhões de dólares e com previsão para mais, porque muitos parceiros ainda não manifestaram a disponibilidade. Refiro-me à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e o Fundo do Ambiente (IGEF). A mais pura verdade é que o COMPRAN iniciou em 2020 e vai terminar em 2026. Quando começar a dar frutos, certamente vão esquecer do actual Ministro da Agricultura e do XVII Governo.

Mas a estratégia foi a seguinte: no encontro com o FIDA, em Fevereiro de 2019, vimos a necessidade de se efectuar uma mesa redonda em São Tomé e Príncipe, com os principais parceiros tradicionais do Ministério da Agricultura, nomeadamente: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Programa Alimentar Mundial (PAM), Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e a União Europeia (UE). Essa mesa redonda realizou-se em Abril de 2019, cujo objectivo era angariar fundos para implementar o projecto que iniciaria e o processo de transição para a autonomia alimentar e nutricional.

Finalizamos a mesa redonda com a criação de uma plataforma denominada «AXA» – como todos sabemos «foça zagué ça axa», então, denominamos a plataforma »AXA», com uma promessa de fundos mobilizados num valor superior a 30 milhões de dólares.

Em Outubro de 2019, como o apoio dos parceiros, chega ao nosso país uma missão com 22 elementos, para laborar o COMPRAN, no âmbito da visão do XVII Governo.

Em Fevereiro de 2020, procedemos à assinatura do projecto e em Junho do mesmo ano arrancou o COMPRAN. Uma acção titânica que é record até então, mérito do XVII Governo. Visualizar, elaborar, assinar e implementar um projecto dessa envergadura,...

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Isso é resposta!?

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — ... financeiramente, em 16 meses, ainda nenhum governo anterior conseguiu.

Deputado Américo, estimados Deputados, do COMPRAN não havia nenhuma colheirinha do XVI Governo! Se o Sr. Deputado puxasse para si o projecto das fileiras agrícolas, de exportação, com a União Europeia, e o estudo da estratégia nacional de irrigação, Sr. Presidente, eu concordaria com isso.

O projecto das fileiras agrícolas não é COMPRAN.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, estamos no orçamento!

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — São coisas diferentes, nas formalizações e fonte de financiamento. Mesmo assim, o projecto de fileiras agrícolas de exportação, que iniciou com o XVI Governo, estava na geleira desde 2014 e conseguimos fazê-lo arrancar, com uma formalização completamente diferente da inicial, com uma nova visão e uma nova estratégia.

Risos do ADI.

A estratégia nacional de irrigação é um documento muito importante! A impressão com que fiquei é que o XVI Governo nem se apercebeu do tamanho da importância desse estudo. O estudo estava encostado, a dormir, e na passagem de pastas não foi abordado. Deste sim encontramos um estudo feito pelo anterior governo e o actual Governo apropriou-se dele e, junto à FAO e ao BAD, estamos a transformá-lo num projecto bancável e, ao mesmo tempo, na busca de parceria para a sua implementação.

Com a implementação desse projecto, haverá água para a agricultara em toda a área agrícola do País, refiro-me às duas ilhas que compõem o País.

Murmúrios do ADI.

Ao mesmo tempo, também estamos em conversação para mobilizar verbas para a sua implementação, um projecto de 108 milhões de dólares. Há uma pequena luz no fundo do túnel para conseguirmos 100 milhões de dólares americanos.

Murmúrios e protestos do ADI:

A implementação está na responsabilidade do próximo governo.

Outro assunto que nunca foi visto há mais de 30 anos, prende-se com o recenseamento geral da agricultura, que tem sido esquecido e nenhum dos governos que nos antecederam foram capazes de desempenhar esta tão nobre tarefa.

Murmúrios gerais.

Sem informações de estatística, Sr. Presidente, não é possível elaborar uma estratégia nacional de desenvolvimento da agricultura em São Tomé e Príncipe. Tudo que fizeram, Sr. Presidente, não passa de um tal ditado, «fazer inglês ver, para o português não estranhar», resumindo, «faz de conta».

Podem também dizer que foi o governo anterior, não me importa! Só sei dizer que levámos a cabo uma negociação com a União Europeia e já conseguimos 1 milhões de dólares, com que a FAO e o Instituto Nacional de Estatística vão implementar, no próximo ano 2022, o recenseamento geral da agricultura.

Pela graça de Deus, o cadastramento de pescadores, *palaiês*, agricultores, criadores de animais e transformadores vai ser uma realidade. Já concluímos o das *palaiês* e agora vamos iniciar o dos agricultores, criadores de animais e transformadores.

Excelências, o PRIASA III está em curso. Criamos uma equipa para o formalizar, com três ópticas: infra-estrutura de pesca, refiro-me à captura, transbordo e conservação, infra-estrutura de irrigação e pistas rurais.

Protestos do ADI.

O Sr. **Jorge Bondoso** (ADI): — Sr. Presidente, isso é declaração política!

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Hoje a linha de crédito é uma realidade, introduzida pelo XVII Governo e será um ciclo rotativo.

Hoje São Tomé e Príncipe ocupa o primeiro lugar em África com maior percentagem de área agrícola e, nesta base, elaborámos uma estratégia para transformar São Tomé e Príncipe 100% biológico. É um desafio enorme e desde já contamos com a colaboração da Nação.

Este desafio não vai ser concluído nesta Legislatura, nem na outra e já criamos uma equipa de elaboração da estratégia e plano de acção.

Portanto, fico por aqui e agradeço a vossa especial atenção.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Bom dia a todos.

Bem, eu vou fazer aqui duas ou três intervenções, uma delas será retrospectiva, mas a primeira poderá não ser do agrado de muita gente aqui nesta Sala, refiro-me às Sras. e Srs. Deputados, mas se calhar será do agrado do povo que me vai ouvir lá fora e, para mim, isso é o que mais importa.

Ontem, segui com muita atenção a preocupação de um deputado do ADI, no que toca ao atraso de salários, problemas com os bancos e, no fim da sessão, eu disse-lhe que hoje lhe lançaria um desafio, porque a história do atraso do salário tem que ser contada de todas as formas, até a forma de solução. Existem algumas verdades que pesam contra o Governo e outras a favor. De facto, os funcionários públicos habituaram-se a receber entre os dias 20 e 30 de cada mês. É uma verdade. É verdade também que com o atraso do salário para além do dia 30, cria problemas àqueles que têm crédito no banco.

É verdade! E, a este nível, eu pedia ao Governo encarecidamente, não entendo muito bem deste mecanismo, no sentido de negociar com o banco, tendo em conta que os créditos desses funcionários são feitos, exclusivamente à base do salário. Então, encontrar-se aí um mecanismo com o Banco, que, enquanto o Estado não paga, eles não serão penalizados. Bom, também não podemos deixar de reconhecer que vivemos num país com muita dificuldade, e que normalmente aprovamos o Orçamento, com despesas que, muitas vezes, o Estado não consegue suportar e, muitas vezes, dependemos do apoio externo. Na maioria das vezes!

Bom, temos que ter em conta o tipo de país que temos! Agora, uma verdade também que pesa a favor do Governo, paga atrasado, sim, mas paga! Quem recebe no dia 7 de um mês, devia receber no dia 22, mas recebeu no dia 7 do mês seguinte, se ele volta a receber no dia 7 do outro mês, ele está a receber no mês. São 30 dias. Portanto, ali, se contarmos dessa forma, não há salário atrasado. Se ele recebe este mês, no dia 10, e recebe no próximo mês, no dia 10, recebeu no prazo normal do mês. Mas como eu disse atrás, há essa questão de quem tem o seu crédito no banco e que sofre penalizações.

Mas agora eu vou avançar para a parte que muitas Sras. e Srs. Deputados não vão gostar. Sim, porque nós somos os defensores do povo. Discutimos aqui, queremos que o povo receba o salário a tempo. De facto, é normal e temos que lutar por isto, mas nós também podemos ajudar a resolver este problema. Porque, na esmagadora maioria das vezes, nós os Deputados recebemos primeiro do que o povo. E nós podemos tomar uma decisão! É verdade que a nossa massa salarial não vai resolver o problema, mas pode ajudar. Então, podemos tomar uma decisão, dizer: somos os defensores do povo. Enquanto o povo não receber, nós também não recebemos.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

E orientarmos assim os serviços da Assembleia e do Governo que, enquanto não se conseguir dinheiro para pagar os coitados, também os Deputados não recebem. E à semelhança dos Deputados, existem outros sectores que também podem fazer o mesmo.

Murmúrios.

Porque nós, os Deputados, se o nosso salário atrasa, temos alguma credibilidade de chegar a uma casa comercial e pedir um crédito. Mas uma pessoa que trabalha no cemitério, servente do hospital, varredor de rua, é difícil chegar a uma casa comercial, porque lhes vão dizer: «você não tem condições para pagar!» Então, vamos cuidar primeiro dessas pessoas. Primeiro o povo, segundo o povo, terceiro o povo. Este é o desafio que eu lanço aqui a esta Assembleia.

A outra parte é uma repetição. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Ministros, eu não estarei presente na especialidade. Amanhã, de manhã, terei que partir para a Região Autónoma do Príncipe, mas eu não gostaria de ver este Orçamento a ser discutido na especialidade, sem que se incluísse a compra de uma viatura de bombeiros, nova, e com capacidade para o Príncipe. E não é difícil encontrar verba para isso! Andei a olhar o Orçamento, há muitos sectores com verba para meios rolantes. Eu peço encarecidamente às Sras. e Srs. Deputados, de todas as Bancadas, que sejam solidários com o Príncipe. Então, analisem os sectores que não precisam de carro, não comprem carros, desviem verbas e comprem uma viatura de bombeiro, porque neste momento o Príncipe não está em condições de combater incêndios.

E agora, directamente para o Sr. Ministro das Obras Públicas, Osvaldo Abreu, eu tenho levantado aqui uma preocupação sobre mais um gerador que eu sei que o Governo já arranjou, que está na mão duma empresa competente para as devidas alterações, de forma que possa adequar à rede. No entanto, gostaria de lançar o desafio de confirmar se isso corresponde à verdade ou não.

Mas, antes, deixe-me, Sr. Ministro, também agradecer-lhe, porque eu sou um Deputado que normalmente tem ajudado a resolver muitos problemas do Príncipe, para que não falte gásóleo, para que Príncipe não fique na escuridão, para que não falte gasolina, para que o barco consiga deslocar-se a São Tomé. Muitas das vezes eu consigo isso com o seu apoio. Muita gente não sabe. Na maioria das vezes que eu consigo resolver os problemas, é com o apoio do Sr. Ministro das Obras Públicas, que tem uma forte

interferência sempre que há imprevisto, para que saía um ou outro navio, e assim resolver o problema da Região Autónoma do Príncipe.

Já fiz também isso com o Sr. Primeiro-Ministro. Uma vez, liguei à alta hora da noite. Atendeu, e ainda bem que atendeu, porque estava um barco à deriva, que rapidamente foi socorrido pelo navio Zaire.

Também o Ministro Cílcio tem sido vítima dessa pancada, e há mais uma pessoa que não está cá, enquanto esteve, o ex-Ministro da Defesa, Óscar Sousa. Toda essa gente, o meu muito obrigado.

Sr. Ministro das Obras Públicas, preciso de alguma informação sobre o novo gerador que está previsto ir para o Príncipe, se corresponde a verdade ou não.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Srs. Deputados, Srs. Técnicos, população são-tomense, as minhas respeitadas saudações.

A minha preocupação, preocupação do meu Grupo Parlamentar e preocupação do povo são-tomense está ligada à intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, quando dizia ontem que a suspensão da greve do Banco de Urgência já estava resolvida. Sr. Primeiro-Ministro, somos todos são-tomenses e a greve no Banco de Urgência preocupa a todos os são-tomenses. Por isso, quando o Sr. Primeiro-Ministro disse aqui que a situação já estava resolvida, não está resolvida. A greve continua, estando-se a dar uma assistência mínima. É o único Banco de Urgência que temos em São Tomé e Príncipe. O Sr. Primeiro-Ministro devia informar-se melhor. Nós somos são-tomenses, estamos preocupados com esta situação!

Eu recorde-me, há 1 ano, quando perdi um irmão, eu vim aqui e reclamei a situação que nós vivemos. Neste caso, dois irmãos, a minha prima cuja irmã está cá na sala, que é a Ministra dos Negócios Estrangeiros. E eu vim aqui falar das condições do Hospital, muitos não concordaram comigo, muitos murmuraram. E hoje, em pleno 2021, a situação continua. Nós sabemos que as coisas não estão bem. Nós conhecemos a realidade do País! Sabemos! Mas quem tem lá as suas condições, consegue se safar, apanhar o avião e ter assistência lá fora! E os outros? E até que a gente chegue lá fora, até que a gente consiga viajar, arranjar meios para viajar, nós temos que ser assistidos no Banco de Urgência.

Por isso, quando o Sr. Primeiro-Ministro veio aqui dizer que a situação já estava resolvida, não está resolvida! Quando saí daqui da Sala, recebi vários telefonemas. Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, a coisa está mal! Não está bem!

O Sr. Primeiro-Ministro falou ontem de *flóli canidu*, e este Orçamento que o senhor apresentou, por acaso, é um orçamento *flóli canidu*. *Nguê tê sotchi só ca bá goza cuê*.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, quando estiver a falar, esclareça melhor, fale melhor. Eu sei que aqui na Sala temos médicas, e têm a consciência disto. Eu estive no Hospital, no Domingo, fui socorrer alguém ao Hospital e eu vi lá as condições. Eu não estava para dizer nada, não estava para intervir, para falar outra vez do Hospital. Tenho a consciência que a coisa não é fácil. Nós todos sabemos, mas a situação continua. Os enfermeiros ligaram, os técnicos de saúde ligaram a dizer, e eu quero aqui felicitar esses técnicos, esses profissionais que trabalham nessas condições, fazendo o seu sacrifício, dando o seu melhor, mas não pode continuar. Nós não podemos terminar esta legislatura assim. Fomos falando, falando, mas a situação complica cada vez mais.

Sr. Primeiro-Ministro, o povo está a sofrer! Para além de as pessoas não estarem a alimentar-se como deve ser, faltam-nos ainda assistência médica e medicamentosa, para que o Banco de Urgência entre em greve!

Sr. Primeiro-Ministro, por favor, passe a falar a verdade! Informe-se, para depois nos comunicar. Nós somos Deputados, somos os representantes do povo e nós precisamos de ajudar a esclarecer.

Dizendo isto aqui, não está, Sr. Primeiro-Ministro. Recebi chamadas, dizendo que não está, continua suspenso, com atendimento mínimo. Foi o que me disseram.

Muito obrigada.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sra. Deputada Alda Ramos.

O Sr. Primeiro-Ministro quer já ripostar, tem a palavra. É prioridade.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Jorge Bom Jesus): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional e, por extensão, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. Srs. Membros do Governo, Bom dia. Bom dia, povo de São Tomé e Príncipe.

Portanto, vim aqui, não para polémica, mas sobretudo para responder directamente, olho no olho, perante essa interpelação que me foi feita, de forma directa, também.

Eu peço que nós não façamos política com a miséria, com a dificuldade, com a saúde do povo de São Tomé e Príncipe, porque nós sabemos, nós todos carregamos essa carga há muito tempo. Gostaríamos de facto de ter um país melhor, e sempre lutamos para que se pudesse garantir o bem-estar, a felicidade. Acaba por ser a finalidade do processo de independência, que foi o objectivo mínimo. Porque o máximo é a gente conseguir garantir essa felicidade, esse bem-estar.

Ainda ontem foi aqui dito que os mais novos lutam para sair do País, e nós temos que criar condições para poder fidelizá-los aqui. E isso só é possível, se nós garantirmos o desenvolvimento mínimo, e esse desenvolvimento mínimo passa pela vida, em primeiro lugar, a saúde. Nós todos estamos aqui fechados, confinados nesta Sala. Eu não saí daqui, eu recebi as informações, vou monitorizando, como toda gente que está aqui. Esta é a minha função, ir obtendo informações aqui e acolá.

Nós, com os sindicatos, assinámos um memorando que nos dava 4 semanas para cumprirmos as reivindicações. É o que nós estamos a fazer. E quando me foi colocado, ontem, o problema da greve nas Urgências, eu tentei indagar, e o que me disseram é que havia um problema de ar condicionado, que normalmente deveria ter sido colocado desde Sábado, mas por causa do temporal não se conseguiu colocar, mas que o Electrofrío já estava lá a colocar. Confirmaram-me que o problema neste momento...eu não sei, ao nível os Deputados, alguém poderá dar um salto, para confirmar. e poder desmentir-me, se de facto não há. Mas, pelo menos, as informações que tenho, e ainda esta manhã, o próprio Director do Hospital informou ao meu Gabinete de que a climatização está colocada, que só falta é um problema de tecto um tecto falso que falta repor. Portanto, é o que me informaram. E me disseram que, tendo sido resolvido esse problema, que o problema estava resolvido, pelo menos, pontualmente, em relação a isso.

Agora, esta manhã, também soube que parece que a greve continua. Agora, eu tenho que saber exactamente o que se passa. E é preciso nós desconfiarmos, porque em momentos desses é preciso se desconfiar até da própria sombra política. Porque pode haver gente interessada em fazer o aproveitamento político, num momento em que nós estamos na Assembleia, em que estamos a terminar o ano. Portanto, vamos continuar a monitorizar.

Agora, eu quero dizer-lhe que eu não menti. Não há interesse nenhum em que o Chefe do Governo minta perante uma situação que é possível verificar. Portanto, eu dei informação, em função dos dados disponíveis! Hoje, se as coisas mudaram, é a própria dinâmica e vamos continuar. O nosso trabalho é mesmo esse. É dia à dia, tempo a tempo, hora a hora, irmos resolvendo, num País difícil e que ninguém conseguiu solução viável até agora.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.
Tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Dias.

A Sra. **Cristina Dias** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Povo de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Sr. Presidente, antes de mais, eu gostaria de desejar-lhe as rápidas melhoras e que Deus vai ajudar-lhe a ultrapassar o problema que tem o mais breve possível!

Eu gostaria de felicitar o Governo pela forma como tem conduzido o processo de combate à pandemia Covid-19.

Gostaria também de parabenizar o Governo, pelo facto de ter incluído neste Orçamento e nas Grandes Opções do Plano um capítulo destinado ao Orçamento Sensível ao Género. Na nossa análise, identificámos 12 programas do nível 1 – os Sr. Deputados têm as Grandes Opções do Plano, podem ir lá ver o que é que corresponde ao programa de nível 1 – 47 programas de nível 2 e 3 programas de nível 3. Mas espero que para 2023 o número de programas suba mais do que três. Apesar deste ganho, ainda não nos satisfaz na totalidade, mas podemos dizer, antes tarde do que nunca. O caminho faz-se caminhando, leve-leve, «água mole em pedra dura, vai batendo até que fura».

Eu gostaria de exortar o Governo a tudo fazer, no sentido de dotar os sectores de inspecção e controlo de qualidade dos produtos alimentares, para que possam desempenhar efectivamente o seu papel. Falo de controlo de qualidade dos produtos, à entrada nas Alfandegas, nos armazéns onde são estocados e nas prateleiras das loja, porque há indícios de comercialização de alguns produtos já em cima do prazo. Estamos a debater aqui o problema da saúde, não ajuda muito também na saúde da população.

Outro assunto não menos importante é a fiscalização e a implementação das directivas do Governo, para a prevenção e combate à Covid-19. Nós temos a questão de lotação dos fundões que, segundo as informações, deveriam ser pelo menos até 50%; das discotecas que também deveriam ser pelo menos até 50% da lotação total, mas não tem acontecido isto. Informações que nós temos é que chamam a Polícia, a polícia vai lá, mas não consegue resolver o problema. Seria bom que o Governo tomasse em mãos esse problema, porque a pandemia veio para ficar, nós temos que ter consciência disso e não devemos nos relaxar tanto, como se tem propalado por aí que não há pandemia, não há nada disso é uma forma que o Governo arranjou para comer dinheiro, é isso que dizem. Acho que o Governo deveria assegurar e seguir a aplicação das normas que são determinadas para a prevenção e controlo da pandemia.

Sr. Primeiro-Ministro, nós estivemos a ler as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado, a nível do Sector da Justiça, nós encontramos algumas actividades nas Grandes Opções do Plano e não encontramos a sua correspondência no Orçamento Geral do Estado. A Educação tem quase três páginas de actividades, eu gostaria de sugerir ao Sr. Primeiro-Ministro e à Ministra da Educação que centrasse somente naquilo que é possível executar, para não ter «uma lista de compras, chegar ao mercado e ver que o dinheiro é pouco, e muita coisa não vai para casa», desculpem o termo. Portanto, tendo em conta as

eleições no próximo ano, devia definir as prioridades das prioridades a nível da Educação, para poder incluir no Orçamento Geral do Estado, porque há muita coisa que nós vemos, não é só deste Governo, dos outros governos todos. Eu fui consultar os outros Orçamentos as outras Grandes Opções do Plano, há sempre, a nível da Educação, muita coisa que depois se vai repetindo várias vezes.

Notei também, e acho que é muito bom, a reorganização do Sector da Diplomacia, mas eu gostaria de obter informações sobre o funcionamento das embaixadas, onde é que nós estamos. Nós sabemos que o Governo, quando entrou, havia uma dívida enorme com as transferências do dinheiro para o funcionamento das Embaixadas, o Governo conseguiu minimizar este problema, mas não sei se resolveram todo o problema, se as Embaixadas estão a funcionar em pleno ou se não.

De igual modo, saber que acções concretas o Governo tem para 2021, tendo em contacto as eleições legislativas, regionais e autárquicas, em que, para as legislativas, a nossa diáspora vai votar. Também vi muita coisa, e gostaria de obter essas informações, antes de fazer qualquer outra intervenção.

Para terminar, questão direccionada para a Ministra da Justiça, eu gostaria de ouvir acções concretas para a prevenção, combate e a criminalização dos violadores de menores e dos praticantes de violência doméstica, sobretudo contra mulheres e crianças.

Tenho dito, fico por aqui.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sra. Deputada Cristina Dias.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rui Cardoso.

O Sr. **José Rui Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Técnicos da Assembleia Nacional e da Comunicação Social, Povo de São Tomé e Príncipe, em particular, população do Distrito de Lembá.

Sras. e Srs. Deputados, ontem, acompanhei, atentamente, a intervenção dalguns Deputados aqui e vou agora, precisamente, pegar na última parte, que tem a ver com o Banco de Urgência, que se mencionou ainda há pouco.

Ontem, um deputado veio aqui falar do Banco de Urgência, mas de uma forma que dá a ideia de que está satisfeito com o que está a acontecer. Está muito satisfeito com aquilo que está a acontecer, e até dá a entender que há alguém por detrás disso!

Senhores, o Banco de Urgência é um lugar onde vamos todos nós. Podemos estar aqui a falar e, de repente, algum elemento da nossa família pode ter alguma reacção e ir para o Banco de Urgência. Uma das coisas que temos fazer é ver como solucionar o problema, e não falar com um ar de muita satisfação. Eu acho que uma pessoa que vem aqui, como Deputado que está a defender o povo, não deve falar disso com ar de satisfação.

Por outro lado, um deputado falou aqui de lembranças. Sras. e Srs. Deputados, se formos falar de lembranças, o Sr. Primeiro-Ministro, Jorge Bom Jesus, tem muitas. Patrice Trovoada deixou também neste País algumas lembranças, esticou o fio em muitas localidades deste País...

Aplausos do ADI.

Mas, na altura, quando esticou o fio, havia problemas de produção de energia. O XVII Governo regularizou o problema da produção da energia. É a continuidade do Estado. Há coisas que o próprio Estado não dá continuidade, mas este Governo deu continuidade! Devo dizer que, no que toca ao Distrito de Lembá, este Governo já levou energia a quatro comunidades, que passo aqui a citar: Bairro Ôbo Rosema, Obô Ribeira Palma, Santa Clotilde e Paga Fogo. As pessoas que são de Lembá sabem quais são as zonas que eu estou aqui a mencionar.

O Deputado Felisberto já levantou aqui várias vezes o problema da orla costeira, junto ao túnel. O actual Governo conseguiu resolver este problema. Quer dizer, se não resolvesse, talvez as pessoas que vivem em Santa Catarina tinham que recorrer à via marítima, para virem à cidade capital. Mas este problema está resolvido.

Com este Governo, para quem conhece Santa Catarina, porque há muitos Deputados que estão aqui a falar, e talvez não conhecem a zona, não se deslocam em visita, para depois virem aqui representar o povo, falando a verdade, o muro de protecção da zona costeira que o Governo está a fazer em Santa Catarina, neste momento, está em curso. E também destaco a construção de 40 casas, destinadas às pessoas de Santa Catarina que vivem nas proximidades da zona costeira.

Está, neste momento, em construção um posto de Saúde, em Diogo Vaz.

Também o Governo, como dizem aqui, tapou os furos da estrada da cidade de Neves. Ainda bem que os tapou Hoje, a cidade de Neves está mais perto da cidade capital. Dantes, quando se tapava os furos dessa estrada, chegava-se apenas à entrada de Praia das Conchas, onde vivia o primeiro-ministro. De lá para frente, não se tapava.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Mas hoje, temos os buracos da estrada tapados.

Por essa razão, gostaria de pedir que as pessoas sejam mais coerentes e mais fiéis, e para dizer que algumas lembranças vão ficar.

Quero dizer ainda que, ao nível do Distrito de Lembá, pela primeira vez, há elementos a ocupar cargos de direcção na Administração do Estado. Dois directores. Nunca tivemos! Mas com este Governo, o Distrito de Lembá tem dois directores na Administração do Estado.

Quero acrescentar que os alunos do Distrito de Lembá dificilmente conseguiam acabar os seus estudos universitários. Mas, neste momento, temos 120 alunos a estudar nas Universidades. Eu exerci a minha influência junto à Ministra da Educação e conseguimos transporte para que esses alunos pudessem vir para a cidade prosseguir os seus estudos...

Aplausos do MLSTP/PSD.

...e temos agora esses alunos a estudar.

No ano 2021, este Governo conseguiu, ao nível de Lembá, empregar cerca de 120 pessoas, o que nunca tinha acontecido. Mas com este Governo, aconteceu.

Tudo para dizer, quando vêm para aqui falar de lembrança, têm que saber falar de lembrança, e sem muito protagonismo...

Murmúrios.

...porque temos que saber fazer a nossa política.

Sras. e Srs. Deputados, são 46 anos de independência. Se nós tentarmos unir para que este País dê um passo em frente, então isso poderá acontecer. Mas se estivermos desunidos, nunca mais este país vai chegar ao bom porto.

Murmúrios.

Tentou-se fazer aqui nesta Sala o Diálogo Nacional. Pensou-se que com o Diálogo Nacional íamos resolver algum problema do País. Mas, mesmo assim, não conseguimos.

Obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, antes de entrar naquilo que me traz aqui, eu gostaria de criticar algumas questões.

Primeiro, dizer ao Sr. Rui Cardoso que se esqueceu de uma pessoa, que é o Presidente da República. Lembá também tem um Presidente da República. O senhor se esqueceu de dizer isso.

Risos do ADI.

Sr. Presidente, eu peço desculpa. Muitas vezes, há quem critica a sua forma de dirigir os trabalhos, e há quem aceita. Eu aceito a tolerância que o senhor tem tido, na forma como estamos a discutir o Orçamento, porque o assunto aqui é o Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano. Quando os Deputados vêm cá falar de questões que não têm nada a ver com o Orçamento, muitas vezes, isso não ajuda também o Governo a analisar, a ter em conta as contribuições dos Deputados em relação à proposta que o próprio Governo introduziu.

Eu gosto muito de ouvir o Sr. Ministro da Agricultura e Pesca, porque é um bom contador de histórias. Mas, muitas vezes, deturpa também a história! A história é contada de uma forma deturpada. Eu gostaria que o senhor viesse aqui contar-me a história, por exemplo, de 2019, quando o senhor teve conhecimento da existência de fundos na Direcção de Pescas, particularmente os 2 milhões de dólares que eram destinados à aquisição de motores fora de bordo, de apoio aos pescadores artesanais. Numa determinada altura, quando a Comissão o chamou para pedir esclarecimentos, porque a esse dinheiro foi dado outro destino, que seria a construção de dois pequenos barcos semi-industriais, que já estavam encomendados, já estavam a ser construídos, inclusive. Fui atrás dessa informação e soube que houve um escritório que foi recrutado, em Londres, depois houve uma encomenda à Sri Lanka, para a construção dos barcos semi-industriais, mas infelizmente os barcos não chegaram. Essa história o senhor não contou, e eu gostaria de ouvi-la.

Agora, entrando na questão do Orçamento, Sr. Ministro das Finanças, eu, ontem, levantei várias questões ligadas ao financiamento e eu continuo a estar preocupado com alguns financiamentos que aparecem no quadro número 4, da evolução do *stock* da dívida pública, relacionado com a dívida pública, particularmente, naquilo que eu levantei ontem sobre os passivos contingentes. Quando vejo os valores dos passivos contingentes neste Orçamento, eu tenho uma certa dificuldade em entender qual é o volume das garantias do Estado às empresas públicas, para que esse valor fosse tão elevado, ou seja, 172.7 milhões

de dólares. Portanto, esse passivo contingente, só de garantias do sector público com dívida interna a nível da banca, seria muito dinheiro. Quer dizer que as empresas estão muito endividadas, ao ponto de ter um número grande de passivo. Por isso, eu gostaria que as coisas fossem explicadas, as informações fossem dadas de uma forma mais aberta, mais transparente possível, porque não acredito, sinceramente, como Deputado, que esse valor seja a garantia do Estado a essas empresas que tenham dívida junto à banca. Portanto, não acredito que esse valor seja só em relação a essas empresas. Agora, como não gosto de especular, pergunto. Eu gostaria de saber, se esse passivo contingente inclui outras dívidas. Não gostaria de ser eu, Deputado, a dizer de que dívida se trata, mas que pudesse o Governo esclarecer e dizer «olha, os passivos contingentes constantes no Orçamento são provenientes da garantia do Estado às empresas públicas que contraíram dívidas com a banca e outras despesas, outros atrasados, determinadas empresas que, infelizmente, eu não vou dizer. Gostaria que o próprio Ministro pudesse esclarecer.

Outra questão, eu falo novamente das fontes de financiamento. Sinceramente, eu sei que existem vários concursos públicos já lançados, principalmente da estrada, do Liceu de Caué, que já foi lançado, inclusive os processos já estão depositados no Tribunal de Contas; a extensão eléctrica para o Sul e muitos outros processos que já estão em curso. E esses concursos foram lançados, muitos deles, com uma dotação orçamental mínima que nem dá garantias dos 30% que o Governo diz que tem que avançar no próximo ano. Por isso, eu gostaria de algum esclarecimento, principalmente sobre a estrada que liga Bôbô Forro, Madalena a Desejada. São 5 milhões de dobras que estão no Orçamento e essa estrada custa 91 milhões de dobras, segundo o processo. Por isso que eu gostaria que me dissesse como é que nós vamos arrancar uma obra, em 2022, se nem sequer temos 30% no Orçamento para essa mesma obra? São esses aspectos de incoerência que eu gostaria que fossem esclarecidos. Como é que nós, no Orçamento, temos um valor mínimo para determinadas obras e, estamos a lançar pedras, estamos a fazer tudo. Quer dizer, vamos fazer? Estamos a ser honestos? O Governo está a ser honesto consigo próprio? Não!

É por isso que ontem lancei um repto ao Governo, no sentido de fazermos o que podemos fazer, com o que temos. Não inventemos nada! Não vamos esperar que alguém nos dê dinheiro. «Eu vou pôr, porque alguém me vai dar dinheiro!» Não pode ser!

Um dos aspectos que eu sei fazer é estudar os documentos. Nas contas que fiz, precisa-se da República Popular da China, para 2022, cerca de 20 milhões de dólares, para financiar os projectos constantes deste Orçamento. Nós também sabemos que há um acordo com a República Popular da China de 35 milhões de dólares para 5 anos, e nós estamos a propor à China um financiamento de 20 milhões de dólares, para o próximo ano, 2022! Vai ser possível? Há garantias?

No meu apontamento, também eu vi, com o FMI, um montante de cerca de 5 milhões de dólares, também para financiar projectos. Por aquilo que eu conheço do FMI, o FMI não financia projectos. Repito, não financia projectos! Gostaria de ser esclarecido sobre esse fundo do FMI, que está destinado a vários projectos.

Ontem, eu também falei que este Orçamento está carregado de imposto. É verdade, Sr. Ministro, que eu reconheço que talvez se tenha enganado, nesta matéria, mas eu fui ao artigo 8.º da Lei do Orçamento e, no seu ponto 11, vi uma redacção: «São agravadas as sobretaxas aduaneiras aplicadas sobre a importação dos produtos, conforme o código da pauta aduaneira a seguir indicado». Portanto, produtos incluídos no grupo de 22-03, 22-04, 22-05; depois os outros produtos do grupo de 85, portanto, 85-39, e eu gostaria de saber quais são esses produtos, cujas taxas vão ser agravadas. Por isso que eu gostaria de obter algum esclarecimento sobre essa questão.

Outra questão que também vi na mesma Lei, no ponto 14, diz: «Ficam isentos dos impostos sobre rendimentos de pessoas singulares, IRS, os prémios de Totoloto Nacional incluídos na categoria D, incrementos patrimoniais de quantitativo inferior ou igual a 1500 dobras.» Eu levanto este problema, porque nós recebemos aqui representantes da Cruz Vermelha, que disseram que um dos problemas que a Cruz Vermelha tem para financiar os projectos sociais é a taxa que se cobra sobre os prémios. E eles pediram a intervenção da Assembleia, para ver com o Governo qual é a forma mais correcta para ir buscar esses impostos aos premiados, aos de boa sorte. E eles disseram que essa taxa que se aplica de impostos aos premiados está a afugentar os apostadores. E a Cruz Vermelha vai tendo menos receita para poder financiar os projectos sociais. Por isso, eu gostaria também um esclarecimento sobre este assunto.

É tudo por enquanto, muito obrigado pela vossa atenção.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.
Tem a palavra o Sr. Deputado Esmael Espírito Santo.

O Sr. **Esmael Espírito Santo** (ADI): — Sr. Presidente, desde logo, gostaria de saudar a todos os presentes e dizer aqui que a minha intervenção consagra algumas preocupações, esperando não cansar, nem ao povo que me ouve, nem às Sras. e Srs. Deputados presentes nesta sala. Eu não gosto de ser longo, porque o povo já está cansado de palavras.

Esteve aqui um ministro que, na sua citação, disse que tem entrado muito dinheiro em relação ao governo anterior. Como tem entrado muito dinheiro, em relação ao governo anterior, eu gostaria de solicitar ao Sr. Ministro: com tanto dinheiro que entra ao seu Ministério, como é que nos orçamentos subsequentes que entram aqui nesta Casa Parlamentar, a estrada de Claudino Faro, tem estado e está incluída, mas o senhor não faz nada? Se no seu Ministério entra tanto dinheiro e o seu Ministério tem a ver com as estradas

rurais, então alguma coisa está mal aqui! Alguma coisa está mal aqui, porquê? Porque os motoristas que fazem trajecto para estas comunidades não encontram mais alternativa, a não ser, um dia, desistirem! Desistirem de porquê? Porque todas as semanas têm que comprar pneus, são amortecedores, que têm que comprar todas as semanas, e o Sr. Ministro está aqui a exhibir. O Sr. Ministro está aqui a exhibir!

A vossa governação tem tanto dinheiro, mas também na vossa governação os problemas aumentaram bastante! Alguma coisa deve estar mal! Alguma coisa não deve estar a bater bem!

Nós, com o pouco dinheiro que tivemos, porque nós não exibimos dinheiro aqui, fizemos muitas obras, crescemos o País, o povo assistiu.

Aplausos do ADI.

Isto não é o Esmaiel que está a dizer. É a população. Até quem está no estrangeiro apercebeu.

Um deputado falou de solidariedade. É solidário. Para lembrar, ajudou a 150 jovens, e é bom! Eu quero dizer ao Sr. Deputado que a solidariedade é uma coisa de boa-fé, não deve ser exibida! O vosso Governo, com o projecto de solidariedade, o Projecto Família, tem feito o quê? Com que as pessoas beneficiárias se tornem militantes à força! A solidariedade é um acto voluntário e a militância é voluntária. Não se pode, de maneira nenhuma, gerar dependência com a solidariedade. Isto é mau! E é a postura que eu tenho estado a constatar, não vou dizer de um ou de outro, até foi dito aqui nesta sala!

Sr. Primeiro-Ministro, esta pergunta é para si, por quem tenho um enorme respeito, foi Ministro, enquanto eu fui professor.

Para dizer ao Sr. Ministro que nós estamos no final do ano e o povo gostaria de saber aqui, através desta Casa Parlamentar, como é que fica a próxima eleição. Nós teremos três eleições...

A Sra. **Cristina Dias** (MLSTP/PSD): — Três?

O Sr. **Esmaiel Espírito Santo** (ADI): — ... legislativas, Sra. Deputada, autárquicas e regional.

Para dizer o quê? Que nós devemos, a partir de hoje, não estou a exigir, mas se o Sr. quiser dizer ao povo, diga como é que estão os andamentos de preparação para a próxima eleição, como é que está a questão das dívidas que contraíram com os elementos que trabalharam para essa Comissão. Para quando a Comissão irá arrancar os trabalhos? Porque há muitos jovens que não estão satisfeitos com o estado do País, que querem inverter o estado de coisa, que querem um novo poder. Eles demonstraram isto para mim. Não são minhas palavras.

Sr. Primeiro-Ministro, eu tenho por si um enorme respeito, e gostaria de perguntar-lhe qual é a estratégia que tem, porque falou aqui de uma estratégia que não me deixou muito satisfeito, do sentimento dos jovens abandonarem o País. E esse sentimento é grave! Esse sentimento é grave, porque cada um deve nascer, crescer e viver na sua terra! Não é sair da sua terra, porque as coisas não mudam. O Governo pede o poder, mas as coisas se mantêm. E vimos com esse discurso de que nós conhecemos o nosso país, não sei quê, não sei quanto. É preciso nós arranjar-mos uma política séria, uma estratégia séria. No meu entender, é preciso passar por criar empresas, criar empregos, abrir o País para o mundo, para certas empresas, cada um na sua área. É isso que devemos começar a pensar para o País, porque não é como o senhor disse aqui. Nós temos que melhorar o Hospital, porque os jovens querem sair. Eu não sei se o entendi bem, Sr. Primeiro-Ministro, mas penso que é preocupante. Ou devia ser matéria de elevada preocupação, porque, quando a Embaixada disse que já não há visto, eu vi em todos os lugares, que muita gente dizia que São Tomé vai acabar. E São Tomé acabando, o Estado vai ficar como? O Estado deve ter a sua população em grande crescimento, para garantir condições para o consumo também. Esse consumo vai gerar taxas e essas taxas ajudam o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Risos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização**: — Sr. Presidente, Caros Deputados, sob a anuência de Sua Excelência o Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, nós gostaríamos de congratular e corroborar com a proposta do Deputado António Barros, e dizer que o Ministro das Finanças também está informado e orientado, no sentido de que, enquanto não se asseverar o pagamento de salários aos funcionários da Administração Pública, os membros aguardarão a sua vez. Nós decidimos e o Primeiro-Ministro orientou no sentido de o Ministro das Finanças processar todos os salários dos funcionários da Administração Pública, e só depois processar dos órgãos de soberania.

Aplausos e murmúrios.

Caros Deputados, partindo do princípio...

Caros Deputados, atenção se faz favor.

Partindo do princípio de que Vossas Excelências vão adoptar a proposta do Deputado António Barros, então esta autorização está dada ao Ministro das Finanças para o efeito. Partindo do Princípio. Caso não for, nós, o Governo, vamos seguir com esta proposta.

Quanto à questão da Comissão Eleitoral Nacional, caros Deputados, é necessário conhecer o órgão Comissão Eleitoral Nacional. Não basta vir aqui falar de coisas que nós não conhecemos. A Comissão Eleitoral Nacional é um órgão autónomo, funciona e responde perante a Assembleia Nacional, não o Governo. O Governo assegura as condições financeiras e materiais para o processo e o acto eleitoral. E nesta senda, estão orçamentadas verbas para a realização das três eleições em 2022.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Eu gostaria começar exactamente a onde terminou o Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Sr. Ministro, é exactamente esta parte que cabe ao Governo que se está a reclamar, a parte financeira. A responsabilidade financeira do Governo. As pessoas estão a reclamar a parte financeira. O Sr. disse aqui que a Comissão Eleitoral é um órgão autónomo, funciona junto à Assembleia Nacional, mas o problema está no pagamento, quer das dívidas, quer da alocação de verbas para as próximas eleições. Pelo menos é isso que eu entendi que foi aqui colocado.

Outra questão tem a ver com o desafio aqui lançado pelo meu colega Deputado António Barros. Para dizer que eu também subscreveria ou subscrevo, mas com uma condição, Sr. Deputado, colega. Repito, com uma condição. Já que estamos cá a discutir o Orçamento Geral do Estado, estamos cá todos na sede da discussão do Orçamento, podíamos pôr-nos de acordo em relação a uma questão simples. Toda gente, não é? Os Deputados, os Ministros, o Presidente da República, a Presidência da República, todos. Mas já que estamos cá todos, está também o Governo, assumiríamos aqui um compromisso: que o salário seria pago entre os dias 25 e 30. Estamos todos de acordo, 25 a 30. O salário começa a ser pago no dia 25 e termina no dia 30, no máximo. Ok, púnhamos todos de acordo, sem problema nenhum. Penso eu que estaríamos todos de acordo.

Aplausos do ADI.

No dia 25, começa-se a pagar os salários e no dia 30, fecha-se.

Aplausos do ADI.

Porque nós estamos aqui a dizer uma coisa tão simples que as pessoas entendem, mas estão a fingir. Estão a fazer de contas, não estão a querer entender que é preciso, primeiro, não confundirmos 30 dias com dia 30! Há pessoas que percebem das coisas, mas não querem dizer, ou então andam a brincar. Nós estamos a dizer, 30 dias, dia 30. Porque se o Governo continuar a pagar o salário no dia 10, dia 9 de todos os meses, dá 30 dias. Ok, mas não está a pagar no dia 30. Custa as pessoas entenderem isso? Porquê? Porque o compromisso que 90% dos funcionários públicos têm com o banco é para pagar até ao dia 30. No dia 30, o banco desconta. Então, se o salário sai no dia 8, dia 9, dia 10, ele tem que pagar o juro de mora. E vai pagando isso todos os meses. Nós já estamos cansados de dizer isso!

Nós podemos pôr-nos de acordo, ok, tudo bem, mas que o salário seja pago no dia 25, até ao dia 30, o mais tardar. Tudo bem, não há nenhum problema!

Outra questão, nós também temos que ter algum cuidado, porque o Sr. Ministro das Finanças disse ontem, quando fazia alusão ao reajuste salarial, que é uma novela que vai e vem, não se sabe exactamente quando é que ela começa. Porque, de facto, o senhor disse aqui que não se pode melhorar o salário dos que ganham menos, sem prejudicar os que ganham mais. Nós temos que ter algum cuidado, Sr. Ministro das Finanças. Nós não embarcamos nessa de prejudicar alguém. Nós não estamos disponíveis para prejudicar ninguém. Nós só estamos aqui para dizer que é preciso cumprir com aquilo que se diz. Homens de Estado têm que ser homens de bem! Aquando da retirada da proposta de reajuste salarial, disse-se aqui que isso vai, mas em breve volta. Como se diz, «em breve voltarei». E estamos à espera que de facto haja coisas concretas.

Agora, dizer que é preciso prejudicar uns, os que ganham mais, para depois satisfazer às necessidades dos que ganham menos, eu acho que não devemos ir por essa via.

Outra questão, ainda com relação ao Orçamento Geral do Estado, eu dei uma passadinha no Orçamento, sobretudo no capítulo da Educação, e acho que estamos a esquecer de alocar verbas para um sector muito importante, que tem a ver com a investigação científica. No nosso País não se fala, não se investe, não se preocupa com a questão que tem que ver com a investigação. Não se investiga quase. No Orçamento Geral do Estado, na área de Educação, não vi nenhuma verba alocada para investigação científica! Eu acho que há a necessidade de começarmos, porque um país onde as pessoas não investigam, um país onde aparece conjuntivite, aparece qualquer tipo de situação, não há trabalho de investigação para a gente saber exactamente o que é, quer dizer que ficamos a depender apenas daquilo

que é feito fora. É por isso que eu acho que há necessidade de se investir na área da investigação científica.

Outra questão, ainda relativamente à Educação, Sra. Ministra da Educação, Primeiro-Ministro, nas Grandes Opções do Plano, o Governo pretende reduzir o insucesso escolar, mas há uma questão que, se calhar, estamos a esquecer, ninguém se lembra disso, tem a ver com a cantina escolar. Diziam, no passado, que um prato quente servido na escola é uma motivação extra para que as crianças permaneçam na escola, mas faz tempo que não se serve um prato quente nas escolas. Eu não sei se a Sra. Ministra, o Governo, tem outra informação. Esta é a que eu tenho, e era bom que as pessoas se apercebessem o que é que se passa, porque no acto da matrícula nós, os pais e encarregados de educação, pagamos uma taxa, que se chama «taxa de cantina». E isso foi pago, mas não há esse serviço nas escolas. Não sei se o Governo tem outra informação, para que possa elucidar-nos.

Outra questão tem a ver com a segurança nas escolas. Estamos a reclamar a falta de segurança nas escolas, mas não há nenhuma verba alocada para a questão de segurança, nem sequer está aqui nas Grandes Opções. Não sei qual é a estratégia que o Governo tem para combater a insegurança nas escolas.

Estamos a construir salas de aulas, estamos a reabilitar escolas, mas estamos a esquecer de um pormenor que é a garantia de segurança desses edifícios, a protecção dos edifícios e dos estudantes que lá estão.

Outra questão tem a ver com os hospitais, o Hospital, neste caso, e os Centros de Saúde. A mesma coisa. A insegurança é tal, que qualquer um entra, qualquer um faz o que quiser fazer. Eu acho que nas Grandes Opções do Plano deveria haver estratégia para se combater esses males.

Muito obrigado pela vossa atenção.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Carvalho.

O Sr. **Arlindo Carvalho** (PCD/MDFM-UDD): — Venho cá falar um pouco do Sistema de Saúde e, antes, eu gostaria de felicitar as equipas que vêm trabalhando nos vários programas a nível do sistema, falando do Programa de Luta Contra Sida, Tuberculose, Paludismo, Programa de Saúde Reprodutiva e Vacinação, onde os resultados têm sido extremamente bons e reconhecidos internacionalmente. São Tomé e Príncipe tem uma das maiores taxas de cobertura vacinal da nossa Região. Eu quero também aqui felicitar as equipas que a nível dos hospitais e centros de saúde têm dado tudo de si para a solução dos problemas e saúde da população.

Mas um dos problemas que tem embaraçado, realmente, a capacidade de resposta é a indisponibilidade de recursos medicamentosos e consumíveis, para que os técnicos possam dar resposta diária e satisfatória a todas as pessoas que procuram os Serviços de Saúde. Um dos grandes problemas é que o custo dos medicamentos e consumíveis está a subir de forma vertiginosa no mercado internacional. Para dar apenas só dois exemplos, não estou a falar de custos, mas estou a falar da quantidade de medicamentos que podiam ser consumidos. O nosso hospital tem mais de 400 camas. Se à metade das pessoas que estão no Hospital fosse prescrito o paracetamol, portanto, um comprimido três vezes ao dia, nós teríamos que importar, só para o Hospital, 219 000 comprimidos paracetamol, por ano. O soro, um frasco apenas, seriam necessários 146 000 frascos. Portanto, os consumíveis, reagentes e outras necessidades de saúde merecem reflexão e merecem de nós procura de soluções que sejam sustentáveis.

Houve um processo de reforma do Sistema de Saúde que deu início há algum tempo a esta parte, em que se tratou bem das questões que têm a ver com a operacionalização dos distritos sanitários, do sector da farmácia, organização administrativa, sector do sistema de informação sanitária, vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, mas o sistema de financiamento de saúde foi tratado de forma tímida pelos sucessivos governos. Então, essa questão deve ser abordada de forma mais acutilante, temos que encontrar uma forma no orçamento para abordagem dessa questão, equipas que possam tratar disto, para que as pessoas que recorrem ao hospital possam ter assistência garantida.

O Estado não vai ao hospital. Quem vai são os cidadãos. Então, os cidadãos têm que participar, e é preciso que esta participação seja gerida de forma justa pelas finanças, para que se evite o pagamento ao acto. Porque este é que é o grande problema, porque no momento em que a pessoa esta doente pode não ter o dinheiro para pagar, mas a pessoa pode pagar previamente. E é esse sistema que nós temos que encontrar.

Há países com boa experiência nessa questão de pagamento de sistema de saúde, o Ruanda é um deles, em que os funcionários participam regulamente e o Estado participa de maneira que o fundo de saúde esteja disponível, e as pessoas procuram encontram resposta para os seus problemas de saúde. Porque não é fácil um país pequeno como o nosso, com um hospital sanitário, um hospital com mais de 400 camas, cerca de 36 postos sanitários, 6 centros de saúde com internamento, encontrar solução diária para as pessoas que procuram resolver os seus problemas de saúde a nível dessas instituições. Então, é preciso que essas participações sejam redistribuídas, e é preciso encontrar formas de reforçar essa participação de maneira que ela garanta sustentabilidade ao Sistema de Saúde.

Portanto, é um desafio que eu gostaria de deixar ficar, pensemos na questão de financiamento do Sistema de Saúde, de uma vez por todas, para que haja sustentabilidade na questão de assistência à saúde.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Américo Ramos.

O Sr. **Américo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, eu voto cá mais uma vez, não para levantar questões, mas para responder, porque fui citado, na intervenção do Sr. Ministro da Agricultura.

Para dizer que eu acho escusado fazer um discurso de mais de 20 páginas, para responder a uma pergunta simples. E fi-la no sentido de chamar atenção ao Sr. Primeiro-Ministro, de não reivindicar paternidade de muitos projectos, porque há um princípio de continuidade do Estado.

Eu não disse em momento nenhum que tenho paternidade sobre o projecto COMPRAN. Eu disse que mesmo o projecto COMPRAN pode ser um projecto cujas negociações com o FIDA teriam sido iniciadas no anterior governo. Certamente, quando o senhor deixar de ser governo, vira outro ministro que encontrará acções que o senhor deu início. É isso que eu queria dizer, mas o Sr. Ministro veio fazer uma dissertação sobre aquilo que fez ou que fez.

Sr. Ministro, eu gostaria de dizer-lhe que o mais o importante não é essa dissertação daquilo que o senhor fez e não fez. O mais importante é que o projecto COMPRAN consiga cumprir os seus objectivos, e traga resultados palpáveis para a população. Sendo um projecto agrícola, que aumente a produção agrícola, melhore as condições dos agricultores e toda a população agrícola e que os preços no mercado dos produtos agrícolas que têm contribuído para o aumento da infracção diminua consideravelmente. Isso é que é o mais importante, Sr. Ministro.

E eu vou dizer-lhe outra coisa, Sr. Ministro, por experiência. O facto de o senhor ter conseguido os 25 ou 30 que o outro governo não conseguiu, não é pelos seus belos olhos. Há contextos. O senhor estava num contexto de pandemia, em que os parceiros todos viram a necessidade de ajudar o País, o senhor negociou e conseguiu. Isso é que é preciso termos em mente.

Vir aqui fazer uma dissertação, comparando com o outro governo, a esta altura, em 3 anos de mandato, não tem significado, não tem substância. Porque nós queremos, toda gente quer o COMPRAN. Acho que o que nós queremos é que o COMPRAN realmente mude o sector agrícola e contribua, – volto a dizer, uma coisa muito importante que a gente não está a conseguir já há muito tempo, com vários projectos na agricultura – que os produtos agrícolas nacionais reduzam os preços no mercado.

Hoje, se a gente fizer uma análise simples dum economista, se calhar vale a pena importar muitos produtos agrícolas que nós produzimos no País, de países vizinhos. É isso que nós temos que fazer, e é isso que eu esperava que o Sr. Ministro viesse aqui dizer. Paternidade ou não paternidade, eu não falei em paternidade nesse contexto e nesse sentido. Disse ao Sr. Primeiro-Ministro, vamos prestar atenção, que não é preciso ter a paternidade dum determinado projecto, em termos de negociação, porque ele pode ter começado antes, e eu falei da questão da estrada n.º1, e dei exemplo do Banco Mundial. E falei do COMPRAN, se calhar, porque mencionamos o FIDA. É isso que eu queria trazer aqui.

Volto à questão do meu colega Deputado Arlindo Ramos e abro também aqui parenteses, para dizer que as falhas do Orçamento têm que ser melhoradas, vai-se melhorando. Mesmo que no passado não se fez, temos que melhorar. E estamos aqui, os Deputados são preparados, capacitados, para fazer debates, precisamente por causa disso, para trazer melhorias ao Orçamento, para que seja um documento que transmita aquilo que a gente quer fazer.

Hoje em dia, Sr. Primeiro-Ministro, os parceiros, muitas vezes, olham-nos com maus olhos, porque dizemos uma coisa, escrevemos, mais na realidade não acontece.

O Sr. Deputado Arlindo Carvalho, que me antecedeu, veio falar numa questão que ninguém chega aqui para debater a sério, a questão de financiamento da saúde, a sustentabilidade da saúde, um debate sobre isso. O Estado não está a conseguir financiar o nosso Sistema Nacional de Saúde. É preciso que se diga.

Não é porque o ADI ou porque o MLSTP, ou porque outro partido. Há questões transversais neste país que é preciso debater.

Por isso, para mim, essa menção ao meu nome, não tem significado nenhum. O que é mais importante, o que mais me importa aqui como Deputado é criticar aquilo que está neste orçamento, criticar num bom sentido, para que se melhore. Chamar atenção ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Governo, que há coisas que estão mal que é preciso corrigir, porque o povo está a sofrer.

Às vezes, nós estamos aqui e há esse debate entre a Bancada do ADI e do MLSTP/PSD, quando vem alguém aqui, bate-se palmas e tudo, e nós não sabemos qual é o impacto que isso tem na vida real. O Sr. Primeiro-Ministro disse aqui, muito bem, muita gente não conhece o País real. Falamos quando estamos fora, e o Sr. Primeiro-Ministro também fez isso inicialmente, mas hoje a sua opinião é contrária. É isso que é preciso aqui dizer. É preciso discutir e debater políticas. Para mim, isso é mais importante do que contrariar essa ou aquela afirmação que um ou outro deputado faça, porque nós temos aqui o documento, o nosso debate é no sentido de melhorar esse documento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Américo Ramos.
Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos, permitam-me cumprimentar a todos.

Sr. Primeiro-Ministro, eu trago aqui algumas questões, o Governo não está a responder, temos algumas dificuldades em refazer as nossas opiniões, mas, o que fazer? Vamos avançar.

Sr. Primeiro-Ministro, na sua primeira intervenção, o senhor fez referência ao passado, embora nós aqui não gostamos muito de falar do passado, porque o nosso foco é o presente e o futuro, mas falar do presente e do futuro é mais difícil. Sr. Primeiro-Ministro, falar do passado é mais confortável, porque normalmente é do outro.

Mas vou ter que falar um pouco do passado, já que houve aqui algumas histórias e também vou recorrer ao passado, para trazer aqui um assunto para reflexão. Não preocupe, porque é um assunto de Estado e eu gostaria que nós reflectíssemos sobre o mesmo.

Mas antes, Sr. Primeiro-Ministro, eu quero dizer ao Sr. Ministro da Descentralização que a sua resposta não me convenceu. Entretanto, eu julgo que o Governo Central e o Governo Regional devem, de forma muito clara, ter uma agenda para que o poder de orientação seja transferido para o Governo Regional, porque a descentralização já se deu na constituição, e a lei regula, é uma gestão de transferência, de criação de condições para fazer a transferência e a continuidade da gestão dessas empresas.

Eu julgo que não é difícil, é uma questão de agendamento e de vontade até, mas eu devo dizer que sinto do Governo Central alguma falta de interesse em fazer com que esse processo se conclua, não há muita vontade, há muita lentidão, e é preciso que nós avancemos, já repeti isso várias vezes às pessoas na Região Autónoma do Príncipe, nos confrontam com essa questão da autonomia, porque não sentem ainda plenamente a autonomia, alguns até dizem que isto não é autonomia. Então, a culpa é nossa, somos políticos, alguns são governantes, precisamos de entender-nos e fazer avançar.

Estando a falar da Região Autónoma do Príncipe, Sr. Ministro das Finanças...

Sr. Ministro, olhe para mim, estou a falar consigo...

Protestos do MLSTP/PSD.

Mas é assim. Estou a falar para o Sr. Ministro, eu quero que ele olhe para mim, olho no olho. Não é, Sr. Primeiro-Ministro? Olho no olho, é assim. Isso não é insulto nenhum. Não sei por quê o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD está a reagir desta forma.

O Governo Regional tem vindo a confrontar-se com alguns problemas infra-estruturais, e programou para este Orçamento algumas obras, neste caso, alguns investimentos infra-estruturais e, de repente, eles não aparecem no Orçamento. Eu sei que foi feito um contacto entre o Ministro das Finanças e o Governo Regional, sobre as acções que devem ou que deviam estar no Orçamento para 2022.

Bem, eu tenho algumas aqui que, ao ler o Orçamento não vi, por isso quero explicações, Sr. Ministro das Finanças. Entendo que elas deviam estar neste orçamento. Estamos a falar, por exemplo, do reservatório para estocagem de combustível. Todos aqui têm conhecimento da dificuldade que o Príncipe atravessa com a falta de fornecimento e de estocagem de combustível, que tem assolado de que maneira a Região e prejudicado a economia regional. Eu quero saber por quê que este projecto não entrou. Se calhar o Governo tem uma outra ideia, quero explicações. Nós tínhamos nos Orçamento de algum tempo, até 2021, creio, as obras do bloco operatório do Príncipe, também não vem; no quadro da implementação do código de IVA, houve um engajamento para que um edifício já identificado na Região Autónoma do Príncipe, que é a ex-central, fosse requalificado, para albergar todos serviços que irão funcional para a cobrança do IVA. Se o IVA entra em 2022, não sei qual é a ideia do Governo, então as autoridades regionais não têm um espaço próprio para esse serviço. Independentemente desse serviço, era para a recuperação também desse edifício arquitectónico colonial, que gostaríamos que fosse salvaguardado. E é nessa ordem de ideia que o Governo Regional também identificou esse edifício, para albergar os serviços de cobrança do IVA, mas não vem no Orçamento.

Temos também habitação para pacientes e estudantes, aqui em São Tomé, que já está numa fase avançada de acabamento, mas não aparece. Logo, vai ficar sem nenhum trabalho, ou melhor, não vai ser feito nenhum trabalho de acabamento, e com chuva e sol, para o ano, será muito mais encargo para o Estado. Eu creio que os Distritos de Lembá e de Caué, ou os mais distantes daqui de São Tomé, também beneficiaram com esse edifício. Portanto, gostaria que a sua conclusão aparecesse no Orçamento.

Outra questão que me preocupa bastante tem a ver com a nossa autonomia administrativa, Sr. Ministro das Finanças. Eu já coloquei esta questão aqui, tem a ver com o processamento e o pagamento dos salários da Região Autónoma do Príncipe. Aqui se traz algumas dificuldades, até os funcionários da Administração Pública. É que quando há um problema, não se sabe a quem recorrer. É que as autoridades do Príncipe dizem, «*não isso é feito em São Tomé*». Em São Tomé, as pessoas estão no Príncipe, como contactar o Ministério das Finanças, então? Por telefone? Olha, o meu salário teve essa dificuldade, não sei quê, no Príncipe dizem que não, não têm nada a ver com isso. Portanto, era bom que nos clarificassem isso, até porque na Lei do Orçamento, no capítulo das despesas, vem e já impende a Região Autónoma do Príncipe de processar salários. Temos que corrigir isso! Isto é um ataque, é um bombardeamento à autonomia, nós não aceitamos.

Bem, Sr. Primeiro-Ministro, agora, sim, é consigo. Ontem, iniciámos o debate na generalidade e não tínhamos o orçamento de Segurança Social, só recebemos horas depois. Logo, nas Comissões, nós não

conseguimos fazer nenhuma análise sobre o mesmo. E a Segurança Social, Sr. Primeiro-Ministro, é uma questão que nos preocupa bastante a todos, e é uma questão de Estado.

Eu ouvi num programa da Rádio Nacional, e também através da Rádio Regional, alguém que dizia, «*eu trabalhei durante 40 anos, 50 anos, recebia 9 000, 10 000 dobras, na altura, e hoje estou aposentado e só recebo 600 dobras*». A pessoa disse que isso é um pecado. Então, o Governo não tem nenhuma política aqui nas Grandes Opções do Plano sobre a Segurança Social. O é que que podemos fazer para esses idosos? Pessoas estão a viver com 600 dobras de pensão. Acho que isso é muito preocupante. As pessoas que trabalharam de 75 a 91, e uns que continuam ainda agora, de 91 até então, com uma pensão muito, muito, baixa. O custo de vida está elevadíssimo. Pode-se até dar alguma ajuda, mas não é suficiente. Quer dizer, é frustrantes, só de pensar que ele trabalhou 40 anos e recebe 600 dobras. Não há nada que se possa fazer? O Estado não pode investir na Segurança Social? Não pode alocar verbas para podermos, paulatinamente, alterar este estado de coisas?

Isso é para reflexão, Sr. Primeiro-Ministro. Acho que podemos melhorar.

Quando olhamos para o Orçamento, as despesas correntes são cerca de 57%, na Administração Pública. A Administração está pesada, gastamos muito dinheiro. Então, que tal dessas pessoas também que deram toda a sua vida para o País? Temos que reduzir as despesas. Isso é fenomenal!

Não sei, é uma questão de reflexão. Espero que as pessoas pensem nisso.

Eu creio que numa altura o Governo do ADI fez algum ajuste nisso. Passou de 300 para 600, eu creio.

É preciso fazermos mais.

Murmúrios.

Já vem o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD reclamar.

Trabalharam de 1975, logo após a independência, e o País estava muito bem, e quando aposentaram, estão a receber misérias. Eu não quero fazer politiquice com isso. É bom que nos ponhamos de acordo.

Sr. Primeiro-Ministro, há uma questão que me preocupa bastante também, que é este programa de apoio às famílias, mas isso eu tenho que lhe dizer também olho no olho. Eu julgo que está sendo feito muito populismo com isso. Antes da campanha presidencial, a rádio e a televisão, praticamente, era só isso. E era campanha. Eu via os postes publicitários, com a sua imagem, XVII Governo, não sei quê e não sei quantos. Mas não pode ser, Sr. Primeiro-Ministro! Não pode! É que na Administração há um princípio que devemos ter em conta, o princípio de impessoalidade. Quando o senhor chama a si essas acções, está a pessoalizar a Administração, e isto é violação. Não pode ser! A televisão faz esse trabalho, porque há lá emissários políticos. Não pode ser!

O senhor tem aqui um eixo, «neutralização da Comunicação Social». Não sei se eu disse a palavra correta. Então, é preciso fazermos com que a Comunicação Social fique isenta disto. Faça o seu trabalho, mas não promova alguém! Não, não tem que promover ninguém. A comunicação não pode promover ninguém. Não pode ser, é inadmissível!

Esse pouco que essas pessoas recebem, as pessoas não estão a reflectir, não é nenhuma ajuda que estamos a dar a elas. Não. Nós estamos a devolver aquilo que o Estado roubou a essas pessoas. É que de 75 até agora, o Estado andou a roubar os são-tomenses, sim. E isso faz-me lembrar a lenda Rubins dos bosques, o Sr. Primeiro-Ministro já deve ter lido essa lenda, em que ele roubava os ricos para devolver aos pobres, aquilo que os ricos tinham roubado aos pobres. O que nós estamos a fazer é devolver às pessoas aquilo que o Estado já roubou há muito tempo. Então, uma pessoa que ganha 600 dobras de pensão, não foi roubada neste país? Foi roubada. Até que deveriam receber mais. Sr. Primeiro-Ministro, eu interrogo-o, por quê só 1 800 dobras? Quando olhamos para o montante, há alguma coisa em que se está a aplicar o dinheiro, para além de atribuir esses 1 800 dobras às pessoas.

Eu vejo que já compraram carros. Porquê? Não temos que investir nessas coisas. Devolvam o dinheiro às pessoas!

Até que eu não estou de acordo com isso de dar dinheiro às pessoas. Eu estou de acordo que se crie oportunidade para as pessoas terem rendimentos. Entretanto, é uma opção do Governo. Se o Governo assim intender, assim fará, mas eu julgo que nós devemos pensar melhor, porque os são-tomenses foram roubados pelo Estado, e o que estão a fazer é a devolução. E as pessoas devem exigir mais, porque é o dinheiro que lhes foi roubado, e merecem receber esse valor.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Boa tarde, Sr. Presidente, muito obrigada por me conceder a palavra.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Caros Deputados, Caras Colegas Deputadas, boa tarde.

Eu tomo a palavra, para poder fazer a minha intervenção sobre alguns aspectos que eu acho prioritários.

O primeiro está ligado à economia do País, em que aquelas pessoas que não têm poder de compra, compram ao mesmo preço que aquelas que têm poder de compra.

Estive a ver nas GOP, na página 41, onde fala de promoção e desenvolvimento do comércio, vi: «assegurar o regular abastecimento do mercado com bens alimentares de primeira necessidade, sobretudo

no contexto da pandemia da Covid-19». Vi também outro ponto que é «reforçar a fiscalização e o controlo das actividades económicas em todo o Território Nacional». Pude também comparar com o ano de 2021 e vi a mesma coisa.

A minha pergunta é, como é que está a ser feita essas actividades e a onde estão a ser feitas? Por que é que trago essas perguntas? Porque para as pessoas que vivem fora do Distrito de Água Grande, os preços praticados no comércio não é igual. O preço não é igual para todos os cidadãos do País. Há sempre uma carga enorme para as pessoas que vivem fora do Distrito de Água Grande.

Quanto à descentralização de serviços, copiar não é pecado, criar lojas para os cidadãos. Porque temos alguns pequenos comerciantes que se deslocam à cidade fazer as suas compras, e não há nenhum seguimento, nenhuma fiscalização nos distritos, para se saber como é que vendem. Se compra um saco de arroz, o que consegue arrecadar como lucro dá para comprar três ou até quatro sacos de arroz. Porquê? Porque não há fiscalização. Cada um dá o seu preço, vende aquilo como quer, e muitas vezes produtos fora do prazo.

Também venho aqui reforçar, porque já foi dito pelo Deputado que me antecedeu, a questão de merenda escolar. Claro que nós os pais pagamos as cantinas com antecedência, desde a matrícula, mas se fizermos um levantamento para sabermos quantos dias foram feitas as refeições nas escolas durante o ano lectivo 2020/2021, vamos ver que é muito baixo. Mas o valor foi pago durante a matrícula, para que houvesse um prato quente nas escolas para os nossos filhos, filhos daquelas pessoas que muitas vezes não conseguem um pão para tomar o pequeno-almoço, mesmo com chá. Às vezes tem que comer o pão seco a caminho da escola e ficar lá horas e horas e não tem mais nada, até quando volta para casa. E quando volta para casa, lá está a sua pobreza à espera.

Se estamos a preparar a nossa sociedade, temos que a preparar, pensando nos mais novos. Já sofri muito com isso, e naquela altura não havia merenda escolar. Saía de Ribeira Peixe para Angolares, e vice-versa, com 9 anos a fazer 10, para estudar a 5.^a classe, e hoje tenho problemas de estômago. No futuro, quantas crianças não terão problemas?

São todas essas questões que temos que ver no nosso OGE, o que queremos fazer e o que é prioridade. O que falta às pessoas que têm poder nas mãos neste país é dar prioridade àquelas coisas que sabemos, mas muitas vezes dizemos que é pouca coisa, é pessoa de longe, e não nos preocupamos. Vamos ver o que é prioridade! Vejamos cada são-tomense como dono do seu próprio território. Não façamos distinção, não separemos! Cada um que é pai, veja o filho do outro como o seu filho! O que é padrasto, veja o filho do outro como se fosse seu filho! Cada uma que é madrastra, a mesma coisa. Estando no lugar do outro é que vamos melhorar, porque há um ditado que diz: «o que eu não como, não devo dar aos outros para comerem». Se há um produto que está fora do prazo, vende-se aqui na cidade a um preço muito mais barato e depois se leva para os distritos.

São essas questões que devem ser vistas.

Se já começou, saiam outra vez, vão para mais longe, descentralizem os serviços. Temos que descentralizar. Não fiquemos só aqui. Há muitas coisas que devemos fazer, saindo do nosso conforto. Muitas vezes, estando no gabinete, não sabemos o que se passa lá fora. Isso magoa-me muito. Sinto que as intervenções que trago, ... digo que sou a voz de todos, de São Tomé e Príncipe, mesmo dos que estão na diáspora. Tive a oportunidade de falar com alguns são-tomenses, em Portugal, disseram-me: «Dona, vê se conseguem melhorar a lei para nós que estamos aqui podermos investir no nosso país, mas com uma taxa baixa que nos facilite». Há muita gente que quer investir em São Tomé, mas o juro que o banco pratica, as pessoas vêm e voltam a ir embora.

Quando viajamos devemos ver o que é bom. Não vamos começar com grande. Iniciemos com pouco, hoje e amanhã. Se estivéssemos a fazer um pouco durante os 46 anos, hoje estaríamos grande.

Aplauso do Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Saudações a todos.

Sr. Presidente, junto a minha vós a dos outros, esperando que rapidamente o seu estado de saúde volte ao normal ou a óptimo.

Antes de mais, gostaria de alertar os Srs. Deputados que temos que ser responsáveis. Somos Deputados e temos ferramentas à nossa disposição e virmos cá falar, falar, falar não é o que devemos fazer. Se não estamos de acordo com um conjunto de acções, peçamos informações ao Governo, solicitemos inquérito. Porque isto de vir cá falar, falar, falar dá no mesmo, não estamos a querer resolver nada.

Temos mecanismos próprios e concretos para podermos agir. Vir aqui fazer o povo ouvir e não fazer exactamente o que deveríamos fazer ou deveríamos ter feito é muita brincadeira!

Ouvi o Sr. Deputado dizer que não concorda com o Projecto Mães Carentiadas, estará a propor indirectamente a sua suspensão? O próprio Sr. Deputado disse cá, e vários outros, que é um valor que ajuda as famílias, serve para comprar materiais escolares e diversas coisas, atenção às declarações de ontem, e hoje vem pôr em causa isto? Não sei o que aquelas 16 000 famílias que estão a beneficiar do Projecto Mães Carentiadas farão consigo, Sr. Deputado, mas enfim, o senhor é soberano.

Só um aspecto. Contrariamente ao que disse o Sr. Deputado, que ninguém na Região Autónoma do Príncipe sabe como é que é processado o salário, porque é tudo feito em São Tomé, é bom ter a noção de que o técnico da Direcção do Orçamento que faz o processamento sustenta-se nas informações que são remetidas a partir da Região. O técnico da Direcção do Orçamento não inventa os dados, mensalmente. Então, devemos informar-nos. Temos que criar, aqui na Assembleia, uma cultura da verdade, a cultura de crescimento da imagem dos Deputados. Porque quem está a ouvir as diversas declarações feitas aqui sabe que muitas delas não são verdadeiras. Vindo de Deputados, temos que ter cautela.

A propósito disto, ontem um deputado comparou o incomparável. Nenhuma obra, mas nenhuma, pode ser mensurada, seja como for. Uma obra e outra não pode ser comparada, porque não dá. As condições e as especificações de uma, em nada, quase de certeza, terá a ver com a outra. Mesmo dois projectos próximos de igual, de uma casa. A implantação de cada um desse projecto num terreno terá naturalmente as suas especificidades. Logo, comparar isso é esquisito.

Igualmente, quando oiço um deputado vir questionar as obras, que já temos várias, estamos a lançar e ainda não acabamos, convenhamos! Num passado recente, 90% das obras eram executadas a crédito. Por isso, e como foi aqui dito ontem, várias empresas estavam à beira da falência. Este Governo poderia ter decidido, como fez o outro, não pagar as dívidas e lançar as suas obras, não há continuidade de Estado. Este Governo aplicou grande parte dos recursos que arrecadou, que poderia ser utilizado para outros projectos, na amortizar as dívidas, porque as empresas precisavam de resolver diversos problemas. Têm noção de quantos funcionários estavam na eminência ou alguns que acabaram mesmo por perder os seus postos de trabalho? Porquê? Porque num passado recente as empresas executavam obras e serviços e o pagamento era uma miragem.

Alguns deputados vêm cá dizer que não há liberdade de imprensa em São Tomé e Príncipe. Que barbaridade, mas que tamanha barbaridade! Num passado recente, quem falava? A conferência de imprensa era dada com jornalistas seleccionados. Hoje, todos os jornalistas são convidados, e mais, fazem todo o tipo de questionamento que bem quiserem, não é balizado. Portanto, tenhamos noção dos factos! Se alguém tem dúvida de que exista liberdade de imprensa, então escute a Rádio Nacional todos os dias.

Murmúrios do ADI.

Há programas em que cada cidadão que entender, liga para a Rádio, diz o que bem quiser e entender, ao contrário do que muitos dizem cá, que existem comissários políticos na imprensa.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Silvério Amorim.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro das Finanças, acho que há um aspecto que precisamos de clarificar. O Orçamento cifra em 95%,98% de ajuda externa, mas clarifique isto, por favor, porque a impressão que fica é que estamos com o OGE completamente financiado pela ajuda externa. Das informações que tenho não é isto. Do investimento público, estamos todos de acordo. Agora, do Orçamento em si, não.

Sr. Primeiro-Ministro, no contexto pandémico em que é elaborado este Orçamento, não poderia deixar de felicitá-lo, bem como a equipa, pela capacidade, pela tenacidade, pela coragem de assumir determinadas posições, em benefício do povo são-tomense.

Como ontem dissera o Sr. Primeiro-Ministro, não é preciso viajar para se proceder a mobilizações. Explicou e exemplificou ontem, com alguns factos concretos, que a mobilização também é possível ser feita a partir do País, sem gastar o erário público...

O Sr. **Salcedas Barros** (ADI): — Está a enganar o povo.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — ...e conseguir engajamentos para a execução de acções tão importantes. Vemos em todos os distritos e na Região Autónoma do Príncipe um conjunto de execuções, é isso que dói em muitos.

Muitos estavam convencidos de que no contexto pandémico este Governo não conseguiria fazer nada, mas graças a Deus, mesmo com toda a adversidade tem conseguido.

Daí que, Sr. Primeiro-Ministro, temos obras emblemáticas que estão em curso e outras que acabaram de iniciar nos diversos distritos e na Região. Algumas de maior vulto, outras de menor vulto, estão simplesmente, Sr. Primeiro-Ministro, de parabéns.

Aperte mais a máquina, afine melhor a execução.

Quando também oiço alguns deputados questionarem a percentagem de execução do orçamento, até parece que é uma coisa nova, até parece que os outros governos tinham percentagem de execução de 90%! Todos nós sabemos da realidade de São Tomé.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Você que vem dizer?

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD). — Sr. Deputado, quando quiser, por favor, sem problema nenhum, peça a palavra.

Uma Voz do ADI: — *Falou fora o microfone.*

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Não estou a ser?

Murmúrios do ADI.

Já estão calmos e tranquilos?
Não é para a minha Bancada.

Murmúrios do ADI.

Mas o meu silêncio não pode incomodar. Não falem mais!

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, se temos a noção do que é arrecadação e sabemos que no nosso país a percentagem de execução, infelizmente, normalmente não atinge valores desejáveis, normalmente. Portanto, falar disso e nesses moldes, é extremamente caricato.

Termino, apelando para que de facto este Orçamento possa evoluir e que muito rapidamente consigamos materializar as arrecadações das ajudas que precisamos.

É que este Líder Parlamentar não serve a muitos interesse.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, bom dia a todas e todos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acompanhando com atenção partes das intervenções aqui tidas, percebi e peço que entendamos isso como uma autocrítica.

Ao nível da Assembleia Nacional, precisamos desenvolver mais a cultura de debate. É importante, extremamente importante, começarmos a usar o Regimento que temos, chamar o Governo sectorialmente para podermos debater vários e vários assuntos que dizem respeito à vida do nosso país. Discutir esses assuntos apenas no momento da discussão ou da avaliação do OGE e das GOP, não é muito produtivo. Fica muito, mas muito mesmo a desejar e tal como disse vamos entender como uma autocritica, logo não estou a me isentar desta responsabilidade.

Sras. e Srs. Deputados, pelo menos dois deputados que aqui vieram, nomeadamente os Srs. Deputados Arlindo Carvalho e Américo Ramos, fizeram menção à questão do financiamento ao Sector de Saúde.

Acho que é um assunto extremamente importante do qual deveríamos segurar para esmiuçarmos mais, porque se formos analisar, e peço desculpas ao Sr. Deputado Américo Ramos, que foi Ministro das Finanças, quando falou, senti que falou com algum conhecimento de causa.

O Estado tem dificuldade, segundo as suas palavras, subscrevo, em financiar devidamente o Sector da Saúde. E se formos analisar a realidade de outros países, lá onde o Estado tem dificuldades, o cidadão é chamado a participar. Ora, acho que tínhamos que trabalhar na criação, Sr. Primeiro-Ministro, é uma proposta, de um fundo nacional de saúde. Este fundo iria ter a comparticipação de todos os cidadãos, começando pelos titulares de órgãos de soberania, os deputados, ministros, funcionários, cidadãos, todas as pessoas, de modo que houvesse alguma sustentabilidade para um sector tão delicado, mas tão delicado como é o Sector da Saúde. Poder-se-ia lançar mãos a consultorias, para poderem ajudar na estruturação disto, mas era bastante importante que começássemos a pensar já nisto, e fica já esta proposta ao Executivo.

Um outro aspecto que me traz aqui, e tenho que o fazer, é saudar o seu Executivo, Sr. Primeiro-Ministro, pelo Programa Família. Em 2019/2020, num momento em que nós todos estávamos preocupados com a sorte do povo são-tomense, com a entrada da Covid-19 no nosso país, não só pelo aspecto de saúde, mas também pela própria subsistência, pelo próprio dia a dia das pessoas, o Governo, em bom tempo, lançou o «*Bamu Ximiá*», que devemos saudar, mas, na hora certa, conseguiu negociar com os parceiros e disponibilizar um apoio às famílias mais necessitadas.

O Sr. Primeiro-Ministro, ontem, disse aqui que as negociações estão avançadas e que poderá, para todo 2022, haver esse apoio. Isso é fantástico! Num país onde a situação de vida é bastante gritante, o Estado não tem muita alternativa, se não ser assistencialista. Ele tem que começar a ser assistencialista, até criar condições para que as pessoas, elas próprias, resolvam os seus problemas. Até lá, meus amigos, não há outra alternativa.

Eu queria também aproveitar para falar um pouco sobre a necessidade de nós darmos uma atenção particular ao Sector da Cultura. Nós aprovámos, aqui nesta Assembleia, a criação de um Fundo Nacional de Apoio à Cultura, porque temos a plena consciência de que, numa sociedade tão exposta como a nossa, os valores culturais, que são a nossa identidade, tendem a perecer. Daí, é da responsabilidade de nós todos encontrarmos mecanismos para salvarmos um sector tão delicado como é o Sector da Cultura. E aqui vamos entender a cultura, seja material, seja imaterial.

Para terminar, dois últimos aspectos.

Sr. Primeiro-Ministro, uma preocupação tem a ver com a questão das obras. O Governo inscreve, lança o concurso, há aqui talvez uma tramitação, não sei se é muito excessiva, mas a verdade é que após o

concurso, há um hiato muito grande para a execução. Daí que eu gostaria que dissesse ao povo de São Tomé e Príncipe quais são as dificuldades que encontram neste percurso.

Eu queria agradecer o Sr. Deputado Arlindo Ramos, lembrou-se da via Bôbô Forro/Madalena/Desejada, que é uma via a que eu, desde que sou Deputado, desde 2014, tenho estado a fazer menção. Noutro executivo, ela conheceu nem um espaço em termos do OGE, mas neste conseguiu e eu espero que o Governo consiga, a tempo, lançar as obras e que a coisa avance. Eu sei que está inscrito, creio que vão explicar a questão do montante inscrito, mas é sempre bom, para quem faz esse percurso, quotidianamente, saber que dias melhores estão mais próximos do que estiveram, noutros momentos da nossa vida política.

E um último aspecto, talvez para a nossa reflexão e quem sabe futuro debate nesta Assembleia, prende-se com algo que eu vejo aqui no artigo 3.º, fixação de despesas. As alíneas a) e b) remetem-nos a uma reflexão bastante profunda. As despesas de funcionamento estão fixadas em 2 182 801 000 00 (dois mil milhões, cento e oitenta e dois milhões, oitocentas e uma mil dobrás), enquanto que as despesas de investimento têm um valor menor. Perdoem-me a ignorância na matéria, mas acho que deveria ser, justamente, o oposto. É sinal de que alguma coisa não está muito bem na nossa República e temos é que encontrar mecanismos, começarmos a trabalhar para que essa situação venha a inverter-se, uma vez que a despesa de investimento está a 1 484 351 000 00 (mil milhões, quatrocentas e oitenta e quatro milhões, trezentas e cinquenta e uma mil dobrás. Ou seja, muito mais reduzido. Então, nós temos que reflectir, para percebermos o que é que se passa e quais são as vias que podemos encontrar para contornar isto.

Muito obrigado pela vossa atenção.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado e Líder Parlamentar do PCD/MDFM-UDD.

Agora vamos ouvir o Sr. Ministro da Saúde, seguido do Ministro das Finanças, depois abriremos uma nova lista para aqueles que queiram intervir.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. **Ministro da Saúde** (Edgar Neves): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Ilustres Deputados e Deputadas da Nação, Caros Colegas do Governo: Eu tenho dito que todas as vezes que venho à Assembleia Nacional, não saio como entrei, por uma razão muito simples: aprendo sempre alguma coisa. Neste sentido, a minha intervenção também vai ser muito, em certa medida, cirúrgica.

Não gostaria de tocar neste assunto, acho que não é o palco próprio para falar do que alguns chamam de paralisação, outros de greve. Qualquer classificação teria que encontrar enquadramento na legislação, mas isso será tratado em sede própria, sobretudo quando se paralisa, em partes ou não, um sector chave, que são as Urgências. Isso normalmente pode ser equiparado a negação de prestação de socorro, e tem uma classificação.

Os Srs. Deputados que me antecederam tocaram em questões essenciais, e estamos em sede da discussão do Orçamento. Então, vou cingir-me a isto.

A saúde, sem dúvida, é um sector sensível, que exige investimentos elevados. Poderíamos estar aqui por muito tempo a dizer que falta isto, falta aquilo, por quê falta, por quê não chegou, como é que foi gerido, mas não parece ser este o palco para isto. O importante é que encontremos soluções políticas, com essência na corrente financeira, para resolver o problema.

Agradeço o Sr. Arlindo Carvalho pela pequena explanação que fez sobre o Sistema Nacional de Saúde. Devo dizer que é verdade que, em várias áreas da saúde, somos reconhecidos internacionalmente. O que está mal também reconhecemos e estamos cá para aprender e fazer melhor.

Se estiverem lembrados, desde que se deu a declaração da pandemia, levou a um bloqueio daquilo que era o programa de execução do Governo. As nossas atenções foram, estão e continuarão por muito tempo, quase que 80 a 90%, viradas para o combate à pandemia da Covid-19, o que levou ao atraso na execução de muita coisa. Dentre elas, devia ter sido feito há dois anos, mas só agora fizemos a Conferência Geral sobre a Cobertura Universal de Saúde, no dia 16 de Novembro, presidida por Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro. Isto o que é que é, noutras palavras? É precisamente avaliação do Sistema Nacional de Saúde. O que devia ter acontecido não aconteceu, por causa dos constrangimentos da pandemia. É um trabalho feito ao mais alto nível, com variadíssimos especialistas internacionais, que estavam impedidos de vir a São Tomé, mas, logo que foram criadas as condições, fizemos esse exercício. Porquê? Porque nós achamos que já era altura, há 2 anos, de se fazer a revisão e adoptar uma nova política nacional de saúde. A Política Nacional de Saúde que temos tem mais de 10, 12 anos e já não se encaixa no momento actual, naquilo que o mundo é hoje.

Em dois ou três aspectos, nessa conferência nacional, porque envolve todos os sectores. O que é que queremos dizer com cobertura nacional de saúde? É o conceito de uma só saúde. Isto envolve agricultura, ambiente, finanças, todas as áreas de desenvolvimento, porque, como sabem, muitas das doenças que o humano tem vêm dos animais, das alterações ambientais.

O relatório dessa conferência vai sair no dia 17. Eu digo, ao mais alto nível, feito por especialistas de ponta, e aponta em dois sentidos claros. Não quero perder muito mais tempo, mas gostaria de dizer que a componente dados assistenciais é o ponto fraco do nosso sistema. Ou seja, a conferência vai levar a três coisas: provavelmente, teremos que fazer uma mesa redonda sobre a saúde, com o objectivo de mobilizar recursos, mas uma mobilização de fundo, para melhorarmos a nossa esfera assistencial. Refiro-me aos

cuidados primários de saúde, ao hospital, à componente formação, à investigação de que o Deputado José António Miguel tinha falado, que é muito importante.

E é isto, meus senhores. Aconselho a não nos enervarmos com o debate. Vamos falar que falta isto, falta aquilo. Mas também é preciso falar, e às vezes não se toca nisso, da atitude do profissional, independentemente de carências aqui ou acolá. Atitudes às vezes até existem. Conheço pessoal que tem uma atitude passiva e não vai de encontro. Se eu peço uma radiografia e não tem resultado, enquanto profissional, vou à procura do resultado. Mas às vezes a postura é, pura e simplesmente, não há, vou-me embora. E quando um profissional diz que ele já sai de casa com toda a sua carga, naturalmente, há forma de ele não ter um sorriso para com o doente.

Para concluir, o financiamento do sistema é fundamental. Nós faremos esse exercício, mas da parte de promoção e prevenção nós estamos bem, podemos melhorar, e vamos ter que melhorar. Envolve toda gente aqui. Nós temos uma opinião válida.

Há vários aspectos que estão em curso, lamento essa paralisação, na medida em que assinámos o memorando, no dia 19, e o ponto 6 do mesmo diz: «Garantir, num prazo não superior a 4 semanas, a climatização do Banco de Urgência e a reparação das portas». E ainda não chegamos às 4 semanas, mas isto será debatido em sede própria.

Há um esforço grande que o Governo está a fazer, para a aquisição de medicamentos e consumíveis.

Outros aspectos em relação a isso, a política nossa já está mais que definida. Nós temos que passar a fazer aquisições nos mercados subvencionados, como o IDA, o IMBRA e outros mais. Mas para isso é preciso que haja dinheiro, porque esses mercados não se compadecem com crédito. É comprar. Só assim conseguiremos regularizar toda a cadeia de abastecimentos.

Portanto, um apelo aos Srs. Deputados e a toda classe política para a vacinação. Podemos falar, esgrimir todos os argumentos, mas numa coisa nós vamos ter que coincidir. É sermos verdadeiros agentes em prol da vacinação contra a Covid-19. É provável que possamos fazer uma proposta à Assembleia, no sentido de levar à obrigatoriedade, como os países com maior tradição democrática que nós o fazem.

Dá-me gosto vir à Assembleia. É um prazer, nos debates aprende-se muito, mas eu gosto de deixar sempre uma mensagem. Da outra vez deixei uma e agora vou deixar outra.

Devem conhecer as três regras: «não prometa nada, quando estiver feliz. Não responda nada, quando estiver irritado. Não decida nada, quando estiver triste.»

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Ministro do Plano, Finanças e Economia Azul** (Eugénio Graça): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Caras e Caros Deputados, boa tarde a todos.

Venho para prestar alguns esclarecimentos às caras e caros Deputados e vou pegar um pouco das palavras do Deputado Carlos Pinheiro, fazendo ligação com as do Deputado José António e também do Deputado Danilson Cotú, quando falavam de despesas. Nas Finanças, nas nossas conversas, costumamos usar alguns termos. A gente diz que o País, São Tomé e Príncipe, é como alguém que é obeso, sofre de colesterol, mas fuma, bebe uísque e não faz exercícios físicos. Uma pessoa com essas características todas pode morrer a qualquer momento. Assemelha-se ao país real que temos, e a prova disso é a percentagem que temos. Quando olhamos para o nosso Orçamento, vemos 56.4 de despesa de funcionamento, e 38.3, despesa de investimento, quando, dizia o Deputado Danilson, devia ser o contrário. Porquê não é o contrário? Desde logo, porque temos uma despesa de funcionamento elevadíssima.

Vou apenas dar alguns dados, não vou dar todos, para não entrar muito em detalhes. Disse isso ontem, mas volto a dizer, mensalmente, gastamos com o funcionamento do Estado qualquer coisa como 132 milhões de dobras, equivalentes a 5.417 milhões de euros. Para a Educação, gastamos 40 milhões de dobras por mês, com o salário dos professores e outros. Para a Saúde, 18. Defesa, uns tantos. Para o Ministério das Finanças também gastamos outros tantos, para as nossas embaixadas, para as transferências. Somando isso, dá 132 milhões de dobras, qualquer coisa como 5.417 milhões de euros.

Por isso há essa dificuldade, Sr. Deputado José António. Para outros países, 5 milhões de dólares mensais não são nada. Mas como temos conseguido mobilizar esse montante, para fazer face a essas despesas? A Direcção Geral de Impostos está a cobrar qualquer coisa como 40, 45 milhões de dobras por mês. Alfandegas, 50 a 80 por mês, logo um défice de 50 milhões mensais. Por isso, o exercício de pagamento de salários é um exercício terrível. É um exercício que temos que fazer, não recorrendo a empréstimos bancários ou financiamentos outros, vai-se acumulando, para poder pagar o salário aos funcionários, que é uma questão de direito. E sem falar das transferências que se tem que fazer para a Assembleia, para os Tribunais, para isso tudo.

Se o Sr. Deputado José António acompanhasse um pouco o exercício que a administração da Assembleia faz, provavelmente, podia perceber quão difícil tem sido esse exercício que a própria Assembleia e outros organismos fazem, para poderem assegurar os salários, que é, no fundo, o essencial para manter todos os que trabalharam, que têm direito ao seu salário.

Por isso, nós todos, essa é uma missão de todos mesmos, sem demagogia, temos que sentar, para vermos o que temos que fazer. Se nós temos uma despesa de 56% e investimento de 38% e se quisermos

gerar rendimentos, temos que investir. Então, temos que cortar despesas, ou temos que aumentar receitas, também, ao mesmo tempo.

Meus Srs. Deputados, onde é que vamos cortar as despesas? Isto é um exercício de todos, não só do Governo. Todos mesmos. Vamos cortar salários? Penso que não! Vamos cortar os investimentos, que são a alavanca, que devem ser o motor para assegurar, que gera rendimentos e receitas para nós avançarmos o País? Mas não há despesas que se possa cortar? Isso tem que ser reflectido!

E as receitas, será que nós temos uma base tributária suficientemente alargada, para arrecadarmos receitas? Porque se estivéssemos a cobrar, como eu disse ontem, 17% da riqueza gerada, nós teríamos quase 2 mil milhões de dobras, ou seja, cobriríamos toda a despesa de funcionamento. E não estamos a cobrar os tais 17% do PIB. Estamos a cobrar 13, 14%. Então, nós temos que aumentar os impostos, elevar para 17% ou 19% da pressão fiscal? Ou temos que manter a pressão fiscal nos 14 e cortar, definitiva ou drasticamente, nas despesas? Deslocações? Viaturas? São questões que não cabe só ao Governo, mas a todos nós, enquanto são-tomenses, criarmos um quadro próprio para analisar. Certo é que temos que apostar no investimento, porque se não apostarmos no investimento, não há milagre a fazer, ninguém vem reclamar salário, porque nem dinheiro para salário vamos ter. Nem para os Deputados, nem para os Ministros, nem para ninguém! Então, antes que seja tarde, temos que fazer essa reflexão, caras e caros Deputados.

O Deputado Carlos Pinheiro falou da questão do IVA e do edifício. É evidente que nós estamos a negociar com o banco. Em princípio, como deve saber, é o Banco Mundial que deveria assegurar a reabilitação desse espaço. Era o espaço que iria servir não só para albergar o edifício do IVA, mas toda a Direcção das Finanças do Príncipe. Houve um problema do orçamento, que foi muito elevado em relação àquilo que o Banco Mundial está a prever. Há um processo negocial em curso, provavelmente, deveremos chegar a entendimento com o Banco Mundial. Assim, quando nós estivermos a introduzir o IVA, provavelmente, teremos essa solução já feita. Por isso, no que toca a outros projectos, é uma questão de nós, em sede da especialidade, podermos fazer o remanejamento dalguns projectos e ver que os recursos são escassos. É impossível podermos, enfim, acolher tudo que vem para a Direcção do Orçamento, porque não faz sentido termos as coisas inscritas e não termos como executar. Seria um problema.

Alguém levantou a questão da Cruz Vermelha, deve ser o Deputado Arlindo Ramos. É evidente que as pessoas nem têm ideia do papel fundamental, tão importante, que a Cruz Vermelha desempenha, mais ainda no processo pandémico que o País vive, a assistência que tem dado aos carenciados, aos idosos. Então, de facto, é preciso que nós busquemos formas de financiar, quanto mais não seja, de ajudar a Cruz Vermelha a manter os serviços, que são importantes. Nesse sentido, nós, o Conselho de Ministros, decidimos ver uma solução. Em termos de verba para a Cruz Vermelha, discutimos isto e é unânime em todo o Conselho. Está-se a arranjar uma solução. Penso a nível do Ministério do Trabalho, vamos arranjar essa solução. Mais ainda, preocupados com esta situação, esta necessidade de se financiar a Cruz Vermelha, nós, na Lei do Orçamento, colocámos uma situação, porque a Cruz Vermelha vem... ultimamente, tem acontecido, os apostadores não têm apostado no Totoloto. Dizem que uma das razões é porque a Lei do IRS vem tributar até o mais ínfimo prémio, desde 100 dobras, 50 dobras. Então, o Totoloto tem perdido apostadores. E uma das formas de financiamento que a Cruz Vermelha tem tido até agora é o Totoloto. Então, o que é que o Governo fez? Nós quisemos aqui isentar, há quem até defenda um pouco mais, mas o Governo entendeu que a partir de 1500 dobras é que se começa a tributar. Ou seja, os 15% sobre os prémios.

Na especialidade, com mais discussão, provavelmente, poderemos ainda amadurecer a ideia, quem sabe poder, em vez de 1500, ir até 2000 ou 2500 dobras. Mas, por enquanto, a ideia é até 1500 dobras estar isento. A partir de 1501 dobras é que estará tributado. Isto tudo é para, de facto, arranjar recursos para a Cruz Vermelha poder manter as suas actividades.

Relativamente aos tais passivos contingentes, que nós falámos ontem, Deputado Arlindo, esses passivos contingentes estão no Relatório da Gestão da Dívida, de Junho de 2021. Depois poderemos enviar, mas desses 172.7, 6.6 está na carta de conforto, para os empréstimos do Serviço de Migração para a emissão dos novos modelos de passaporte. A Migração recorreu à banca para fazer esses passaportes.

ENAPORT, EMAE, AGER, há outras dívidas que não têm garantias, mas são a EMAE e a ENCO, 127.5. EMAE, Hidro, Equador, 3.1; Estado, ENCO, por conta do diferencial de preços. Tudo isto totaliza os tais 172.2. Isto não são, digamos, dívidas efectivas, porque são garantias. Só se esses fornecedores não cumprirem é que alguém terá que pagar, é que o Estado entrará, mas isso tem que estar orçamentado, tem que estar previsto. Por essa razão é que está como está.

Relativamente também a projectos, muitas vezes que estão só com a metade do valor ou não, nós sabemos que há projectos que têm o seu curso há mais de 1 ano. Se um projecto custa 30 milhões, não vamos logo inscrever 30 milhões, num só ano, quando ele é plurianual, eventualmente. Então, põe-se apenas o necessário ou, não sendo necessário, há essa possibilidade de fazer-se o reforço e, no ano seguinte, ir-se inscrevendo essas verbas necessárias para a execução do projecto.

Penso que é tudo, não tenho mais nada, mas poderei voltar.

Oh, o Deputado Arlindo colocava a questão dos códigos portais que estão previstos na Lei do Orçamento. Esses códigos têm a ver mais com tabacos e bebidas alcoólicas, essencialmente, que estão previstos: 22-03, 22-04, e as lâmpadas, porque para a redução dos custos também, há uma situação que são as lâmpadas incandescentes. Aconselha-se a utilização das lâmpadas LED, mas há quem goste de

outras lâmpadas. Então, é preciso criar uma taxa para o incentivo da utilização das lâmpadas LED, que são as lâmpadas económicas. Por isso, o Governo entendeu inscrever aqui esta solução legislativa.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Ministro, o salário do Príncipe.

O Sr. **Ministro do Plano, Finanças e Economia Azul**: — Pois, o salário do Príncipe é processado no Príncipe. Todo o processamento do salário é feito no Príncipe, é o sistema web, está online, é processado no Príncipe. Apenas São Tomé faz, digamos, a questão do dinheiro. Mas, porquê? É uma solução temporária, provisória, porque se começou a colocar problemas no próprio pagamento dos salários do pessoal do Príncipe. Houve essa dificuldade. Por quê? Porque muitas vezes as transferências para o Príncipe não eram suficientes e às vezes havia essa dificuldade de pagamento de salários.

Entendendo o Governo que o salário é primordial, é importante, então, nesta fase transitória, chamou a si esta responsabilidade e, como deve ver agora, os salários não têm tido grandes problemas, porque é pago directamente da Administração. Haverá sempre um problema a resolver, o problema do IRS, em termos de receitas, mas é bom não esquecer que as receitas são nacionais. E mesmo as receitas cobradas, hoje, na Região, através das actividades, em regra, deveriam ser canalizadas para o centro, porque as despesas são globais. Porque há um problema. Quando são receitas, ficam lá. Quando são despesas, ficam lá todas. Então, é essa questão que temos que ver, mas é uma situação transitória que brevemente se vai resolver.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Ministro das Finanças. Seguidamente, tem a palavra a Sra. Ministra da Justiça.

A Sra. **Ministra da Justiça e Direitos Humanos** (Ivete Correia): — Sua Excelência Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro e Chefe de Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, todo o povo de São Tomé e Príncipe, boa tarde.

Cabe a mim responder às questões colocadas pela Deputada Cristina Dias, relativamente às acções realizadas no âmbito do combate à violência doméstica e abuso sexual de menores. Portanto, no âmbito do Programa das Grandes Opções do Plano do Governo e também a Agenda de Transformação 20-30, particularmente no objectivo 16 e também agenda de transformação 20-63 da África que Queremos, e o Ministério da Justiça, em particular, estamos a desenvolver um conjunto de actividades que irei mencionar. Foi aprovada, ultimamente, a Estratégia de Violência Baseada no Género, uma estratégia que tem um espaço temporal, devíamos começar em 2020, mas tendo em conta a pandemia da Covid-19, essa estratégia irá ser implementada a partir de 2022 a 2025, com o apoio da UNICEF.

Também foi aprovado o Protocolo de Atendimento e Procedimento de Vítimas de Abuso Sexual, Violência Doméstica, Negligência e Abandono de Crianças. Portanto, este Protocolo tem todo o procedimento e está criada uma comissão multisectorial, em que cada Ministério tem uma responsabilidade e as acções serão coordenadas, desde que a queixa dê entrada no Ministério da Saúde ou na Polícia, ou então em qualquer um desses organismos. Haverá uma acção coordenada, portanto, este Protocolo também terá o seu início em 2022, com apoio da UNICEF.

Nos dias 15, 16 e 17, será realizada a terceira fase de formação de médicos e de técnicos em medicina legal, com a entrega de certificados e, numa quarta fase, serão seleccionados um ou dois médicos para que possam dar continuidade a uma formação de longa duração. Este projecto está a ser financiado no quadro de projecto de modernização da Justiça pelo PNUD.

Também está em vias de instalação o Gabinete de Atendimento às Vítimas de Abuso Sexual. A maior dificuldade que temos é infra-estrutura. Estamos à procura de um espaço no Hospital Dr. Ayres de Menezes, que seria de preferência, mas tendo em conta as dificuldades que o Ministério da Saúde tem, neste momento, ainda não dispomos do espaço. No entanto, em contrapartida, já remetemos a lista dos materiais para apetrechamento desse gabinete. Tudo indica que ainda iremos conseguir um espaço para a sua instalação. O objectivo desse Gabinete é para que, em caso de abuso sexual ou de violência doméstica, a vítima tenha um atendimento especializado, com um certo sigilo, e também para proteger o próprio interesse da vítima.

Ao nível do Tribunal, pela primeira vez, este ano, foram empossados nove juizes. Portanto, com o empossamento desses juizes, haverá julgamento com maior frequência e também em termos de celeridade do processo, tendo em conta que todo o processo relacionado com vítimas de abuso sexual e violência doméstica tem uma certa prioridade. Também no âmbito do combate à violência doméstica e o abuso sexual e também no quadro do projecto de modernização da Justiça, nós, neste momento, estamos a requalificar um edifício, no Distrito de Caué, que está destinado à futura instalação dum Tribunal, do sistema judicial em Caué. Esse edifício terá toda a estrutura, desde o Gabinete para o Ministério Público, a Polícia Judiciária, a sala de audiência, celas masculina e feminina. Portanto, terá toda a estrutura dum sistema judicial. Isto com o objectivo de descentralização da Justiça, acesso a justiça e também para garantir melhor qualidade e mais informação ao próprio cidadão, e também vai possibilitar que o cidadão, em vez de se deslocar ao Distrito de Água Grande, possa mesmo no seu distrito resolver algumas questões. E a ideia

também é para nós realizarmos alguns julgamentos, os mais simples, no caso, por exemplo de conflito familiar, abuso sexual de menores, violência doméstica, furto simples, como forma para desafogar também a aglomeração do cidadão no Distrito de Água Grande.

Também temos o Projecto Mais Igual. É um projecto de violência doméstica também baseada em género, mas este projecto está um pouco atrasado devido à questão da Covid-19, a instituição seleccionada para gerir o projecto é o Instituto Camões, e há alguns procedimentos, em termos organizacionais, que ainda estão pendentes. Mas tudo indica que em Janeiro de 2022 o projecto poderá ter o seu início. É um projecto que está orçamentado em 2.450 milhões euros.

Portanto, é tudo quanto eu tenho a responder sobre a preocupação da Deputada Cristina Dias. Muito obrigada a todos.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sra. Ministra da Justiça.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Infra-estruturas e Obras Públicas.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas e Obras Públicas** (Osvaldo Abreu): — Muito boa tarde, povo de São Tomé e Príncipe que nos escuta, Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Sr. Primeiro-Ministro, com a sua permissão, permita-me esclarecer algumas situações que foram aqui levantadas. São poucas e vou ser também bastante rápido.

A primeira tem a ver, e começo do final para o princípio, com o tempo de execução das obras entre o lançamento do concurso e o lançamento da primeira pedra. Nós estamos a constatar que levamos muito tempo, e foi aqui questionado. De facto, nós estamos dentro do cumprimento das questões de transparência e leva a que os projectos sejam remetidos, primeiramente, ao Gabinete de **Coordenação e Seguimento do Sistema de Licitações** (COSSIL) e depois ao Tribunal de Contas. E nós não temos prazo para estas duas verificações. Os projectos são propostos ao Ministério, que os aprova, lança-se o concurso, são 45 dias, em média, depois vem a avaliação e adjudicação e após a adjudicação vai ao COSSIL, para a verificação de todos os procedimentos e, naturalmente, a transparência necessária. E após a aprovação no COSSIL, vai para o Tribunal de Contas para o visto e esta metodologia que nós adoptamos, o Estado adoptou, de facto, faz com que os projectos levem, em média, 6 meses ou mais para o real início de sua implementação. É nessa perspectiva que nós não conseguimos lançar a primeira pedra para as obras de reabilitação das estradas de Bôbô Forro, Desejada, Madalena; a estrada de Ribeira Peixe, Porto Alegre; a estrada de Madre de Deus a Almeirim e outras obras que já temos a adjudicação feita, já recebemos o visto do Tribunal de Contas, mas não veio a tempo suficiente para que pudéssemos fazer ainda neste ano, mas estamos empenhados para, logo no início do próximo ano, darmos cabimento a esse processo.

Repito, o processo já está concluído, só falta mesmo é adjudicação do montante financeiro necessário, que já está orçamentado, para que possamos lançar a obra realmente.

Chamo atenção também para um novo elemento que tem prejudicado o andamento das obras, que tem a ver com a crise no transporte dos materiais. Com o efeito e a influência da ameaça da pirataria e também a falta de contentores ao nível mundial, nós temos recebido menos embarcações de transporte de materiais, não só de construção, mas também de comércio, no geral, o que nos tem prejudicado.

O outro exemplo é o efeito da pandemia, que fez encerrar algumas indústrias que nos forneciam materiais, mais precisamente a indústria de betume betuminoso de Portugal, da GALP, que foi encerrada no meio da pandemia. E agora, as empresas têm que fazer compra em Espanha, com uma série de efeitos colaterais, quanto ao tempo e aos custos, que nós estamos a suportar, neste momento.

Quanto à questão levantada pelo Deputado António Barros, eu agradeço a menção aqui feita. Nós, de facto, temos, neste momento, uma produção razoável e estável na Região Autónoma do Príncipe, com duas máquinas que estão a trabalhar a 900 kVA, ao mesmo tempo. Temos uma máquina avariada, entretanto, o gerador que perguntou está neste momento, neste preciso momento, na embarcação Lucas, preparada para ser embarcada para a Região Autónoma do Príncipe.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Foi uma aquisição, negociação directa da EMAE e uma empresa nacional que não vou mencionar, que tinha uma máquina de capacidade superior àquilo que precisava, cerca de 900 kVA. Então, previamente aprovado pelo Governo, estabelecemos as negociações, compensámos o investidor privado e ficamos com aquela máquina. Aconteceram várias intervenções próprias para adequar a mesma às especificidades da Região Autónoma, e já está a caminho. Com esta intervenção, nós vamos ter um superavit de produção energética na ilha do Príncipe. Vamos trazer a máquina que está com problemas, para a sua devida recuperação na empresa que tem contrato de manutenção, aqui em São Tomé, a empresa CIM, e neste momento já se consegue dar energia eléctrica a alguns grandes hotéis, na ilha, do Príncipe, o que nunca se tinha feito, porque já se tem energia com alguma capacidade para o fazer, está-se a fazer neste momento e esperemos que consigamos fazê-lo mais.

Informar também que a intervenção da extensão energética da rede regional para San Joaquim já está praticamente concluída e que brevemente faremos a entrega formal dessa infra-estrutura.

Aplausos do MSLTP/PSD.

Pensamos, ao longo do próximo ano, concluir o processo de extensão para os grandes aglomerados populacionais na Região Autónoma.

No Distrito de Lembá também, e como está inscrito no nosso Orçamento, vamos começar a última fase da extensão da rede eléctrica para o extremo Sul, ou seja, de Angolares para Porto Alegre e todas as regiões circundantes. É um projecto, como já dissemos aqui várias vezes, de continuidade, já começou há algum tempo e pensamos também dar esta alegria à população do extremo Sul, com a extensão da rede eléctrica nacional.

Quanto à produção nacional, como já é do conhecimento público, feito recentemente para a vinda dos técnicos da empresa ABC, para recuperar as máquinas e também com a cooperação da República Popular da China, em relação à recuperação da Central n.º 1, do anterior parceiro, as máquinas de Hyundai, nós estamos a recuperar as máquinas todas. Neste momento, temos uma produção de 17 megas e, nas próximas 2 semanas, de acordo com as informações técnicas, concluiremos a manutenção do segundo grupo de ABC, porque os técnicos belgas ainda cá estão, e da outra máquina da Hyundai. Teremos aproximadamente mais 3 megawatts na rede, o que permitirá que EMAE possa dar descanso a algumas máquinas, porque teremos também superavit na produção. Não é cantar vitória, porque sabemos que é muito vulnerável e pouco sustentável esta forma de produção de energia, pelos processos que já vivemos ao longo dos tempos.

O que vamos fazer? A Central n.º 3 da Caterpillar está completamente operacional, os cinco geradores estão a funcionar, a emitir para a rede, e aproveito a deixa que tem norteado estas discussões de hoje e ontem, de algum entendimento interpartidário, para vermos alguns sectores fulcrais da nossa sobrevivência, enquanto Estado, sectores importantes para o nosso desenvolvimento socioeconómico, de forma sustentável, porque a energia não pode ser deixada para trás, nem ser imputada simplesmente à EMAE. Temos e precisamos de rever a forma como vemos e fazemos a política energética, porque está mais do que claro que sem esse serviço não conseguimos fazer quase nada. Portanto, o financiamento da manutenção, enquanto continuarmos com a produção através do meio térmico, tem de ser assumido de forma clara pelo Governo, numa perspectiva de que o FMI não permite que as nossas empresas façam dívidas. Depois das negociações de 2019, estamos barrados e, assim sendo, a empresa não tem como ter em suas mãos 2 a 3 milhões de dólares, para fazer as manutenções que as máquinas precisam. Manutenção de máquinas térmicas não é o que fazemos quando queremos, mas temos de fazê-la. Pelo contrário, teremos a repetição cíclica daquilo que temos vivido até agora.

Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, no âmbito da transição energética, estão em curso uma série de intervenções e esperamos a partir do próximo ano, com substância e com situações mais factuais, trazer para mostrar que também podemos entrar nessa era de transição, diminuindo consideravelmente o paradigma de produção térmica, com a introdução, tanto das energias de origem fotovoltaicas, quanto das hídricas, pelo concurso que lançamos com o apoio do BAD e outras instituições como o PNUD, que nos apoiam nesta perspectiva.

Finalmente, gostaria que reflectíssemos também, de forma muito serena, relativamente ao nível de projectos de desenvolvimento sectorial que concordamos e acordamos com alguns parceiros, que não respondem às necessidades reais dos sectores. Assinamos, por vezes, acordos e projectos de desenvolvimento que não vão ao encontro das necessidades reais. Volto a repetir, temos engajado cerca de 70 milhões de dólares no sector de energia e a população não tem energia. Temos que rever isso.

A outra situação que devemos rever é a predominância de projectos dos nossos sectores. Tenho dois ou três projectos nas Infra-estruturas e Recursos Naturais que me estão a levar todos os técnicos das direcções. Pedem férias sem vencimento e vão-se embora.

As direcções estão esvaziadas da sua competência, quando esses projectos deveriam estar dentro dos sectores e das direcções, para promover a capacitação, a transparência tecnológica, do conhecimento, e não ficarem isolados. Quando acaba, acaba tudo, sem apropriação, e depois fica ali.

São situações com que vimos convivendo ao longo de muito tempo, mas acho que, pela maturidade do nosso país, já devemos começar a pensar diferente, para esses que financiamentos nos sirvam e sirvam o povo de São Tomé e Príncipe de facto.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Ministra da Educação.

A Sra. **Ministra da Educação e Ensino Superior** (Julieta Rodrigues): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Caros Colegas, Ilustres Srs. Deputados, Técnicos da Comunicação Social, muito boa tarde a todos.

Venho aqui prestar esclarecimento de alguns assuntos levantados primeiramente pela Sra. Deputada Cristina Dias, que questionou vários programas elencados nas GOP.

Gostaria aqui de informar que é verdade que tudo é prioridade e ao nível do Ministério da Educação também temos que ver as coisas enquanto Educação, uma instituição transversal, que realmente tem a ver com o desenvolvimento dos recursos humanos, melhoria da própria educação e daí que esses programas

devem continuar, porque são transversais, abarcam diversos níveis de ensino: pré-escolar, básico, secundário, superior, profissionalmente profissionalizante, ensino profissional e outras áreas. Por isso, os programas são mesmo transversais, devem continuar assim. E não só, para além do que estamos aqui a discutir, do investimento do Governo, também contamos com apoios de vários parceiros bilaterais e multilaterais que não estão contabilizados no nosso OGE. Por exemplo, o caso da UNICEF. É um parceiro que apoia muito o ensino pré-escolar, mas temos vários outros parceiros.

Como deve compreender, o programa é mesmo assim e algumas áreas são processos que irão, não só com este Governo, dar continuidade com outros governos, como é o caso da melhoria da qualidade de ensino, combate ao insucesso escolar, qualificação de adultos em idade activa, ensino superior e todos outros.

Quanto à cantina escolar, foi levantado aqui este assunto por dois deputados, o Governo reconhece que é algo muito importante, investir na cantina escolar, sempre reconhecemos isso, é uma das grandes prioridades do Governo. Por isso, existe condições para a implementação de um prato quente, em termos de alimentação e nutrição. Reconhecemos que é fundamental para a assimilação e aquisição de conteúdos, para a concentração das próprias crianças nas escolas e também permite o acesso e acessibilidade às escolas. Como todos devem compreender, nas zonas rurais, as crianças e as famílias ficam à espera que haja fumo nas cozinhas, para depois as crianças se dirigirem às escolas. Por isso, é um programa que sempre teve o reconhecimento do Governo e os demais parceiros, como é o caso do Programa de Alimentação Mundial (PAM), com que já conseguimos mobilizar 50 000 dólares para o fundo do Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE).

Como devem compreender, esse programa, para a sua implementação, não só conta com o apoio das famílias, para aquisição dos produtos frescos, como: hortaliças e peixes, proteínas. Outros custos, que são elevadíssimos, partem do Governo, neste caso, a importação de produtos secos, como: feijão, arroz, sal e óleo alimentar.

De acordo com os procedimentos administrativos e também o momento que estamos a atravessar, da pandemia da Covid-19, houve atraso na aquisição dos produtos, mas devo anunciar-vos que já temos os produtos, deveríamos começar já com a implementação de pratos quentes, mas como já estamos no fim do primeiro período, já no segundo período vamos começar a fornecê-los.

Quanto à questão de segurança nas escolas, isto sempre foi nossa prioridade. Daí que desde que entramos estamos a investir na construção de vedação das escolas, porque queremos que as crianças estejam seguras nas escolas. Todas as escolas já estão orçamentadas, para a construção de vedação escolar, e não só, também algumas estratégias nas diferentes escolas. Quero dizer aqui que investimos muito, pagamos seguranças. Todas as escolas, jardins, ensino básico, mesmo ensino secundário têm seguranças, tanto diurno como nocturno, e também já orientamos as escolas que criem estratégias. Temos algumas estratégias em algumas escolas, como conselho disciplinar, inclusive com apoio dos professores, estabelecemos um protocolo com a Polícia Nacional, para patrulhamento nas escolas e arredores.

Um ou outro problema que tem surgido, surge sempre, porque são problemas com os próprios alunos. Os próprios alunos é que levam essa questão da insegurança e não só, porque o que aconteceu ultimamente no Liceu Nacional foi ajuste de conta entre alunos. Por isso, também como disse aqui o Ministro da Saúde, tem a ver também com atitudes das pessoas, do próprio segurança. Temos que trabalhar muito para a formação, para inverter a atitude das pessoas, sobretudo no recinto escolar, para a segurança das nossas crianças.

Estamos a trabalhar para investir muito fortemente nesse aspecto.

Também se levantou aqui a questão da investigação. Como sabe, a investigação é algo muito importante, é uma área que abrange o ensino superior, mas quase todo o nosso orçamento vai para o pagamento do pessoal. Daí que para a questão de investigação temos que estabelecer protocolos com instituições congéneres ao nível do ensino superior, incentivar, criar e promover programas de doutoramento, mestrado, investigação, e também estamos a trabalhar nesse sentido com o investimento das empresas petrolíferas. Já submetemos a solicitação dessa empresa para investir nessa área, e é por isso que não vem aqui apresentado no Orçamento Geral do Estado.

Creio que é o que me resta apresentar, enquanto esclarecimento.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiro e Comunidades.

A Sra. **Ministra de Negócios Estrangeiro e Comunidade** (Edite Ten Jua): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, todo o povo de São Tomé e Príncipe e também todos os são-tomenses na diáspora, *seja lovado*.

Eu ouvi de facto alguns imputes, algumas observações, deter-me-ei sobre três aspectos.

Eu começaria pela questão de vistos, alguma preocupação com a questão da mobilidade e gostaria de poder aqui, desta tribuna, dizer que a mobilidade é sobretudo um mecanismo para potenciar o intercâmbio entre os povos que compõem a comunidade dos povos de língua portuguesa. Não foi pensado para ser um mecanismo para potenciar a emigração, mas sim para potenciar intercâmbio, seja ele cultural, seja ao nível académico, seja ao nível empresarial e outros. E por isso este mecanismo é extremamente importante para

nós, sobretudo nós que somos ilhéus e que temos a necessidade para sair um pouco da ilha, de conhecer o mundo e de interagir.

Efectivamente o Acordo da Mobilidade entrou em vigor, devidamente ratificado já por três países, sendo Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, em segundo lugar, e depois, em último, Portugal, a ratificação que permite a entrada em vigor deste documento.

Mas também é de recordar que nós fomos nos antecipando, de alguma forma, fazendo algum processo de mobilidade, no ponto de vista bilateral, com outros países, nomeadamente Angola, Cabo Verde e, mais recentemente, a Guiné Bissau, e temos já pronto com Moçambique, por questões de espaço aéreo não foi possível assinar. Portanto, estamos nesse momento a ultimar com Timor-Leste e fazer o mesmo com o Brasil. Mas eu só conheço que, quando falamos de acordo de mobilidade, maior ansiedade, se me permitem usar essa expressão, será naturalmente com Portugal, que é onde que temos maior fluxo, dentre os países dos povos da CPLP.

No ponto de vista do Ministério de Negócios Estrangeiros e do Governo, já estamos a trabalhar sobre esse processo e vamos muito rapidamente negociar, de forma bilateral, com Portugal, na medida em que entendemos as preocupações, no ponto de vista da saída dos nossos concidadãos, sobretudo agora que há tanta dificuldade ao nível da concessão desses mesmos vistos.

De recordar também que esse Acordo tem modalidades, portanto, são várias modalidades, mas sobretudo há um aspecto fundamental. É que o Acordo tem a ver com flexibilidade e aí está muito vocacionado para determinadas categorias de pessoas, nomeadamente, de estudantes, profissionais de Saúde, Comunicação Social, artistas, empresários. Portanto, vai ser efectivamente um processo que vamos tentar fazer todos o esforço para concluir o mais breve possível, para termos a verdadeira mobilidade, particularmente com Portugal, que eu sei que há uma expectativa muito grande.

Em segundo lugar, se me permitem, gostaria também de focar uma questão, porque sei que quando se fala do Ministério de Negócios Estrangeiros, e penso que foi aqui também referida muito ao de leve, mas eu não gostaria de deixar de referir, que é a questão da situação das embaixadas. Eu gostaria de referir que as embaixadas, infelizmente, vivem aquilo que é o reflexo que nós também vivemos internamente. E afirmo isso relativamente à questão de alguma falta de pagamento, quer seja de salários, quer também das despesas de todas as classes. Portanto, reflecte um bocadinho desafio que nós também estamos a viver aqui no país. De qualquer das formas, devo também informar que o Governo fez um exercício de considerar como dívida tudo aquilo que estava por pagar, sobretudo no que concerne ao ano transacto. Portanto, ficou reflectido neste Orçamento como dívida. Entendemos ser preferível assim, porque a partir do momento que está no ponto de vista orçamental, então teremos que encontrar meios para dar respostas a esta situação.

Eu gostaria também aqui, porque estamos a falar das embaixadas, de falar um pouco da diáspora. A grande preocupação é sempre a questão dos documentos. Quando estivemos aqui, tivemos a oportunidade, a quando da discussão do anterior orçamento, de falar um pouco da questão da documentação, que é um aspecto extremamente importante para a nossa diáspora. Não ficamos parados, o Governo tem, mesmo não tendo, ao nível do orçamento, estes meios, do ponto de vista da diplomacia, encontrado meios alternativos para efectivamente dar resposta. Neste momento, junto com o nosso parceiro multilateral, o PNUD, estamos a fazer o processo de aquisição de quites para a recolha de dados que permitirão aos nossos cidadãos ter documentos, particularmente a questão do passaporte.

Ainda na questão da diáspora, devo referir também que, para além dos documentos, para além de tantos outros desafios que a nossa diáspora sente, parece que ela tem sempre a necessidade de calor humano e da solidariedade que possa vir do nosso país. E recordo-me que o Governo também, na última discussão do Orçamento, tinha prometido que iria abrir o gabinete da diáspora. E devo dizer que prometemos e cumprimos, o gabinete está feito e é para ser inaugurado a qualquer momento. Terá uma linha directa com vários países da diáspora. Não conseguiremos naturalmente responder a todas as questões, mas pelo menos o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Governo terá como canalizar as preocupações dos cidadãos para os respectivos sectores.

Também gostaria de falar relativamente à questão do fundo do Japão. Nós assinámos, muito recentemente, o Acordo de Ajuda Alimentar com o Japão e é de preferir que este Acordo teve um acréscimo de mais de 0,5 milhão de dólares, comparativamente ao anterior. Mas com o Japão temos de facto uma cooperação muito profícua, muito satisfatória e também houve uma oferta feita pelo governo japonês, no montante de 1.6 milhões de dólares, que vai ser canalizado para a execução de um barco, que nós contamos que esteja já pronto, possivelmente, e eu costumo dizer, até o segundo trimestre do próximo ano. Portanto, é uma medida importante para nós.

Para finalizar, gostaria de dizer que, embora o Governo, na sua vertente da diplomacia, possa parecer efectivamente, se olharmos para o Orçamento, que os meios são insuficientes, e de facto, gostaríamos todos que fossem maior, mas continua a haver um esforço muito grande para, junto aos nossos parceiros, quer os bilaterais e quer os multilaterais, encontrar outros meios que nos possam permitir realizar os projectos que temos ao nível do PIB.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Para finalizarmos a parte de esclarecimentos dos membros do Governo, são 14 horas e 16 minutos, podemos abrir novas inscrições ou suspender e retomar às 15? O Plenário é soberano. Abrir novas inscrições ou vamos suspender e retomar às 15, 15 e 30?

Temos quatro inscritos. Todos mantêm? Vamos dar a palavra, não há uma opinião unânime, assim vamos avançar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Américo Ramos.

O Sr. **Américo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, há uma questão que eu devia ter levantado desde a minha primeira intervenção, mas não o fiz, está relacionada com a comunicação social. Nós estamos aqui a debater e ainda me recordo que o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD falou da questão de liberdade de imprensa e tudo isso. Há uma grande distância entre aquilo que se diz, aquilo que se escreve e aquilo que acontece na realidade. Ontem, quem assistiu à televisão, viu que houve o anúncio de debate do Orçamento, mas no ecrã só apareceu o Primeiro-Ministro. Nem os Deputados da oposição, nem os Deputados do Governo apareceram a questionar a abordagem do Primeiro-Ministro. Porquê? Toda gente não tem tempo e disponibilidade para estar a acompanhar a discussão do Orçamento, do princípio ao fim. O Telejornal, serviço público, tem que fazer o resumo daquilo que aconteceu na sessão. Tanto a TVS como a Rádio Nacional. Isso é um dever de serviço público. Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, por favor, oriente lá os seus serviços, no sentido de fazerem um resumo daquilo que aconteceu aqui, e não só apresentar aquilo que querem.

A segunda questão que eu gostaria aqui de abordar é em relação ao Sr. Ministro das Finanças. O Sr. Ministro das Finanças tem o dever de brilhar aqui nesta Sala, porque tem capacidade para tal, e eu concordo. E ainda bem que fez referência à realidade, o país real. Não são sonhos. É o país real. Aquilo que se cobra, aquilo que se paga, a ginástica que se tem que fazer para pagar despesas. Isso é muito importante, mas eu quero perguntar ao Sr. Ministro, na gestão eficiente de recursos, como é que o Sr. Ministro se sente nessa dificuldade de gestão de recurso, quando sabe que os colegas do seu Governo sobrefaturaram as obras em mais de 1 milhão de dólares e o senhor está a precisar desse valor, para resolver problemas do hospital? Como é que o senhor se sente? Esta é que é a minha preocupação consigo. Eu já estive nessa posição e sei o quanto isso custa. E eu gostaria de conhecer o seu sentimento. Estou a fazer essa gestão de escassez de recursos e tenho os meus colegas noutros ministérios a sobrefaturarem obras e actividades em mais de 1 milhão de dólares. E quando o hospital suspende as suas actividades, porque o ar condicionado não está a funcionar, porque não há alimentação, não tenho dinheiro, no cofre do Estado, para os pagar.

Esta é a minha questão.

Ainda para o Sr. Ministro das Finanças, eu concordo com tudo aquilo que disse, mas há uma coisa. Nós estamos aqui a discutir o Orçamento, não são as constatações. Estamos a discutir políticas do Orçamento, o que é que o Primeiro-Ministro propõe, para resolver o problema. É disso que queremos ouvir falar.

Eu sei que quando os Deputados intervêm aqui, e é nossa prática acomodarmo-nos de mãos estendidas. Mas até quando? E o Sr. Primeiro-Ministro, muitas vezes, nas suas intervenções, vem falar-nos de crescimento robusto, e eu gosto desta palavra, mas o crescimento robusto tem que estar traduzido no papel e o senhor tem que apresentar, na sua proposta orçamental, acções que levam a cabo um crescimento verdadeiramente robusto, para permitir ao Ministro das Finanças e outros Ministros fazerem face a estas tais despesas e outras despesas inadiáveis que existem.

É isso que estamos aqui a discutir. As constatações, todos sabemos, mas as medidas de políticas, acções que devem ser levadas a cabo, no sentido de inverter tendencialmente essa situação.

O Líder Parlamentar do MLSTP/PSD veio cá falar que o Deputado Carlos Pinheiro não concorda com o apoio aos carenciados. Mentira! Isso é demagogia! O que ele quis saber, e deve ser a preocupação de todos Deputados e de todos os são-tomenses, é qual é a sustentabilidade, o que é que o Sr. Primeiro-Ministro pode propor. O Sr. Primeiro-Ministro vai falar com o Banco Mundial, está tudo bem, mas se o Banco disser que não? Tem que ter medidas de política, no seu Orçamento, para, a curto e médio prazos, ter recursos suficientes para substituir o Banco Mundial no financiamento dessas acções, que são tão importantes para aliviar a pobreza em São Tomé e Príncipe. Isso é o que temos que aqui dizer. Não é chegar aqui e dizer que o deputado A, B ou C não quer que se continue com o programa de apoio aos carenciados. Isso é demagogia.

Como disse aqui o Deputado da Bancada da Coligação, e acho que também o Ministro das Obras Públicas, temos situações transversais e é preciso sermos responsáveis. Estamos a dar 1800 dobras às pessoas mais carenciadas, com o financiamento do Banco Mundial, que tem um prazo limitado. E depois disso? Se o Banco Mundial, amanhã disser que bloqueia toda assistência a São Tomé e Príncipe, nós também vamos dizer às pessoas que o Banco Mundial bloqueou, e elas voltam à situação que se encontravam. Por isso é que o Deputado Carlos Pinheiro disse, e bem, que ele é mais favorável a todos aqueles programas que ensinam a pescar e não dar o peixe. Isso é verdade e toda gente sabe.

Acho que o que nós precisamos saber aqui, eu pessoalmente e o meu Grupo Parlamentar, é que acções concretas estão neste Orçamento que se traduzirão na melhoria das condições de vida da população, que permitirá que o País cresça realmente robusto, porque um país cresce 2% com uma taxa natural da população de 2.1% não está a crescer, todos que são economistas sabem. E não podemos estar a alimentar a ideias de que o que escrevemos aqui vai ser permanentemente assistido. Parece-me que esta é

que é a intervenção das pessoas. Ah, porque o Banco Mundial não deu, porque não sei quem não deu. Não, não. Não estou de acordo. E não é uma situação de agora. Esta situação vem já de algum tempo. O País tem que evoluir. Porque é que se fala de vários programas que os parceiros falam com o País, no sentido de garantir um desenvolvimento sustentável? A partir de que limite de crescimento do produto interno bruto se considera que um país está em desenvolvimento? Para além de vários outros indicadores a nível da Saúde e da Educação? Isso é que é mais importante, isso é que devemos discutir e isso é que deve ser o nosso norte, enquanto Deputados, enquanto representantes do povo. Não levantar questões, demagogicamente, falar de coisas que não têm nada a ver, contrariar aquilo que é evidente. Há coisas que são evidentes. A Saúde vai mal? Vai. O Ministro veio aqui, falou e nós temos que reconhecer. Então, temos que levar a cabo acções que permitam inverter esse estado de coisas. E o País tem várias prioridades, eu sei, também estive no Governo. E nós temos que criar condições para, pouco a pouco, irmos ultrapassando as dificuldades desta população, que está a sofrer. A situação está a piorar de dia para dia. É preciso que a gente assumia isso, e não trazer argumentos falaciosos para justificar uma ou outra situação, com pressa de explicar.

Ouvi atentamente a intervenção do Ministro Osvaldo Abreu, e não concordo com muitas coisas que disse. Vou dar só um exemplo ao Sr. Ministro, mas outras coisas deixarei para lá.

O Líder Parlamentar da Coligação perguntou por que é que há esse espaçamento de tempo entre o lançamento de concurso e o início da obra. Os primeiros argumentos não constituem a barreira. Os expedientes democráticos e administrativos são os normais. Os procedimentos de transparência têm que ser obrigatoriamente cumpridos. Senão, se é para tirar e entregar, não seria só 1 milhão de dólares de sobrefacturação. Seria muito mais. O que existe realmente são alguns problemas. Primeiro, uma das questões que estamos aqui sempre a levantar, a questão de financiamento. Imaginemos que o Sr. Ministro consiga cumprir os procedimentos administrativos, chegando em Janeiro, o senhor começa obra? Faz a mão em cima. Quer dizer que o dinheiro ainda não está cá. Mesmo se for contratualizado, mas não está cá e há procedimentos próprios para desbloqueamento da verba, dependendo de parceiros. Isso é o que o senhor tem que dizer.

Segundo, a questão de mobilização de meios. A nossa taxa de absorção é muito baixa devido a vários factores. Se lançarmos uma obra hoje, ela pode ter, no mínimo, um, dois, três meses para iniciar. Porquê? Mobilização de meios. Temos que ter a consciência disso e saber de quê estamos a falar, e não ludibriar as pessoas, em relação àquilo que este ou aquele governo está a fazer. Vamos falar a verdade, a realidade!

Por último, gostaria de dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que uma das coisas que faz com que o senhor não consiga realmente levar a cabo todas as suas acções com alguma celeridade, utilizando os recursos disponíveis, é porque o seu Governo, desde o início, decidiu utilizar o instrumento de perseguição e exclusão como o seu bastião de governação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Eláccio da Marta.

O Sr. **Eláccio Marta** (ADI): — Sr. Presidente, antes, gostaria de cumprimentá-lo e desejar-lhe rápidas melhores. Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Colegas Deputados e toda a população de São Tomé e Príncipe que nos escuta, boa tarde.

Sr. Presidente, sou muito novo, mas de vez em quando há a necessidade de estarmos atentos, para descobrirmos as manobras existentes na política.

Quero fazer uma pergunta directa ao ex-Ministro das Finanças do XVI Governo, que é o Sr. Deputado Américo Ramos. Quando estamos fora da governação,...

Uma Voz do ADI: — Isso é orçamento?

O Sr. **Eláccio Marta** (ADI): — ... a lente é utilizada, e quando estamos no governo tornamo-nos cegos. Falou aqui recentemente sobre a questão da sobrefacturação. Quem era o Ministro das Finanças, quando se comprou o gerador velho?

Disse que conhece bem a Administração Pública, que conhece bem os números. Quando recebeu a proposta da EMAE para a compra do gerador nas mãos do actual Presidente da República, porque a EMAE faz proposta de compras ao Ministro de Infra-estruturas e Ministro das Finanças paga. Quando recebeu a proposta de pagamento da compra do gerador velho, o Sr. Deputado esteve cego? Não existiam os números? Coitado foi o Mário, que parou na cadeia. Quem deveria estar na cadeia é quem autorizou o pagamento da compra do gerador velho.

Ruídos do ADI.

Hoje estamos na governação, há melhoria energética e o senhor aqui fala de outras coisas, mas quando estava envolvido no acto de sobrefacturação, tornou-se cego.

O ex-Director da EMAE, coitado, é que foi para a cadeia, ao invés de ser quem autorizou o pagamento da compra do gerador velho.

Estamos na discussão do Orçamento e temos que enaltecer aquilo que o Governo fez e acompanhar, enquanto representantes do povo, todas as acções governativas e trazer alternativas.

Os deputados foram eleitos nos distritos, para representar o País.

O Governo está de parabéns, porque de facto algumas obras que estiveram no Orçamento passado estão a ser feitas. Estando cá, deveríamos enaltecer essa execução, ao invés de estarmos aqui a falar tudo ao contrário.

O Sr. Deputado Carlos Pinheiro questionou a publicidade da família vulnerável. Inicialmente, disse que o Telejornal só passa isso, a entrevista às pessoas sobre a questão do programa, mas deveria dizer que iniciámos com 2600 famílias e hoje temos 16 000 famílias. Foi um ganho.

E quando começou, começou mal. Aqui nesta Sala, temos Deputado do ADI cuja esposa esteve na lista de famílias vulneráveis.

Murmúrios do ADI.

Tenho cá a lista, posso pedir aos serviços para imprimir e distribuir.

Para terminar, gostaria de dizer que valeu a pena, enquanto Deputado, pedir ao Governo que efectuasse, o mais rapidamente, a construção de um Liceu em Caué. Esteve no orçamento passado e felizmente já foi lançada a primeira pedra. Enquanto angular, peço ao Sr. Primeiro-Ministro e à sua equipa que pressione a Empresa Constromé para a conclusão daquela obra.

No Orçamento passado, questionamos aqui a compra de um gerador para a Área de Saúde de Cantagalo. Felizmente, a Área de Saúde de Cantagalo já tem um gerador.

Permita-me, Sr. Presidente, deixar uma recomendação ao Chefe do Governo. Sabemos da problemática de abastecimento de água em Cantagalo. Em Cantagalo, temos problemas de água, mas também pedir à Empresa Constromé alguma rapidez. Quanto mais rápido Cantagalo tiver água, para nós será uma conquista.

Para terminar, Sr. Primeiro-Ministro, dizer que hoje todos estamos de parabéns, quanto à questão da Covid-19. Inicialmente, quando começou a pandemia, o número de morte era muito mais elevado. Por isso, peço ao Governo que continue a pressionar, porque quando deixamos tudo de qualquer maneira, às vezes mesmo a morte poderá atingir alguém da nossa equipa. Por isso, é sempre bom mantermos as medidas. Se for para apertar um pouco, aperte, para o nosso bem, e quando acharmos necessário abrir, poderemos abrir o País, de maneira que a nossa vida quotidiana possa ter a sua continuidade.

O Sr. **Presidente**: — Estamos já quase no fim, tenho estado a fazer algum esforço para deixar os Deputados falarem, porque estamos a discutir o Orçamento na generalidade, mas também não podemos exagerar. É preciso concentrarmos um pouco mais no documento do que estar em confronto entre Deputados com coisas passadas.

Tem palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Antes de mais, gostaria de também juntar a minha voz à daqueles que lhe desejaram rápidas melhoras, conforme foi aqui informado.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, caros colegas deputados, gostaria de trazer aqui algo que tem trazido alguma inquietação à população da Região Autónoma do Príncipe, e gostaria que o Sr. Ministro das Finanças e o Ministro das Infra-estruturas pudessem arranjar uma forma de resolver este assunto. Falamos sempre do custo de vida galopante que toda a população do País tem sentido, e a da Região Autónoma do Príncipe muito mais.

Daí que gostaria de reclamar com o Governo, no sentido de repormos, se calhar, a legalidade, podemos inverter o assunto, no que toca àquilo que chamo de «portagem». O País, constitucionalmente, é uno, mas as pessoas do Príncipe têm-se confrontado com duas portagens, para fazerem chegar os seus bens e serviços à Região Autónoma do Príncipe. Uma é portagem de um despacho que até a simples vendedora de hortaliça têm sofrido. Qualquer carga que tiverem, têm de pagar um despacho de 50 dobras na Alfândega, para deixarem passar a carga para o navio. E eu não falo isto pelo dinheiro que é, 50 dobras, mas pela identidade, por sermos cidadãos são-tomenses. Não é lícito que um são-tomense da Região Autónoma do Príncipe tenha de pagar essa taxa, esse imposto, seja o que for, eu costumo apelidá-lo de portagem, quando um cidadão de Cantagalo, de Caué, de Mé-Zóchi não tem que pagar nada para passar para o seu distrito. Eu acho que isso é um absurdo. Não é pelo valor, mas sim pela defesa da identidade são-tomense.

A outra portagem são os custos da ENAPORT, na Região Autónoma de Príncipe. Eu gostava de perguntar ao Governo, se a empresa ENAPORT é nacional ou é de São Tomé. Porque em São Tomé existe uma estrutura da empresa. Dantes, desde miúdo, eu entendia que a empresa é nacional. Tudo que constitui receita desta empresa, seja em que ponto estratégico do País em que estiver, é dividido equitativamente, mediante as necessidades das nossas populações, a todo nível e a todo distrito. Mas, o que é que acontece? É que a ENAPORT no Príncipe tem também cobrado uma taxa, e a culpa não é dos colaboradores da ENAPORT no Príncipe, porque também se vêem confrontados com fraco recurso, fraca transferência de verba da empresa nacional, e são obrigados a cobrar essa taxa, fazendo com que o custo de vida das pessoas seja ainda maior. Porque os comerciantes, ao pagarem essa taxa, vão também dividir com o consumidor final. Também, na minha óptica, não é pelo valor, mas sim pela defesa da identidade são-tomense. Nós somos um país uno, segundo a nossa Constituição, e não é lícito que tudo aquilo que o

País importa, já se paga uma taxa à ENAPORT e às Alfandegas, e ainda os cidadãos da Região Autónoma do Príncipe são obrigados a suportar uma outra segunda taxa. Não é lícito e eu acho isso um absurdo, uma falta de respeito para com aqueles são-tomense que vive na Região Autónoma do Príncipe.

Daí que sugeria ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Sr. Ministro das Finanças que, no artigo 8.º da Lei do Orçamento fosse acrescentado um ponto 15, que diria o seguinte: São isentados quaisquer tipos de impostos, taxas ou qualquer forma de portagem ou portaria, nos sectores das Alfandegas, na Ilha de São Tomé, e o sector da ENAPORT, na Região Autónoma do Príncipe, para os cidadãos transportarem os seus bens e serviços para a Região Autónoma. Eu gostava que nós acrescentássemos mais este ponto no artigo das receitas, ficassem isentos estes custos, e que a empresa ENAPORT nacional, na sua direcção ao mais alto nível, fizesse um esforço, de forma a transferir verbas que de facto cobrissem as despesas dos colaboradores, bens e serviços da empresa na Região Autónoma do Príncipe.

Sr. Primeiro-Ministro, é um sofrimento que o senhor não imagina. E depois a questão do pontão que ainda temos na Região. Depois de todas essas cobranças e essas despesas, ainda o cidadão padece de falta de logística ou a pouca locomoção que o pontão oferece.

Também gostava de dizer, é outra questão que também tem a ver com a identidade, ao Sr. Primeiro-Ministro, porque não sei qual é o sector do Governo que responde por essas questões, julgo que é o Ministro da Descentralização, que até hoje recebemos facturas da CST escritas Pagué, e nós já extinguimos esta nomenclatura. Quer dizer, há que haver autoridade de Estado. Isto também é uma preocupação que o Governo tem que tomar para si, porque hoje a outra ilha chama-se Região Autónoma do Príncipe e é preciso que as empresas, sejam elas nacionais ou estrangeiras, que venham trabalhar para o nosso país entendam que existe esta lei. E é preciso começar-se a cortar esses males.

Fico satisfeito por ter ouvido na Comunicação Social que o preço do combustível na Região Autónoma do Príncipe será igual ao da ilha de São Tomé. Mais uma vez se demorou para fazer, porque no Orçamento transacto demos pistas sobre essa actividade, essa estratégia, de forma que pudéssemos ter os preços idênticos nas duas ilhas. É de louvar essa atitude e só espero que ela não seja temporária, mas sim definitiva.

Sr. Primeiro Ministro, há muitas coisas na Região que nós devíamos falar, mas como eu disse e dizia, às vezes não me apetece falar, porque é tanta coisa e nós às vezes não conseguimos resolver todas. Ao nível da Assembleia, das comissões, tínhamos sugerido um debate. Daí que desafio o Sr. Primeiro-Ministro, a agendar, logo no primeiro-trimestre, um debate com os assuntos da Região Autónoma do Príncipe, onde envolvesse os Deputados, o Governo Central, o Regional e especialistas, para que pudéssemos falar de política e da ciência, desapassionadamente, sem pensar nos nossos partidos.

Os problemas são tantos, sabemos também que depois desse debate não se vai resolver tudo, mas há coisas que é preciso trocarmos ideias, conversamos, de forma a encontrarmos um bom-porto. Esse debate seria político e científico.

Sr. Primeiro-Ministro, das actividades que tivemos durante a época Covid, pós-Covid, pós-meio-Covid, quero hoje aqui falar de uma situação gritante e preocupante da zona de Praia Abade, na Região Autónoma do Príncipe. A questão de acesso a água potável. Sei que há um projecto em curso, mas está a tardar demasiado e é preciso que façamos alguma coisa, porque aquela população da Praia Abade tem estado a consumir uma água imprópria. Pudemos ver isso *in loco*, na altura da nossa visita, tantos os Deputados residentes em São Tomé como no Príncipe. É preciso que se faça alguma coisa urgente para aquela população.

Quereria também pedir ao Sr. Ministro das Infra-estruturas que, quando fosse à Região Autónoma do Príncipe, fizesse visita mesmo no terreno, para ver a questão de saneamento, e pudemos ver agora, com a reabilitação da estrada defronte a mercado, tivemos dificuldades em ter uma via de acesso secundária.

Nessas andanças por *Lentapiá, Mefidel*, Rua Feliz, pudemos constatar de que, além de não termos essa via de acesso secundária, também temos problemas gritantes com o saneamento.

Gostaria que o Sr. Ministro, quando fosse à Região, fosse ao terreno, andasse em algumas zonas, segundo informações do Governo Regional ou nossa, para ver a situação e minimizá-la. Quando chove, as pessoas não têm por onde andar. E há sítios mesmo na cidade.

Sr. Ministro da Agricultura, queria pedir-lhe, não vou entrar nos meandros do orçamento, mas que quando tivesse alguma política para agricultura no Príncipe, que pensasse numa situação especial. Não sou agricultor, mas tenho falado com muitas pessoas e que têm dito é que a agricultura, no Príncipe, tem baixado consideravelmente, e não se sabe bem o porquê. Daí que gostaria de desafiar o Sr. Ministro, de forma que encontrasse uma verba para se fazer estudos do clima ou sei do quê, acompanhado de algumas formações.

Não é admissível que, com alguns recursos que já foram injectados, estufas, até hoje temos problemas de hortaliça na Região Autónoma do Príncipe. Alguma coisa está a se passar e há que se dar uma atenção especial a este aspecto.

Ontem, ouvi aqui colegas Deputados falarem do navio catamarã e gostaria de desafiar o Sr. Primeiro-Ministro e Sr. Ministro das Infra-estruturas, pois ainda continuamos a ter problemas de locomoção marítima e aérea. No início desta governação, ouviu-se algumas promessas, tanto de aquisição de navios, como também de uma nova frota a nível da aviação, para concorrência, de forma que o preço baixasse e que fosse mais gente de São Tomé visitar a Ilha do Príncipe. Gostaria de saber também em que pé estamos nessa matéria específica, a nível de navios que possam fazer com segurança esta locomoção e a nível

também da ligação aérea. Nessa ordem de ideia, também se falou aqui de catamarã, de outros navios e parece-me que este Governo quase que abandonou o navio. Gostaria de pedir ao Sr. Primeiro-Ministro, se o navio ainda tem utilidade, por favor, encontre forma de pô-lo a funcionar.

Murmúrios.

Já ouvi aqui, várias vezes, neste púlpito, o antigo Primeiro-Ministro dizer que os navios foram ofertados. Se foram ofertados, é do País, é do Governo, ponham-nos a funcionar, se ainda há essa possibilidade.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Carlos Correia.

Fez algumas propostas, e muito bem, mas deve ser na sede da discussão na especialidade, e é Presidente da 2.^a Comissão. Quando for, poderá voltar a propor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, trago algumas questões, mas antes gostaria de dizer ao Sr. Deputado Líder do MLSTP/PSD que destorceu aquilo que era a mensagem que passei, mas não vou entrar em conflito consigo. Creio que o Governo percebeu perfeitamente as minhas ideias. São ideias ligadas à sustentabilidade da própria iniciativa, porque todos sabemos que nenhum país saiu da pobreza, distribuindo dinheiro. Se assim fosse, seríamos já um país desenvolvido.

Não estou contra a opção do Governo de dar apoio, estou de acordo, mas quero que quando chegar o fim, haja possibilidade de continuidade, ou pelo menos que se crie iniciativas para que essas pessoas, com esse valor, possam gerar o seu próprio rendimento. Esta é a ideia e é um pensamento positivo. Julgo que é nesse sentido que foi a minha intervenção, não como entendeu o Sr. Líder, infelizmente.

Sr. Primeiro-Ministro, em relação à Comunicação Social, vou insistir um pouco. O Governo tem a intenção de transformar os órgãos de comunicação social em empresas públicas e, para isso, tenho duas questões concretas, se calhar, para o Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social. A primeira seria para perceber quais as possibilidades reais da exequibilidade dos planos de se transformar esses órgãos em empresas públicas auto-sustentáveis. Gostaria de saber como é que isso se enquadra na nossa realidade, onde é que se iria buscar patrocínios.

As nossas empresas privadas estão com enormes dificuldades, e o patrocínio de publicidades, que poderia gerar receitas para a sustentabilidade, creio que teremos de certeza dificuldades em arrecadar, mas nesse sentido gostaria de ouvir o Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social.

Em relação ao género e juventude, também na Comunicação Social, Sr. Secretário de Estado, gostaria que estimulasse mais um pouco a presença de mais jornalistas de sexo feminino e de mais programas virados para as mulheres e a juventude. É que, no nosso telejornal, não sei se estou errado, mas quase todos os apresentadores são do sexo masculino. Deixo aqui este alerta.

Também julgo que é necessário, Sr. Secretário de Estado, promovermos, sistemática e continuamente, a especialização dos jornalistas e quadros da comunicação social. Precisamos de jornalistas com especialidades em determinadas áreas, porque muitas vezes se ouve comentários dos jornalistas de que é preciso realmente terem mais formação, mais capacidade, para poderem até apresentar melhor serviço à Nação.

Quero também aqui sublinhar a necessidade, Sr. Primeiro-Ministro, de se continuar a disponibilizar sempre mais recursos para formação e capacitação, mas também tenho aqui uma ideia. Atendendo que, no eixo do Governo, há uma vontade de tornar mais isenta a Comunicação Social, que a base salarial desta saísse do Gabinete do Primeiro-Ministro, para transmitir realmente uma ideia de isenção e de que não estão subordinados, por causa do salário. É um conselho.

Sr. Ministro das Finanças, o navio Príncipe, que faz a ligação entre as Ilhas, e o único neste momento que carrega em melhores condições os passageiros, fez algumas viagens, a pedido do Governo, e até hoje o Governo não liquidou essas dívidas. Eles estão a precisar desse montante, para fazerem funcionar e manter com regularidade essa ligação. Gostaria que o Sr. Ministro visse essa questão, porque tem sido um obstáculo a essa gestão.

Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, outrora estava previsto um centro de transformação e de conservação de pescado na Região Autónoma do Príncipe, e isso não vem no Orçamento, pelo que gostaria de ter explicações, se já se esqueceram ou se fica para depois.

Em relação a energia para os hotéis, também só para dizer ao Sr. Ministro das Infra-estruturas que não é primeira vez, só para corrigir, mas as suas intervenções foram cheias de boas intenções.

Eu também quero deixar aqui bem claro que o Governo deveria olhar um pouco para a diáspora, quando falamos de taxa de importação. Há um grito da diáspora, porque querem trazer os seus bens para o País, mas a taxa de importação é muito alta e é quase que um obstáculo.

Eu gostaria que o Governo visse esta questão, porque precisamos de criar essa oportunidade, para que a diáspora também participe na infra-estruturação do País, porque cada um que vem construir a sua habitação também está a contribuir para um São Tomé e Príncipe melhor.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos da Assembleia Nacional e da Comunicação Social, boa tarde.

Sr. Primeiro-Ministro, o senhor tem que ter muita calma. Nós temos que reflectir, todos os Grupos Parlamentares, para a gente encontrar uma melhor plataforma para este país. O País tem solução, e o futuro está nas nossas mãos. Não há ninguém que vem fortalecer este país para nós. Temos que ser nós mesmos.

O Sr. Primeiro-Ministro tem que ter calma! A Covid-19 deixou uma grande frustração, desde o Presidente da República até à sociedade civil. Aqui, em todas as bancadas, há frustração, há pobreza. Então, Sr. Primeiro-Ministro, eu quero dialogar com os Deputados, pois há muitos que já fizeram parte de governos, há muitos que foram directores, há muitos que conhecem São Tomé e Príncipe, os pais lutaram muito para dar formação às pessoas, e para nós discutirmos o Orçamento temos que saber o que é São Tomé e Príncipe.

Sr. Primeiro-Ministro, um país que não produz, um país em que o Governo é maior empregador, é um desastre.

Aplausos.

Portanto, temos que ter calma! Temos um país em que importamos mais e exportamos pouco. Prova disso é que há pouca resposta. Então, quer dizer que estamos a trabalhar pouco. Caso não, a exportação não estaria a aumentar.

Sr. Primeiro-Ministro, 20 anos depois, este ano é que conseguimos exportar 130 contentores de cacau, no mês de Outubro.

Com o *Bamu Ximiá Pa Nón Bê Kuá Cumé*, as pessoas estão a trabalhar, estão a plantar muito. O Ministro da Agricultura tem que preparar isso muito bem, porque nós temos que transformar e conservar produtos. Os produtos dos agricultores não podem estragar. Se não, o Governo terá problemas graves. Estão a ver o mercado como está? Somos poucos, os produtos estão caros, mas se nós aumentarmos a nossa produção e produtividade, toda gente vai sobreviver.

Quero perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro, qual é o partido político que tem banco comercial ou banco de investimento em sua casa?

Risos gerais.

Nenhum! Todo governo que vem aqui tentar, tem que estender as mãos.

Se o povo está a contar que o partido A, B ou C, virá governar este país, para que possa conhecer melhores dias, é difícil. Enquanto estivermos a estender as mãos, não haverá solução. Temos que fazer a nossa parte. E o que é que está a faltar para fazermos a nossa parte? É que trabalhamos pouco e queremos tudo. Se não reflectirmos, estamos arrumados.

O Sr. Deputado Arlindo Ramos não compreendeu o que eu falei. O que eu disse é que, se não organizarmos o País, o matagal vai chegar à cidade. Sabem porquê? Todos os dirigentes e pessoas que saíram das roças e vieram para a cidade têm gleba, mas investiram e não conseguiram desfrutar de uma pinha de banana. Aquilo está lá perdido, porque não há pessoa que investe para não conseguir tirar nada. Qualquer de nós. Logo, o País tem problemas.

Eu quero pedir ao Sr. Ministro da Agricultura, vamos tratar da importação de produtos, porque a produção saiu de repente. Não contávamos com isso. O produto que antes se importava, era por causa da quantidade da produção. A produção aumentou e vai aumentar mais neste primeiro semestre. A produção de pequenos agricultores estragou, porque não havia capacidade de transformação nem de secagem. Hoje, nós estamos a alargar. Vão lá para Diogo Vaz para verem o alargamento do secador e a capacidade de transformação. É por isso, meus senhores, que eu tenho a firme certeza de que este país tem solução. O problema está nos homens. Se nós reflectirmos bem e organizarmo-nos, teremos um país muito bonito.

Sr. Presidente da Assembleia, peço o melhor para a sua saúde. Trate da sua saúde, porque o senhor é um gestor e mais alguma coisa. Se o País soubesse quem é o senhor! Eu sei como é que o senhor começou. As pessoas pensam que o senhor teve vida fácil. E as pessoas não vêem isso.

Quando as pessoas vêem Felisberto com carinho, pensam que é porque ganhei alguma coisa. Eu não ganhei nada daqui. Eu penso que vou desistir disso, porque se eu estivesse a trabalhar a minha vida, estaria bem melhor.

Quando as pessoas vêem o senhor com alguma coisa, pensam que alguém lhe deu. Não, é trabalho!

Sunguê é, tlabá só cá dá tê. Sem trabalho não há solução.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Felisberto Afonso.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, primeiro, para dizer ao colega Deputado da bancada do poder, que fez referencia à lista do Programa Família, que acho que o desafiaria sim a tornar pública a lista.

O Deputado perguntou se queremos a lista. Sim, queremos a lista. Se não o fizer, vamos usar mecanismo para a tornar pública. Já que o senhor quer desafio, vamos de facto querer a lista, e ela deve ser tornada pública. Não há receios, não sei por que não.

Outra questão também é que o Deputado disse que o governo anterior andou a importar geradores que não estavam em condições para funcionar, e eu gostaria de perguntar, e agora? O actual Governo só está a importar geradores novos e de altas capacidades e é por isso que nós temos energia 24 sob 24 horas e São Tomé e Príncipe! Sim, neste momento, nós temos energia 24 sob 24 horas e São Tomé e Príncipe!

Murmúrios.

Sim, por acaso nós temos muita energia neste país, neste momento.

Outra questão, Sr. Ministro das Finanças, da outra vez eu disse que reconhecia o esforço, para dar resposta às questões, e volto a dizer, de facto tem sido um esforço, mas está a ser inglório. O senhor não está a conseguir, de facto, dar resposta às questões que estão a ser colocadas.

O senhor veio lamentar não conseguir resolver os problemas. Sr. Ministro, quem é que tem que os resolver. Eu? Quem é o Ministro das Finanças, quem é que governa? Não sou eu.

O senhor veio aqui falar das dificuldades em pagar salários às pessoas. Não sou eu que tenho que resolver isso. O senhor é o Ministro das Finanças. Se o senhor está num governo, acho que este é que tem que apresentar políticas e propostas concretas para resolver os problemas. E não criar problemas. Nós sabemos que temos que fazer esforços para resolver os problemas e não criar mais problemas.

Eu estou cá para colocar questões, estamos no debate do Orçamento, e cabe ao Sr. Primeiro-Ministro, o Ministro das Finanças e os membros do Governo encontrarem resposta às questões colocadas pelos Deputados.

Quanto à proposta de solução, deve ser da vossa parte, até porque nós estamos aqui a discutir as GOP, que são as Opções do Plano, e o Orçamento Geral do Estado. Neles devem elencar as vossas propostas de soluções aos problemas.

Outra questão, até poderíamos ajudar, mas os senhores criaram uma estratégia de matar a oposição. Eu vou dizer porquê e como. Nós pedimos visita aos sectores, até hoje! Os senhores ignoraram-nos por completo. Nós dissemos que queríamos visitar o hospital, até hoje! E eu gostaria que o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e o Sr. Primeiro-Ministro dissessem porque é que até hoje não aceitaram a visita que nós queremos fazer ao Hospital Central e outros sectores da Função Pública. Isto é também uma atitude de matar a oposição.

Estão a dizer que querem a nossa contribuição. Vamos contribuir como? Por essa via, fica difícil a nossa contribuição.

Muito obrigado pela vossa atenção.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado José António Miguel.
Tem a palavra o Sr. Osvaldo Vaz.

O Sr. **Osvaldo Vaz** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos da Assembleia Nacional e da Comunicação Social, Povo de São Tomé e Príncipe, muito boa tarde.

Sr. Presidente, eu tomo a palavra para encorajar o Sr. Ministro das Finanças, no sentido de conseguir recursos para poder materializar as acções que estão no Orçamento, porque, conseguindo materializá-las, de certeza absoluta que irá contribuir para melhorar a vida da população. O nosso problema está em conseguir recursos. Aqui os investimentos estão claros. Conseguir recursos para materializar essas as acções vai reflectir no bem estar do País.

Também gostaria de dizer que desde a altura que o Dr. Rafael Branco foi Primeiro-Ministro, que se suspendeu o visto prévio nos contractos. Desde lá até 2019, e esta Lei do Tribunal de Contas entrou em vigor em 2020, que os contractos têm que ter visto prévio do Tribunal de Contas.

Eu acho muito bom, em nome da transparência. É certo que em termos de burocracia pode demorar um pouco, mas é preciso existir um escrutínio antes. É bom, porque, nesse tempo todo, pode de facto existir muita sobrefacturação. Muita. E desde aquela altura até a data presente. Fala-se do Banco Central, fala-se disto e daquilo. E esses casos de sobrefacturação, em todos os governos, devem ir ao sector competente, a Justiça, para se poder clarificar esses assuntos. E eu pessoalmente, que fui Ministro das Finanças, no próximo governo, eu não irei falar de sobrefacturação, porque é bem provável que possa haver indícios de sobrefacturação, quando eu fui Ministro das Finanças. Eu pessoalmente, vou ter que ter cuidado com isso.

Sr. Ministro das Finanças, em termos de arrecadação de receitas, nós, com o apoio da Justiça, conseguimos arrecadar um valor, em que 50% ficaram para o cofre do Estado, são receitas que também muitos casos ainda estão na Justiça, e outros 50% ficaram para as instituições que ajudaram a arrecadar esse valor. O UIF, o Ministério Público e os Tribunais. Não sei qual é o destino que os Tribunais dão, porque são órgãos autónomos, mas queria parabenizar o Tribunal e o Ministério Público, porque acompanhei, e esse valor está a servir para as obras de melhoria dessas duas instituições. Porque o Governo nem sempre consegue, com as suas receitas correntes, resolver.

Ao mesmo tempo, gostaria de pedir também ao Tribunal e ao Ministério Público, porque há muitas receitas que o Estado tem a cobrar, este Estado que precisa muito de recursos, para poderem ajudá-lo, no sentido de arrecadar essas receitas, para que muitas acções que estão cá no nosso OGE sejam materializadas, para o bem do País e de cada um de nós.

Por isso, apelo simplesmente que todo o processo que sentirmos que sofre de sobrefacturação deve ser introduzido no sector próprio, para disciplinarmos a sociedade. Pelo menos, no meu caso, alguns que eu senti, enviei para sectores próprios. Porquê? Para procurarmos disciplinar a sociedade e no sentido de não voltarmos mais atrás com o visto prévio. É preciso conversar, mas não voltarmos atrás, porque isso pode efectivamente contribuir ainda mais para a sobrefacturação.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Osvaldo Vaz.
Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, destintos Deputados e Deputadas da Nação, Srs. Membros do Governo, Comunicação Social e todo o *staff* da Assembleia que está cá a nos acompanhar hoje, segundo dia da discussão, na generalidade, do OGE e das GOP para o próximo ano económico.

Antes, Sr. Presidente da Assembleia Nacional, uma palavra directamente a si. Muita força e coragem. O que está a passar é algo com o qual já lidei duas vezes, e a solução geralmente é a cirurgia. Mas tenha muita força e votos de rápidas melhoras.

Sr. Presidente, estou desde de ontem a acompanhar o debate, e a vezes pergunta-se: por que é que o Raúl não fala? Porque muitas vezes eu vejo que parece que, de um momento para outro, deixamos de conhecer o País real que é São Tomé e Príncipe. É este país que, em termos de investimento, precisa de 98,2% das ajudas internacionais. É este o país! É este país que, em termos de despesas de funcionamento, não tem sequer capacidade. Mas há uma coisa, Srs. Deputados.

Uma voz do ADI: — Agora?

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Não é agora, eu sempre estive a ver tudo. Acho que muita coisa neste país é brincadeira.

Só uma questão. Há um deputado que veio cá falar de uma mesa redonda para o Príncipe. O seu partido foi poder 4 anos. Por quê não pediu essa mesa redonda, para se discutir os problemas do Príncipe?

Sr. Primeiro-Ministro, eu reconheço a sua humildade. Faça tudo que puder fazer, para fazer a mesa redonda na Região Autónoma do Príncipe e discutir os profundos problemas da Região, se faça favor!

Há uma outra questão que foi aqui levantada. O Sr. Deputado Américo Ramos falou da sobrefacturação. Sr. Deputado, já somos dois. Eu não convivo nada bem com essa história de sobrefacturação das obras do Estado. Convivo muito mal com isto. Mas há uma coisa, Sr. Deputado. É que nós, muitas vezes, quando nos convém, esse é o discurso da moralização, mas quando não nos convém...

Há dias, alguém dizia que a nossa memória é um pouco recordação e também amnésia ao mesmo tempo. Esta é a nossa memória. O Sr. Deputado foi Ministro. Nas obras do Banco Central, houve ou não sobrefacturação?

O Supremo Tribunal de Justiça, a compra do edifício, avaliado em 500 000, que o Estado comprou por 2 milhões de euros!

Vamos para AGER. Aquele edifício da AGER, avaliado em qualquer coisa como 800 000, o Estado comprou por 2 milhões de euros.

Meus senhores, não vamos continuar nisso, porque se não eu continuava a enumerar uma série de coisas que qualquer cidadão atento vê que é sobrefacturação. Qualquer cidadão vê que alguém meteu no bolso o dinheiro do povo, minha gente! Essa é verdade! Mas isso tem que continuar assim? Não deve continuar. É preciso pôr um travão nisso. Eu não posso aceitar que eu tenho um país com toda esta miséria, sabendo que há gente que está a enriquecer à custa deste povo. Ou seja, há gente que é rica à custa deste do povo, mas essas mesmas pessoas hoje vêm cá dar lição de moral aos nossos Ministros, falando da corrupção.

Falar da responsabilidade, por exemplo, Sr. Deputado, como é que o senhor se sente hoje consigo próprio, enquanto Deputado que vem chamar atenção para a moralização do nosso Estado, para a responsabilidade, quando o senhor assinou um contrato de um valor de 30 milhões de euros numa folha A4? Como é que eu assino isso! O senhor foi Ministro das Finanças e assinou isso.

Outra coisa, por exemplo, a EMAE fez um empréstimo para melhorar a energia, o que eu só sei é que naquele ano, 2018, nós tínhamos o País às escuras. Meus senhores, eu ficava 5 dias da semana sem energia, em Monte Café.

Vozes do ADI: — E agora?

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Eu quero dizer-vos, agora, a situação é melhor? Não é. E eu já disse aqui uma coisa. O sistema energético que temos não é sustentável, mas uma coisa tem-se que dizer.

É melhor sim, porque não fico 5 dias seguidos sem energia. Eu nunca fiquei, em Monte Café, com este Governo, 5 dias sem energia. Nunca fiquei!

Aplausos do MLSTP/PSD.

Há uma outra questão, meus senhores. Hoje está-se a levantar a questão do Programa de Emergência Social. Meus senhores, felicitações ao Governo. Se me perguntarem o que eu acho do Programa, se tem falhas. Tem. E por quê tem falhas? Porque nós, os homens, muitas vezes queremos aproveitar todas as maneiras para irmos buscar aquele dinheiro que devia ser dado àqueles que mais precisam. Deverá haver, no Programa, gente que não devia estar? Há de certeza absoluta. Mas isso requer da parte do Estado alguma fiscalização, algum rigor nesta questão do PRES.

Falaram de jovens a abandonar o País. Meus senhores, estamos a brincar! Eu estou neste País desde 2016. Em 2017, estava a dar aulas numa turma de alunos do Curso de Relações Internacionais, Universidade. Não sei como é que entrámos na questão de sair do País e uma aluna virou-se para mim e disse: «professor, se abrissem as fronteiras, toda gente sairia daqui». Isso foi em 2016/2017. Agora, se me perguntarem, se isto é para se manter? Não! Isto não pode manter-se. Nós temos que ter política, sim, que crie mínimas condições neste país. Para isto acontecer, tem que haver, da nossa parte, enquanto autores políticos, maior sentido de responsabilidade. Eu, no exercício do cargo público, sei que não posso entrar em negociatas de obras, para que eu fique com o dinheiro. Eu não posso sobrefacturar vendas de edifícios para o Estado. Eu não posso fazê-lo, porque é crime, minha gente! E só não é crime, porque temos um país onde tudo parece ser brincadeira, porque com uma justiça a funcionar, não se aceitaria nem o caso ENAPORT, nem o caso AGER, nem a caso EMAE, nem o Supremo Tribunal, que há dias veio um juiz dizer que o edifício tem problemas muito graves. Eu pensei que naquela altura o Ministério Público partiria para o terreno e diria, minha gente, mais uma vez, vamos pegar com as mãos este assunto. Mas tudo está silenciado. Como é que para uma coisa que avalia 500 000, o Estado dá uma carta de conforto a uma entidade, para ir comprar por 2 milhões de euros?!

Uma voz: — Notas de 200 dobras.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Ah sim, agora está-me a falar de outras coisas. É verdade, obrigado. As notas de 200 dobras, meus senhores. Por quê se tinha que tirar essas notas de circulação? Os cidadãos vinham de Lisboa com notas compradas em Portugal. Como é que isso era possível? Qual era a saída para isso? Era retirar as notas em circulação. Portanto, minha gente, temos que nos entender em relação ao nosso país. Não vamos continuar com acusações, porque elas são muitas.

Um cidadão, uma vez, chamou-me para a sua casa, para me falar daquilo que acontece com as obras, negócios e dinheiros. Coisas muito esquisitas, minha gente! Por isso, quero apelar para olharmos para este país e assumir uma atitude responsável. Porque já disse às pessoas e volto a dizer aqui. Eu falo de corrupção, olho no olho, com cada deputado que está nesta sala. Olho no olho, porque não tenho nada a ver com a corrupção deste país e nunca vou ter.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Ministros, Povo de São Tomé e Príncipe, muito boa tarde.

Sr. Primeiro-Ministro, costuma-se dizer que «o rabo de boi é que tem «*matchi*», ou seja «*labu buê só té matchi folá*».

Estamos neste último Orçamento, naturalmente, cabe a nós desejar, com certeza, com mais força, porque eu gosto de dizer que, «*tudo ninguém cu cá fé bem, cá bêê*». San Tomé cu Santa Tóni *sá deçu vivo*. Estão de olhos, naturalmente, em quem realmente quer fazer o melhor para este povo.

Falar do Orçamento, eu acho que há certas atitudes dos governantes, das pessoas que dificultam também a forma como vamos implementar o próprio Orçamento. Por exemplo, quando não se passa as pastas, isso não ajuda muito, porque os que vem precisam de conhecer os dossiês, para que as coisas possa prosseguir.

Murmúrios do Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Sr. Deputado Carlos Pinheiro, história ou não, venha cá contar a sua e permita-me contar a minha, com maior lealdade possível.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Carlos Pinheiro:** — Fale do Orçamento.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Portanto, é preciso que se possa passar as pastas. Seria bom que criássemos uma forma de penalizar as pessoas que não passem as pastas. Isso está dentro do Orçamento, porque penaliza os orçamentos, quando não se passa as informações.

Sr. Deputado, não sei se andou a participar nas formações que o Pro-PALOP e mais outros nos têm dados e que têm custos. Essas formações servem para nós sabermos que dentro do Orçamento há essas informações.

Falávamos do Programa Família, permitam-me também reforçar isso. Acho que é o momento para o dizermos. Há quem entenda que as coisas não estão a ser bem-feitas, que tragam propostas. Já temos a coisa, está a beneficiar São Tomé e Príncipe. Daqui para frente, temos o Orçamento em mãos. Qual é a proposta para ajudarmos, para que os ministros possam levar as melhores ideias para o Banco Mundial, para melhorarmos a situação?

Sobre a militância, dizia-se que se está simplesmente a atender os militantes, mas seria muito bom que citássemos os nomes dos Deputados, dois deles são do ADI, que têm mulheres a receber no Programa Família.

Nós podíamos ver também que, quando o Governo do ADI começou a esticar o fio, ao chegar nas comunidades, via-se já pessoas com camisolas do partido, para fazer política e politiquice, cada um fazendo das suas e o País ficando assim.

Sabemos que este é um programa para colmatar o impacto da Covid-19. Se tem um ou outro erro, vamos simplesmente dar a nossa contribuição.

Em 2014 a 2018, Sr. Deputado Carlos Correia, não sei se falou de Mesa redonda, quadrada ou quê, com certeza quis passar a sensação de que é preciso conversamos sobre o problema do Príncipe. Permita-me dizer-lhe que concordo plenamente consigo. Precisamos sentar e arranjar um palco para conversar e vermos as questões do Príncipe, mas que não seja somente o Príncipe, mas falar da saúde no geral.

Um esclarecimento, ontem, o Sr. Deputado Américo Ramos, quando fez a sua intervenção, falou do COMPRAM. Em determinado momento, tive a sensação de que talvez teria dito que o Projecto COMPRAM começou com o Governo do ADI. E depois veio o Ministro dizer que não, falou-se tanto de paternidade e mais, mas hoje me pareceu que estava a desmentir o que disse ontem, que não se estava a discutir a paternidade, mas que haja continuidade e que essa continuidade não seja simplesmente mediante a posição em que se está, que seja uma continuidade contínua, permitam-me o pleonasma. Seja mesmo que, quando se quer fazer, que se faça.

Por isso, mais uma vez, para reforçar, precisamos sentar à volta da mesa, sentar onde quer que seja, para discutirmos as grandes questões que movem a vida do País.

Falava-se também da apresentação de telejornais. Precisamos naturalmente de formar pessoas, formar os nossos técnicos. Também aproveito a oportunidade para dar parabéns aos nossos técnicos, que têm feito muitos esforços, mas a apresentação do telejornal, ao nível da Comunicação Social, é quase topo de gama, é já lá em cima. Precisa-se de fazer uma carreira, porque sabemos que as vezes vê-se gralhas, não é por causa deste ou daquele governo. É de sucessivos governos. Se mudar agora o Governo, são mesmo esses técnicos que irão trabalhar. É preciso dar maior atenção a eles, precisamos formá-los, para que façam carreira. Porque para a apresentação do telejornal, é preciso que o jornalista tenha traquejo e mais coisas para reportagem, porque jornalistas são aqueles que têm um leque de conhecimentos, suficientes para a apresentação do telejornal.

Poder dizer aos Srs. Deputados que, em suma, temos o Orçamento em mãos. Qualquer coisa que possamos fazer, vem aqui a discussão na especialidade, podemos melhorar e dar as nossas contribuições. Aliás, é esse o nosso objectivo. Qualquer coisa que podemos fazer, o povo espera de nós mais e melhor.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos mais dois inscritos do Grupo Parlamentar do ADI, que apenas tem 1 minuto e 20 segundos, mas vai depender de como farão a gestão do seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Américo Ramos.

O Sr. **Américo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, vou começar do fim para o princípio, para dizer ao Sr. Deputado Raúl Cardoso que eu, Américo de Oliveira dos Ramos, estou à vontade em relação àquilo que falo. Fiz uma pergunta e, quando a fiz, o Ministro das Finanças acenou com a cabeça, porque concorda com aquilo que eu disse. Eu não estou aqui a fazer propagandas. Volto a dizer que estou à vontade. Tenho 23 anos de carreira na Administração Pública e ninguém, ninguém, me apontou com o dedo como corrupto. A única pessoa que, com dados falsos de indícios de corrupção, manipulando a Justiça, me levou à cadeia é o Sr. Primeiro-Ministro Jorge Bom Jesus e os seus comparsas. 90 dias depois da investigação aprofundada, com todos meios interno e externo, o Ministério Público arquivou o processo. Por isso, estou à vontade e vou continuar a dizer que estou à vontade.

Eu fiz parte do XIV e XVI Governos e estou à vontade. E todo os processo que o senhor aqui mencionou, que acha que houve corrupção, ajunte-os e envie ao Ministério Público, para serem investigados, e me chamem para responder, porque estou à vontade. E volto a dizer, estou à vontade. E quando falo, falo com conhecimento de causa e estou a falar de uma situação presente.

Eu poderia alongar mais, mas já não temos tempo.

Permita-me, Sr. Presidente, porque também foi mencionado o meu nome num outro processo. Eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado Elákcio, que quando começou a sua intervenção, disse uma coisa muito

boa: «eu ainda sou novo». Por isso, quando tiver que falar, investigue e tenha elementos. Porque se eu abrir a boca e começar a contar a história dos geradores, acho que há pessoas aqui que não vão gostar. E eu não estou interessado em entrar nesse nível de discussão.

Aplausos do ADI.

E eu repito, se este Governo ou quem quer que seja, tem dúvida sobre a minha pessoa ou a minha participação em alguma actividade ilícita neste país, junte o dossiê e entregue ao Ministério Público. Não façam como fizeram, prender a caminho de casa e levar-me ao Tribunal, sem passar pelo Ministério Público e de seguida para a cadeia, por 90 dias, e com juízes encomendado, que me negaram todos os direitos que me são concedidos como cidadão, para depois de 90 dias virem dizer-me que não há nada.

Por isso, eu desafio qualquer um. Repito, desafio qualquer um.

Eu vou dizer uma coisa que não queria dizer. Eu posso ainda perdoar, mas não vou esquecer.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Jorge Bondoso** (ADI): — Isso dói uma pessoa.

O Sr. **Salcedas Barros** (AD): — É um abuso pá!

Protestos de alguns Deputados do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados Jorge Bondoso e Salcedas, comportem-se como Deputados, por favor. Já não temos mais inscritos, já não temos mais tempo.

O Sr. Primeiro-Ministro tem algum Ministro que queira intervir antes do encerramento?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não.

O Sr. **Presidente**: — De acordo com o Regimento, o debate encerra com uma intervenção do Sr. Primeiro-Ministro.

No entanto, antes do encerramento, cada grupo Parlamentar pode querer produzir uma declaração. Os Grupos Parlamentares têm declaração?

O Grupo Parlamentar do ADI tem?

Uma voz: — Sim.

O Sr. **Presidente**: — O Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD tem?

Uma voz: — Sim.

O Sr. **Presidente**: — E o Grupo Parlamentar do PCD/MDFM-UDD tem?

Uma voz: — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Então, começaremos de imediato com a declaração do Grupo Parlamentar do PCD/MDFM-UDD.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar, Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, estamos prestes a chegar ao fim da discussão deste Orçamento e, pela leitura que fizemos dos documentos em apreço, pela análise que temos em relação à situação de vida da população em São Tomé e Príncipe, que merece uma atenção particular do Executivo, estamos a falar de um país onde a população é maioritariamente jovem, com os seus anseios, desejos e expectativas. Temos que entender de uma vez por todas que alguns fenómenos sociais que temos enfrentado, conhecidos neste país, merecem de nós muita atenção, nomeadamente a questão da presença dos meninos na rua; temos um sector privado que carece, gritantemente, do apoio do Governo; o sector agrícola e pesqueiro que também carece de uma atenção do Governo e que espera com este Orçamento conhecer melhor sorte, com a implementação do COMPRAM; a possibilidade de pagamento de bolsas de estudos, propinas aos nossos estudantes.

Tendo em conta a pertinência desses e outros elementos, o Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD saúda o Executivo e vem aqui manifestar o seu posicionamento, dizendo que votará favoravelmente ao Orçamento, esperando que a nossa contribuição não seja apenas hoje, mas que, durante a execução, o Governo possa contar com a nossa colaboração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos do PCD/MDFM-UDD e do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, após esses 2 dias de intenso debate e de diversas contribuições para o OGE e as GOP para 2022, algumas constatações:

Precisamos, naturalmente, de aprimorar a gestão da coisa pública; maior acutilância na mobilização dos recursos; melhorar e afinar a fiscalização das acções e, fundamentalmente, trabalho. Muito trabalho, muito trabalho e muito trabalho, porque não podemos continuar, em São Tomé e Príncipe, por muito mais tempo, com orçamentos, quase todos, dependentes da ajuda externa. Precisamos de trabalhar, para produzirmos riqueza e podermos melhorar, diminuir de forma acentuada, a percentagem da ajuda externa.

Naturalmente, Sr. Primeiro-Ministro, foi um esforço titânico que o Governo fez, para apresentar este Orçamento, como dissera há pouco tempo, num contesto difícil. Fê-lo. Contam com toda a nossa colaboração, todo o nosso empenho e toda a nossa dedicação.

Estaremos cá para, em tempo próprio, exercermos as nossas responsabilidades, a fiscalização da acção governativa.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, naturalmente, estamos consigo.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Américo Ramos.

O Sr. **Américo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Caros Deputados, Membros do Governo: O Grupo Parlamentar do ADI vota contra a proposta do OGE,...

Murmúrios.

... na generalidade, por constatar, infelizmente, que esta proposta de orçamento não oferece qualquer solução para a grave crise económica e social que o País vive. Pelo contrário, constatamos com grande preocupação que esta proposta compromete o futuro de São Tomé e Príncipe, muito para além do ano 2022.

Ficou demonstrado, nestes 2 dias, a gravidade do estado das contas do País, como também ficou evidente que este Governo não tem humildade para escutar e para corrigir, mesmo quando alertado, com evidências para vários erros que constam nesta proposta.

O Grupo Parlamentar do ADI entende que a situação do País exigiria que se estabelecessem contractos sociais transversais aos partidos, como no tema do ambiente, da energia e da justiça.

Devido ao estado em que o País está, era essencial que se estabelecesse compromissos a médio e longo prazos. Mas, infelizmente, não é esta a postura deste Governo e da bancada que o sustenta.

Caros Colegas Deputados, povo de São Tomé e Príncipe. Uma proposta de orçamento não são apenas números, são camas do hospital, escolas, são pessoas. Ontem, ao mesmo tempo que debatíamos, aqui nesta Casa, o OGE na generalidade, as urgências do nosso hospital deixaram de funcionar, por falta de condições.

Por isso, vamos votar contra esta proposta de um orçamento que se baseia em mentiras, em ilusões e em múltiplos erros. Com esta governação espelhada nesta proposta, estamos condenados a ter pela frente dias e dias o País às escuras, com muitas das nossas empresas a terem que se fechar e muitos dos nossos jovens serão obrigados a emigrar para fugir da miséria e da ausência do futuro em São Tomé e Príncipe.

Aplauso do ADI.

Com esta proposta de orçamento de faz de conta, vamos continuar a ter os corpos dos nossos familiares e concidadãos numa morgue que, por falta de condições, coloca-se pedras de gelo sobre os cadáveres.

Uma voz do ADI: — Há muito tempo.

O Sr. **Américo Ramos** (ADI): — Esta proposta de orçamento de faz de conta não tem verbas para bens essenciais, mas todos os ministros têm um gordo orçamento para viagens ao estrangeiro, o que irá custar ao cofre do Estado cerca de 1 milhão de euros.

O Grupo Parlamentar do ADI não pode votar favorável a uma proposta de orçamento que tem financiamentos fantasmas. Exemplo é esta proposta de orçamento ter o BAD a financiar várias rubricas, pura falsidade, pois o acordo com o BAD só será revisto em 2023 e tudo que foi acordado já está executado, de acordo com as informações existentes no *site* da própria instituição. É só consultar.

Caros Deputados e povo de São Tomé e Príncipe, votamos contra esta proposta de orçamento e vamos votar por não apresentar uma única solução para o sector energético.

O Governo fala que é sua prioridade, mas as prioridades têm que corresponder às opções orçamentais e, nesta proposta, não tem nada que demonstre isso, apenas algumas linhas.

Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do ADI não pode votar a favor de um orçamento de Estado em que obras e contractos, descaradamente, são favores para amigos destes e daqueles. Falando de favores a

amigos, tenho que necessariamente começar pelas obras adjudicadas à Empresa ACA. Qual é o são-tomense que não se lembra do famoso negócio das três pontes sobre o Rio Água Grande, que custou 1.5 milhão de euros.

O Tribunal de Contas pronunciou-se, o Ministério Público investigou e abriu processo sobre a causa de sobrefacturação, mas nada mais se sabe.

Perante esta história sem fecho, foi com surpresa que nesta proposta de orçamento e de acordo com as informações colhidas, voltamos a ver 1.5 milhão de euros para mais uma obra para a ACA, desta vez para a construção da estrada secundária 124, Bairro Verde/Quinta de S. António, valores iguais.

Caros Deputados, o ADI votou contra a proposta orçamental, também por inquietação com alguns dos contractos chorudos que têm sido atribuídos a algumas empresas. Receamos mesmo que o nosso país venha a aparecer num próximo escândalo, como foi o do *Panama Papers*, *Wikileaks*. As Ilhas Virgens, quase sempre, aparecem como sede de muitas empresas desse escândalo. O Governo assinou com a Empresa ADX, Central Services Lda, com sede nas Ilhas Virgens, um contrato de realização de testes da Covid-19. Esta empresa passou a ter, de repente, o monopólio de todo teste Covid feito no País. Como? Porquê? Este contrato preocupa-nos. Ficamos apreensivos, porque empresas são-tomenses que já faziam testes rápidos, de repente foram proibidas de o fazer. Os investimentos que estas empresas são-tomenses fizeram, como é que ficam?

O Grupo ADI sabe também que a Nações Unidas, em particular a Organização Mundial da Saúde, financiou laboratórios e equipamentos ao Estado são-tomense para testes da Covid-19.

Na verdade, esta empresa não é novidade em São Tomé e Príncipe. É a mesmíssima empresa que, em 2020, ganhou a concessão de exploração de todos os portos marítimos e *offshore*.

Caro Deputados, o Grupo Parlamentar do ADI vota contra este Orçamento, porque não se vislumbra nele muitas acções prioritárias que melhorem as condições de vida da população da Região Autónoma do Príncipe, que sofre do efeito da dupla insularidade, essencialmente a necessidade de construção de um reservatório para estocagem de combustível, a questão do bloco operatório, habitação para estudantes e pacientes em São Tomé, e muitas outras acções e projectos.

O Grupo Parlamentar do ADI vota contra esta proposta, na generalidade, e para o bem do país seria essencial que o Governo, na especialidade, reconhecesse os seus erros e os corrigisse.

Sr. Presidente, temos sempre presente que este Governo, neste momento, não tem condições para fazer melhor. É um governo cujo Primeiro-Ministro disse há meses que precisava remodelar, para dar maior dinâmica, mas o mesmo Primeiro-Ministro, no balanço de 3 anos, revelou-se incapaz de conseguir remodelar o Governo e explicou mesmo que a coligação que o apoia o faz engolir sapos.

Vozes do ADI: — *Quê kuá!*

O Sr. **Américo Ramos** (ADI): — Membros do Governo dizem, nos bastidores e muitos já em voz alta, que a culpa não é deles, mas do Primeiro-Ministro. Acusam-no de falta de liderança, de ser incapaz de decidir. E para não dizerem que só o ADI é que está sempre preocupado com as coisas, ontem, mesmo o ex-Presidente do País, o Dr. Manuel Pinto da Costa, e já o tinha feito antes, publicou um artigo em que diz que o seu partido, sob a liderança do actual Primeiro-Ministro, caminha para um desastre anunciado.

Aplausos do ADI.

E como também tinha dito meses antes, vai a caminho de um precipício.

Infelizmente, o Grupo Parlamentar do ADI viu também nesta proposta de orçamento a mesma coisa, ou pior. Esta proposta de orçamento leva todos os são-tomenses para um desastre anunciado.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, o Grupo Parlamentar do ADI pede-lhe que escute as várias vozes, para o bem do País, e que, na especialidade, possamos ver correcções nesta proposta, por um São Tomé e Príncipe melhor.

Aplausos do ADI.

O **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Américo Ramos, em representação da liderança do Grupo Parlamentar do ADI.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para proceder à sua intervenção de encerramento do debate.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos a chegar ao fim desse exercício e naturalmente que esses 2 dias foram bastante gratificantes para o Governo. Eu estou sempre disponível para aprender, nós tomámos notas e, sobretudo, temos toda a humildade para poder continuar a fazer melhor. Mas permita-me que vos diga que a minha surpresa, possivelmente não tanto assim, porque daquele lado não posso esperar o melhor, até porque estou na defesa do quarto e último Orçamento e, em momento nenhum, nenhuma abstenção houve.

Eu fico sobretudo surpreso, porque o Sr. Deputado Américo Ramos, há pouco tempo afirmara que pode perdoar, mas esquecer, nunca. Todavia, o que eu não esperava é que tão rapidamente espelhasse todo o seu fel neste relatório final que acabou por ler. O que acabou de fazer não foi nada mais nada menos do

que anunciar o apocalipse. Anunciou o desastre e certamente deve estar já a esfregar as mãos, porque esse desastre anunciado, de certeza, acha que vai favorecer o seu partido. Desengana-se, porque em 2018 foi a mesma coisa. Desengane-se!

Murmúrios do ADI.

De facto, nós estamos a falar dum orçamento do País real. Aqui não é Alice no país das maravilhas, não obstante estarmos a viver numas ilhas que simbolicamente se apelidam de ilhas maravilhosas. Mas estamos aqui, desde 1975 que nós conhecemos este país. Muita coisa pode nos separar, mas eu acho que uma coisa tem que nos unir, que é São Tomé e Príncipe. Queremos todos um melhor para São Tomé e Príncipe, porque quem deixar um país melhor, o outro herda, de certeza, um país melhor ainda para acrescentar sempre a sua cota parte, o seu bloco, o seu pequeno tijolo, na construção de São Tomé e Príncipe. Eu não tive a sorte de herdar o País que eu gostaria de herdar. Portanto, herdámos muitos problemas e é neste mar de problemas que vamos tentando fazer o melhor que nós podemos. E penso que é nesse capítulo que gostaríamos de contar com o apoio e a contribuição de todos os são-tomenses, sem excepção. Porque ninguém vai resolver o problema de São Tomé e Príncipe. Ninguém conseguiu até este momento resolver os problemas de São Tomé e Príncipe sozinho.

Décadas atrás, ainda me lembro do programa UNLTPS, liderado pelo Dr. Leonel Mário d'Alva e parecia muito tempo, porque se falava de 2025. E 2025 nós estamos a sensivelmente 4 anos de 2025. E já naquela altura até se traçava para São Tomé e Príncipe os senários «*káda homé, ginga ubuê e tlabá só ká dá tê*». Eu penso que neste momento, tanto *ginga ubuê como tlabá só ká dá tê*, se os são-tomenses não assumirem de facto esta postura de que nós é que temos que erguer este país com as nossas próprias mãos, sem exacerbar politiquices, sem destilar o ódio, o fel, a perseguição, sobretudo porque nós estamos no mês de Dezembro, que é o mês da concórdia, que é o mês da misericórdia, se nós de facto continuarmos nessa postura sem termos aprendidos nada, nenhuma lição com a Covid-19, no sentido de quebrarmos paradigmas, aí sim haverá o desastre.

O nosso pensamento vai sobretudo para esta juventude maioritária, para quem temos que criar condições, para que tenham um outro futuro. Mas vamos colocar, e aqui já foi dito, várias vezes vamos colocar o dedo na chaga. E a nossa chaga está nas receitas. Está precisamente na nossa capacidade, não só de mobilizar, mas de criar riquezas. Porque numa casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão. E isto é que nos tem marcado nos últimos anos.

Há pouco tempo perguntavam relativamente a alguma novidade em termos de adaptação aos novos tempos, que é tempo de resiliência, de recuperação para a saída desse processo Covid-19. Nós temos afirmado e, na prática, no Orçamento, isso é espelhado, há uma necessidade imperiosa de podermos fazer uma aposta sem precedentes no sector privado, e o Governo tem dado sinais neste sentido. A mobilização dos 3 milhões de dólares do Banco Mundial para o sector privado é uma resposta neste sentido. A mobilização de mais 10 milhões de dólares, também para investir no tecido empresarial, com o apoio do BAD, também é uma resposta nesse sentido. Todo o trabalho que nós temos estado a fazer no sentido de investimento ao nível do empreendedorismo jovem, é precisamente para criar uma atitude mais pró-activa, para que os nossos estudantes, os nossos jovens não pensem que toda gente vai ser funcionário público. Portanto, são algumas linhas de força do Orçamento.

Só para responder, de forma muito pontual, a algumas preocupações que foram aqui ventiladas e talvez desmistificar alguns preconceitos ou alguns erros que ainda permanecem.

Em relação à situação das urgências, o que houve deve ter sido paralisação, não é greve. Porque em relação a greve, depois de nós termos assinado memorando, estamos dentro do período de cumprimento de algumas acções, no quadro do Governo. Agora, o que me dizem é que houve esse problema de climatização, que está resolvido, e o problema do tecto falso, que também neste momento, pelas informações, porque mandei verificar, também já está resolvido. Portanto, tratou-se de uma paralisação, penso eu, na minha leitura, e não de uma greve, como se está a dizer.

Em relação ao Projecto Famílias Vulneráveis, é preciso fazer o discernimento, a separação, entre famílias vulneráveis, que é um processo que já começou e completou agora 2 anos, são 2600 famílias, este programa vai continuar, pois é um programa de 4 anos, um projecto diferente. E depois temos o projecto PRESS, que é de emergência social. Este sim é um projecto, no quadro da Covid-19, de mitigação, simplesmente para alguns meses. E como eu dizia, foi um projecto de 9 meses. Nós vamos, possivelmente, duplicá-lo para 18 meses, até o final de Dezembro. Portanto, é um programa pontual. Esse programa termina e o Projecto de Famílias Vulneráveis vai continuar.

Falou-se também aqui relativamente a 1.6 milhão de dólares do Japão, que nós tínhamos anunciado que esse valor estava consagrado, ou ainda continua, para a aquisição de duas embarcações de 13 metros cada e depois aquisição de motores fora de bordo. Esse projecto só se atrasou, pela conjuntura da Covid-19, mas é qualquer coisa que está em andamento e eu acredito que, no primeiro trimestre de 2022, vamos conseguir dar resposta a isto.

Foram aqui também ventiladas algumas propostas, com as quais eu concordo perfeitamente, relativamente a alguns debates temáticos. Há questões de fundo, crónicas, que nós conhecemos e que nenhum governo conseguiu resolver até agora, ao longo dos 46 anos, e que no momento próprio, despidos de qualquer complexo, teremos que pegar em todos esses aspectos e debater.

A situação do Príncipe é um facto. Temos que pegar em tudo isso que se disse, a questão de transporte aéreo, o transporte marítimo eu acredito que muito brevemente ficará solucionado, através da aquisição de um barco privado, que vai fazer a ligação entre as duas ilhas, e acredito que nos próximos 2 meses vamos fazer tudo para que esse problema se resolva, porque é o maior constrangimento que temos, a ligação entre as duas ilhas.

Mas também outras questões que foram aqui abordadas, como toda a problemática de um fundo para se poder financiar a saúde, esse acesso, essa cobertura universal para a saúde. Temos que criar um fundo e já se fala disso há muito tempo, também para a educação. Cada vez mais é um peso muito forte que o Estado tem sobre si. Portanto, o investimento no capital humano é fundamental. Há uma série de temáticas que nós temos que continuar a debater.

Tudo isso tem que ser feito no respeito, sobretudo, pelas diferenças. Somos diferentes, mas somos iguais. E o que nos faz igual é precisamente essa nossa identidade, somos filhos de São Tomé e Príncipe, tanto os que vivem cá como os que estão na diáspora, e tudo temos que fazer para salvar este país. E enquanto não mudarmos essa postura, vai ser muito difícil. O apelo que eu faço é no sentido da unidade.

Ouvi algumas pessoas falarem aqui de enterrar o machado de guerra. É preciso enterrar esse machado de guerra. Eu também perdo, mas há muitas coisas que não vou esquecer, e isto é valido para muita gente.

Eu termino, sobretudo, com esta nota de esperança de que nós temos que continuar a trabalhar, porque ninguém virá de fora resolver os nossos problemas. É o maior constrangimento que temos é sobretudo ao nível do investimento público, o investimento de capital, porque nenhum país pode ser viável, quando os parceiros de desenvolvimento assumem investimentos acima de 90%. Não é possível, não é possível! Portanto, estes dados têm que ser alterados naturalmente, paulatinamente, a própria diferença ou o diferencial da balança de pagamento, temos que continuar a aumentar a exportação, a diminuir o peso da importação, a reduzir algumas despesas que são supérfluas, para que o País se torna de facto viável. E ninguém tem solução miraculosa à vista.

Ninguém teve até agora nenhuma solução de milagre para isto. Todos nós vamos continuar a fazer aquilo que nos compete, enquanto governantes. Vamos continuar a mobilizar o investimento directo estrangeiro. Vamos fazer tudo que podermos, para irmos melhorar o desempenho do nosso tecido empresarial. Vamos continuar a mobilizar os parceiros bilaterais, os parceiros multilaterais, as ajudas ao desenvolvimento que vão se escasseando, mas como eu digo, ninguém, ninguém mesmo, vai poder substituir aquilo que nós queremos fazer.

Nós tomamos algumas notas, estamos em sede da generalidade e teremos depois ocasião para podermos ver, com maior pormenor, em sede da especialidade, e tudo aquilo que for para melhorar, o Governo, com a humildade que o caracteriza, estará aqui para encontrar as melhores soluções para o nosso país.

Que Deus nos abençoe e que o novo ano nos traga o novo alento.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Com esta intervenção, damos por findo o debate na generalidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado.

Vamos passar de imediato à votação. Vamos em primeiro lugar votar as Grandes Opções do Plano. Estão 52 dos Deputados presentes na Sala.

Submetido à votação, foi aprovado com 28 votos a favor, sendo 23 do MLSTP/PSD e 5 do PCD/MDFM-UDD; 23 votos contra, sendo 21 do ADI e 2 do MCI, e 1 abstenção.

Passemos de imediato à votação do Orçamento Geral do Estado, na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado com 28 votos a favor, sendo 23 do MLSTP/PSD e 5 do PCD/MDFM-UDD; 23 votos contra, sendo 21 do ADI e 2 do MCI, e 1 abstenção.

De acordo com o Regimento, não havendo avocação para a discussão na especialidade em Plenário, baixa imediatamente para a 2.^a Comissão e, de acordo com o artigo 211.º do Regimento, esta Comissão goza de 10 dias para aprovar e apresentar o relatório dos dois instrumentos, a Proposta de Lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado. No entanto, se nós conferirmos rigorosamente os 10 dias, irá coincidir com os dias 24 e 25. Segundo o Regimento, os dias são contados corridos. Temos que fazer as contas assim. Se há feriado, temos que saber compensar. Daí que estou a propor, porque temos que fazer a reunião plenária para a aprovação final global e temos que ter em conta a presença dos Deputados que residem na Região Autónoma do Príncipe, para estarem cá e regressarem em tempo útil, para passarem as festas com as respectivas famílias. Temos dois dias, 22 ou 23. Se for 22, teremos mais folga, poderão regressar em 23. E se for 23, só poderão regressar no dia 24. Portanto, para além do Orçamento que temos que aprovar, necessariamente, temos também algumas iniciativas urgentes que deram entrada na Mesa e que vamos ter que submeter ao Plenário. Neste caso, no mesmo dia, faríamos

duas reuniões. Uma primeira para aprovarmos o Orçamento, encerra-se, e depois abre-se outra para aprovação dos documentos que estamos a prever.

Daí que peço à 1.^a Comissão que, sem prejuízo de os Deputados participarem também na discussão do Orçamento Geral do Estado, na especialidade, poderem reunir e aprovar algumas iniciativas que têm em carteira, sobretudo já aprovadas na generalidade, porque já estão a algum tempo na sede da 1.^a Comissão, para aprovação na especialidade. Se pudéssemos arrumar a casa já no dia 22, poderíamos passar o ano com maior tranquilidade.

Neste caso, temos quatro propostas de lei, parece que duas foram suspensas, por falta de enquadramento ou de alguns arranjos, e ficaram a aguardar o relatório, para depois convocarmos a Conferência de Líderes.

Está encerrada a sessão.

Eram 16 horas e 40 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento d'Oliveira

Anaydi dos Prazeres Ferreira

José da Graça Diogo